

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM AGRONEGÓCIOS-CEPAN

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS

A CONCILIAÇÃO DE PRÁTICAS COOPERATIVAS COM O DESAFIO DA
CONQUISTA E MANUTENÇÃO DA SUSTENTABILIDADE: O CASO DA
COOPERATIVA REGIONAL DE AGRICULTORES FAMILIARES ECOLOGISTAS
(ECOVALE)

Giovana Souza Freitas

Prof^ª. Orientadora: Dr^ª. Zilá Mesquita

*Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Agronegócios no Curso
de Pós-Graduação em Agronegócios do Centro de
Estudos e Pesquisas em Agronegócios (CEPAN) da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).*

Porto Alegre, maio de 2002.

AGRADECIMENTOS

A realização de um trabalho dessa envergadura só é possibilitada se houver o envolvimento e a dedicação do pesquisador e, além disso, o apoio e a compreensão dos vários agentes e instituições ligados ao tema pesquisado, que dispostos a contribuir servem como subsídio à concretização da pesquisa.

Para a concretização desse trabalho destaco meu profundo agradecimento a todas as pessoas e entidades abaixo enumeradas:

- À Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal Docente (CAPES), que forneceu o suporte financeiro para a pesquisa.

- Professora Dr^a. Zilá Mesquita, pelas preciosas orientações.

- Professor Dr. Ivaldo Gehlen, pela disponibilidade em todos os momentos, apesar da agenda cheia, trazendo contribuições que se fizeram fundamentais durante o percurso.

- Equipe do CAPA de Santa Cruz do Sul, especialmente os engenheiros agrônomos Márcio Lauschner e Jair Staub, pelo auxílio que me dispensaram durante a pesquisa de campo.

- A todos os sócios da Cooperativa Ecovale que prazerosamente se propuseram a contribuir para a realização deste estudo de caso.

- Equipe da UNISC, em especial ao prof. Dionei Minuzzi, pelas sugestões iniciais para a pesquisa e ao grande amigo Neimar Santos da Silva pelas palavras de apoio e incentivo.

- Os amigos de Santa Cruz do Sul, especialmente nas pessoas de Luciana Brocardo, Jorge Souza de Freitas (meu irmão) e Maria Bernadete Souza e Silva pela calorosa hospedagem durante os meses de inverno.

- Aos meus pais que, mesmo distantes, mostraram-se presentes em todos os momentos, concedendo-me todo o carinho e apoio necessários. Ensinaram-me, entre tantas coisas fundamentais para serem aprendidas na vida que “muito mais do que TER é SER”.

- À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, minha mais profunda gratidão, por ter desenvolvido em mim mais do que competências profissionais, contribuindo sobremaneira para o meu crescimento pessoal, oferecendo-me muito mais do que a chance de realizar um curso de mestrado, mas a oportunidade de concretizar um sonho.

*Dedico este trabalho a todos os agricultores familiares
que vêm no seu trabalho a chance de criar as bases para o
seu próprio desenvolvimento.*

RESUMO

O presente trabalho tem a pretensão de verificar as práticas cooperativas que se fazem presentes em agricultores familiares da região do Vale do Rio Pardo - RS que vêm gradativamente abandonando a cultura do fumo, intensiva em insumos químicos, e inserindo suas propriedades rurais numa lógica de produção ecológica e sustentável, priorizando a diversificação de culturas. Como alternativa de viabilização da nova atividade foi criada a Cooperativa Ecovale. O trabalho analisa a organização desses agricultores que estão vendo na cooperação o vetor para a conquista da sustentabilidade.

O trabalho apresenta o seguinte **objetivo geral**: analisar as práticas sociais cooperativas dos sócios cooperados da Cooperativa Ecovale que estão contribuindo para que esta organização torne-se sustentável. Utiliza-se como **referencial teórico** os conceitos de desenvolvimento sustentável, da cooperação e do cooperativismo e como **método de pesquisa** o estudo de caso na Cooperativa Ecovale. Os mapas de associações de idéias foram utilizados como **técnica de análise** dos dados, o que possibilitou a obtenção dos **resultados da pesquisa**. Verificou-se que as principais práticas cooperativas existentes nos sócios cooperados estão baseadas fundamentalmente na união, no trabalho conjunto, no aprendizado que vem sendo realizado em grupo, na ajuda mútua e na interação dos produtores com outros grupos de produtores ecológicos. Este conjunto de comportamentos e atitudes por parte dos produtores configura-se como o principal “pilar de sustentação” da organização cooperativa, lançando as bases para a conquista da sustentabilidade da mesma.

Palavras-chave: desenvolvimento, práticas cooperativas, sustentabilidade, cooperação, cooperativismo

ABSTRACT

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE GRÁFICOS	11
LISTA DE TABELAS	12
LISTA DE QUADROS	13
LISTA DE SIGLAS	14
INTRODUÇÃO	16
1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	25
1.1. FORMULAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA	25
1.2. OBJETIVOS.....	30
<i>1.2.1. Objetivo geral.....</i>	<i>30</i>
<i>1.2.2. Objetivos específicos.....</i>	<i>30</i>
1.3. JUSTIFICATIVA	31
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	33
2.1. OS FATOS HISTÓRICOS QUE CONDUZEM À NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	33

2.1.1. <i>As várias dimensões do desenvolvimento sustentável</i>	43
2.1.2. <i>A agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável</i>	45
2.2. COOPERAÇÃO	51
2.3. COOPERATIVISMO	57
2.3.1. <i>Cooperativismo e sustentabilidade</i>	65
2.3.2. <i>A importância do cooperativismo no contexto do agronegócio</i>	68
2.3.3. <i>Cooperativismo agropecuário no estado do Rio Grande do Sul</i>	70
2.3.4. <i>Cooperativismo agropecuário na região do Vale do Rio Pardo</i>	75
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	78
3.1. MÉTODO	78
3.1.1 <i>A proposição do estudo</i>	79
3.2. AS VARIÁVEIS PESQUISADAS	82
3.2.1. <i>Definição nominal e operacional das variáveis</i>	82
3.3. UM PRIMEIRO PASSO PARA A PESQUISA : ESTUDO EXPLORATÓRIO	84
3.4. A LIGAÇÃO LÓGICA DOS DADOS COM AS PROPOSIÇÕES DO ESTUDO	86
3.5. PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	88
3.6. LIMITAÇÕES DO ESTUDO	91
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO	93
4.1. DESCRIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO	93
4.2. DESCRIÇÃO DOS AGENTES ORGANIZACIONAIS DA ECOVALE	97
4.3. PROCESSO DE FUNCIONAMENTO DA COOPERATIVA ECOVALE	98
4.4 PRINCÍPIOS E FILOSOFIA ESTABELECIDOS PELA COOPERATIVA ECOVALE	99
4.5. O AGRICULTOR FAMILIAR SÓCIO COOPERADO DA ECOVALE	100
4.6. REGIÃO DE ATUAÇÃO DA COOPERATIVA ECOVALE: O VALE DO RIO PARDO 102	
4.6.1 <i>Caracterização geral</i>	102
4.6.2. <i>O aspecto econômico da região do Vale do Rio Pardo</i>	108
4.6.3. <i>O aspecto social da região do Vale do Rio Pardo</i>	109
4.6.4. <i>O aspecto ambiental da região do Vale do Rio Pardo</i>	110
4.6.5. <i>A importância do setor fumageiro para a economia regional</i>	112

4.6.6. <i>O aspecto negativo e insustentável que se revela na cultura do fumo: relação entre produtor e agroindústria</i>	115
5 AS MOTIVAÇÕES QUE CONTRIBUÍRAM PARA A CRIAÇÃO DA COOPERATIVA ECOVALE	119
6 A COOPERAÇÃO: ELEMENTO IMPRESCINDÍVEL PARA O DESENVOLVIMENTO DA ORGANIZAÇÃO	124
6.1. PRÁTICAS SOCIAIS DE COOPERAÇÃO	128
7 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES	133
7.1. ASPECTOS RELATIVOS À DIMENSÃO ECONÔMICA DA SUSTENTABILIDADE	134
7.1.1. <i>As vantagens econômicas advindas da mudança de atividade</i>	141
7.1.2. <i>Equidade: aspecto fundamental para análise da sustentabilidade e da cooperação</i>	143
7.2. ASPECTOS RELATIVOS À DIMENSÃO AMBIENTAL DA SUSTENTABILIDADE	148
7.2.1. <i>A agroecologia como condição essencial para o ingresso na Cooperativa</i>	149
7.2.2. <i>As técnicas e práticas de cultivo que almejam a sustentabilidade ambiental</i>	150
7.2.3. <i>A consciência do produtor, as modificações na propriedade e o uso de tecnologias limpas no cultivo de produtos ecológicos</i>	152
7.2.4. <i>Ciência X consciência ecológica</i>	156
7.3. ASPECTOS RELATIVOS À DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL DA SUSTENTABILIDADE	158
7.3.1. <i>A instituição maior: o cooperativismo</i>	159
7.3.2. <i>As instituições de suporte e apoio aos agricultores familiares</i>	164
7.3.3. <i>As instituições de crédito e políticas públicas favoráveis</i>	168
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
8.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	170
8.2. PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA	172
8.3. SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS	175
BIBLIOGRAFIA	177
ANEXOS	189

LISTA DE FIGURAS

1. Requisitos para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar	49
2. O campo de estudos da representação social	88

LISTA DE GRÁFICOS

- | | |
|---|-----|
| 1. A cooperação que se estabelece entre os sócios cooperados da Ecovale | 129 |
| 2. O projeto de trabalho do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor –
Desenvolvimento Rural Integral | 164 |

LISTA DE TABELAS

- | | |
|--|-----|
| 1. Número de cooperativas agropecuárias e de associados no estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1940 e 2001 | 71 |
| 2. A população total, a população rural e a porcentagem de habitantes residentes na zona urbana dos municípios do Vale do Rio Pardo | 104 |
| 3. Os números da produção e dos produtores de fumo nas safras de 1998-99 e 1999-00 | 114 |
| 4. Atividades agrícolas desenvolvidas pelos sócios da Cooperativa Ecovale e a porcentagem da renda gerada pela comercialização dos produtos ecológicos | 144 |

LISTA DE QUADROS

- | | |
|--|----|
| 1. Atividade dos agricultores antes e depois do cultivo de produtos ecológicos | 85 |
|--|----|

LISTA DE SIGLAS

CAIs – Complexos Agroindustriais

CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CEPAN – Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios

CMMA – Conselho Municipal de Meio Ambiente

COOLMÉIA – Cooperativa Ecológica Coolméia de Porto Alegre Ltda.

ECOVALE – Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas Ltda.

EMATER – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana

INSS – Instituto Nacional de Previdência Social

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

OCERGS – Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul

ONGs – Organizações Não-Governamentais

PANPA – Programa de Apoio a Novos Produtos Agropecuários

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

RECOOP – Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária

UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

INTRODUÇÃO

A partir da década de 50, ocorreu no Brasil o processo que se convencionou chamar de modernização da agricultura, possibilitando aos produtores agrícolas a utilização massiva de produtos industriais nas lavouras, como herbicidas, fertilizantes, agrotóxicos, máquinas e implementos agrícolas que trouxeram substanciais incrementos na produtividade das mesmas.

Desde então, tem-se a chamada agricultura moderna, já que o setor agrícola deixou de ser autônomo, fechado dentro de suas próprias bases naturais para se tornar um setor dependente de insumos oriundos do setor industrial que contribuem para o aumento de sua eficiência.

A partir da modernização da agricultura firmou-se um novo padrão tecnológico, amplamente utilizado entre os produtores rurais que tiveram aporte de renda suficiente para adquirir insumos industriais e modernizar as suas propriedades. À medida que o processo de modernização foi implantado, os produtores começaram a especializar-se, orientando-se para um ou dois produtos em cada região. Esta tendência em direção à monocultura, de um lado, cria dificuldades e estrangulamentos à pequena propriedade rural e aos produtores autônomos e, de outro lado, viabiliza e estimula a empresa rural, grande e média, implicando uma maior integração do produtor que passa a visar o lucro em empreendimentos empresariais intensivos em capital.

Isso ocorre, fundamentalmente, porque a lógica de produção da pequena propriedade é diferenciada das médias e grandes. Na primeira, ocorre a diversificação da produção procurando garantir, prioritariamente, a subsistência da família, somente o restante é comercializado. Nas médias e grandes propriedades, estabelecem-se relações capitalistas de produção, objetivando atender aos mercados consumidores que se mostram cada vez mais exigentes.

A intensificação da utilização de insumos industriais nas lavouras contribuiu sobremaneira para garantir a eficiência do setor agrícola, enquanto fornecedor de matérias-primas para as agroindústrias processadoras. A pequena propriedade também foi inserindo-se nesse contexto, à medida que o produtor passou a trabalhar em regime integrado à agroindústria, cumprindo as exigências das mesmas.

Não obstante, se por um lado o setor agrícola conseguiu dinamizar-se, tornando-se mais eficiente a ponto de corresponder às exigências das agroindústrias processadoras, passando a ser um elo central dentro de uma dinâmica produtiva formada por indústrias produtoras de insumos industriais para a agricultura e por agroindústrias processadoras de matérias-primas, por outro lado, verifica-se que as conseqüências desse processo são danosas no que dizem respeito aos danos gerados ao meio ambiente e à própria saúde dos produtores e consumidores.

Apesar de todos os avanços que os produtos industriais proporcionam, conseguindo diminuir a necessidade de cultivar somente terras férteis, já que o produtor tem a possibilidade de utilizar corretivos no solo, podendo ter aumentos significativos no nível de produtividade sem aumentar a área cultivada, há também a possibilidade de utilização de processos como drenagem e irrigação durante o cultivo que têm a finalidade de controlar a abundância ou escassez de chuva, de acordo com as necessidades.

Mesmo contando com todas essas possibilidades que permitem intervir sobre os processos naturais, substituindo-os por produtos ou processos industriais que venham desempenhar resultados que os assemelham, ainda assim a agricultura tem muitas particularidades que fazem com que esteja diretamente ligada aos fatores da natureza.

Dessa forma, diante da utilização de recursos naturais que se faz necessária no processo produtivo, verifica-se o quanto este padrão em que a agricultura está firmada, utilizando intensivamente insumos altamente degradantes, mostra-se insustentável, uma vez que prejudica os recursos naturais, como água, solo, ar .

Essa profunda mudança no padrão tecnológico que culminou acarretando a modernização da agricultura começou a ser instaurada nos países desenvolvidos a partir da Revolução Verde¹, vindo a ser implantada no Brasil a partir da década de 1950. Nesse período, os países buscavam reconstruir-se depois dos fortes abalos advindos da Segunda Guerra Mundial. Dentro dessa perspectiva, emergiram propostas e modelos de desenvolvimento que buscavam alavancar as economias nacionais e superar o período de recessão.

O modelo de desenvolvimento dominante concedia excessiva ênfase ao aspecto econômico, em detrimento de outras dimensões que podem ser consideradas ao tratar-se de um conceito como o desenvolvimento, tão amplo e com a pretensão de ser aplicado em situações tão diversas.

¹ Denomina-se Revolução Verde o processo pelo qual o padrão agrícola químico, motomecânico e genético, criado nos Estados Unidos e na Europa, foi disseminado para várias partes do planeta. Este termo deriva dos enormes avanços genéticos que, aplicados à agricultura, possibilitaram a produção de variedades altamente produtivas, desde que se utilizasse também um conjunto de insumos e de práticas que ficou conhecido como "pacote tecnológico".

O processo de modernização da agricultura vai ao encontro do que fora proposto por esse modelo de desenvolvimento ao possibilitar a utilização de insumos industriais modernos nas unidades produtivas com o intuito de aumentar significativamente os índices de produtividade das lavouras. Dessa forma, a agricultura brasileira conseguiria abastecer o mercado interno e ainda gerar excedentes para ser exportados, contribuindo para aumentar o desempenho da balança comercial.

No entanto, as conseqüências desse processo começaram a revelar-se à medida que milhões de pequenos produtores rurais não tiveram condições de adquirir os insumos industriais necessários ao incremento da produtividade, ficando, dessa forma, à margem do processo de modernização. Além disso, inúmeros impactos ambientais negativos foram gerados devido à substituição dos recursos naturais por insumos industrializados que se mostram bastante degradantes quando colocados em contato com a terra, água e ar.

Essas são algumas das conseqüências advindas da aplicação desse modelo de desenvolvimento que privilegia o econômico, gerando inúmeros problemas de ordem social e ambiental. Em função disso, começa a emergir uma proposta de reação, alternativa àquela dominante, que retira o primado do econômico e confere importância à dimensão social, ambiental, política, cultural, etc., que possuem igual relevância dentro da proposta. Este modelo de desenvolvimento, envolto na complexidade de querer abarcar várias dimensões, ficou conhecido como “sustentável”.

O desencadeamento de um desenvolvimento sustentável é, seguramente, um dos maiores desafios que a humanidade terá que enfrentar nas próximas décadas. No entanto, o conceito de

sustentabilidade, embora muito utilizado, ainda parece ser uma perspectiva teoricamente vaga e empiricamente impreciso.

Theis e Merico (1999) propõem o emprego de dois parâmetros de sustentabilidade: desenvolvimento sustentável com sustentabilidade social e com sustentabilidade ambiental. Nesse caso, o desenvolvimento sustentável deverá orientar-se para uma interação que implique em benefícios sociais e ambientais superiores aos seus respectivos custos.

Conforme Gliessman (2000), a despeito de seus sucessos, nosso sistema de produção global de alimentos está no processo de minar a própria fundação sobre a qual foi construído. As técnicas, inovações, práticas e políticas que permitiram aumentos na produtividade também minaram a sua base. Elas retiraram excessivamente e degradaram os recursos naturais dos quais a agricultura depende – o solo, reservas de água e a diversidade genética natural. Por isso, a agricultura moderna é insustentável – ela não pode continuar a produzir comida suficiente para a população global, no longo prazo, porque deteriora as condições que a tornam possível.

Em meio a esse paradoxo, mostra-se latente a existência de duas visões antagônicas e conflitantes a respeito do padrão tecnológico que deve predominar e conseguir garantir a sustentação da agricultura no longo prazo: de um lado, **a agricultura moderna**, altamente mecanizada, demandando insumos industriais que lhe garantam bons índices de produtividade e qualidade a ponto de conseguir gerar produtos compatíveis com as necessidades das agroindústrias processadoras; de outro, **a agricultura ecológica**, utilizando técnicas que não prejudicam o meio ambiente, buscando promover a diversificação da propriedade e a conseqüente redução dos insumos externos à mesma.

Percebe-se que se mostra crescente ao longo dos anos o número de praticantes da agricultura ecológica, bem como o número de agentes que trabalham em prol do desenvolvimento de práticas agrícolas menos nocivas ao meio ambiente e à saúde humana. Inúmeras entidades, associações e Organizações Não-Governamentais (ONGs) espalhadas por todo o mundo vêm trabalhando na divulgação da necessidade de adoção de um novo sistema de produção agrícola que se empenhe na manutenção dos níveis de produtividade deixando menos resíduos e sendo menos nocivo ao meio ambiente.

Este é um processo lento e demorado que requer o comprometimento de todos os agentes envolvidos na causa pela qual se exige a mudança. Neste caso, essa é de grande magnitude por tratar-se de uma quebra do paradigma criado a partir da Revolução Verde e a adoção de um novo padrão tecnológico de produção agrícola capaz de garantir as necessidades alimentares e sociais das atuais e futuras gerações e, ao mesmo tempo, a conservação dos recursos naturais.

Inseridos nessa problemática, encontram-se inúmeros agentes que vêm desenvolvendo experiências de lavouras cultivadas de forma sustentável, produzindo produtos orgânicos que não causam danos ao solo, não sendo nocivos à saúde dos produtores, tampouco dos consumidores.

No Brasil, destacam-se os trabalhos das ONGs agroambientalistas surgidas durante a década de 80. Estas organizações têm atuado em todo o País e ganham cada vez mais adeptos que passam a atuar em prol da preservação ambiental e social. Conforme Ehlers (1999), um dos principais desafios dessas entidades tem sido a adequabilidade de suas propostas à realidade do meio rural brasileiro. Muitas experiências têm mostrado-se satisfatórias do ponto de vista ecológico e social. Mas, em alguns casos, não apresentam-se rentáveis e produtivas

suficientemente a ponto de conseguir "vencer" a lógica comercial da agricultura moderna. Na prática, grande parte das ONGs reconhece a dificuldade da substituição do padrão convencional pelo alternativo e adota soluções "intermediárias" que procuram aliar o desejável ao exequível.

No Rio Grande do Sul, este trabalho vem mostrando resultados satisfatórios nas experiências práticas existentes de sistemas de produção livre de insumos industriais desenvolvidos por cooperativas que já são destaque no Estado no segmento de produtos ecológicos. Este é o caso da Cooperativa Ecológica Coolméia de Porto Alegre, que se consagrou pela comercialização de hortifrutigranjeiros, conquistando uma parcela do mercado consumidor formado por pessoas que têm preferência por estes produtos, pela sua característica saudável e natural. Esses atributos servem como diferenciais aos produtos e com isto a entidade consegue agregar-lhes valor, daí uma das causas do sucesso desse empreendimento.

Outra iniciativa neste segmento produtivo está sendo desenvolvida na região do Vale do Rio Pardo (centro-sul do Rio Grande do Sul), onde foi fundada em agosto de 2000 a Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas Ltda. (Ecovale). Esta organização é responsável pela comercialização de produtos alimentares ecológicos. Quando fundada, apresentava cerca de quarenta famílias cooperadas provenientes dos municípios de Vale do Sol, Vera Cruz, Paraíso do Sul e Santa Cruz do Sul. E este último abriga a sede da Ecovale, onde os produtos são comercializados para o consumidor final.

Pelo reconhecimento da mudança no padrão tecnológico que estes produtores rurais estão implantando na região do Vale do Rio Pardo, que teve seu desenvolvimento fundamentado no cultivo do fumo em folha, cultura em que o produtor trabalha em sistema integrado às agroindústrias fumageiras, pretende-se desenvolver este trabalho de modo a mostrar a

experiência desses produtores que mudaram toda a lógica de produção das suas propriedades, em prol da realização de uma agricultura sustentável, que busca fortalecer-se através da cooperação entre os membros e do suporte da organização cooperativa.

O presente trabalho foi organizado, além desta seção introdutória, em mais 8 (oito) capítulos que serão apresentados a seguir.

O primeiro capítulo consiste na apresentação de uma contextualização do estudo, através da formulação e delimitação do problema de pesquisa que norteia as idéias em torno das quais são definidos os objetivos da pesquisa.

O segundo capítulo consiste na fundamentação teórica para o desenvolvimento do estudo. Neste, procura-se melhorar o entendimento sobre os principais temas discutidos ao longo da pesquisa, apresentando a visão de diversos autores que já estudaram o tema.

No terceiro capítulo, apresentam-se os aspectos metodológicos, revela-se o método escolhido para a execução da pesquisa, bem como os procedimentos e as razões da escolha dos instrumentos de pesquisa e análise de dados.

No quarto capítulo, começa a realização da análise e interpretação dos dados, elabora-se o histórico da organização cooperativa e o perfil da sua região de atuação.

No quinto capítulo, apresentam-se as principais motivações que levaram os produtores a mudar de atividade produtiva e a formarem a cooperativa Ecovale.

O capítulo seis aborda as diversas formas de cooperação desenvolvidas pelos sócios cooperados da cooperativa Ecovale.

No capítulo sete, revelam-se as condicionantes que vêm sendo desenvolvidas pelos sócios cooperados da Cooperativa Ecovale que estão contribuindo para o alcance ou a manutenção da sustentabilidade dos próprios produtores e da cooperativa.

Finalmente, o capítulo oito dedica-se à apresentação das considerações finais do trabalho, os principais resultados encontrados, bem como as limitações e sugestões para a realização de novos estudos a partir deste.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

1.1. Formulação e delimitação do problema da pesquisa

A partir da verificação da existência de duas visões antagônicas que pretendem muito mais que discutir um modelo de produção agrícola, mas discutir a forma de se fazer agricultura, pretende-se mostrar a experiência de alguns produtores que estão abandonando a agricultura moderna, até então produzida em sistema integrado à agroindústria fumageira para inserir suas unidades produtivas num sistema de produção ecológico que utiliza a cooperação como elemento chave para garantir a comercialização dos produtos e a conseqüente viabilização econômica da atividade.

A mudança que vem sendo implementada por esses produtores rurais pretende convergir para o alcance da sustentabilidade dos mesmos. De acordo com Becker (1997), a década de 1990 foi marcada pela intensificação da necessidade de promover a mudança na relação entre sociedade e natureza com o intuito de criar as bases para definir um ideal de sustentabilidade, o qual pretende desenvolver um novo projeto para a sociedade, capaz de garantir, no presente e no futuro, a sobrevivência dos grupos sociais e da natureza.

Atualmente, verifica-se o aumento significativo de entidades, associações e grupos que vêm desenvolvendo e colocando em prática este ideal, que implica na adoção de mudanças no modo de viver de cada um dos cidadãos e, conseqüentemente, da sociedade como um todo. Quando relacionado ao setor agrícola, as mudanças se dão principalmente nos sistemas de cultivo adotados.

Na região do Vale do Rio Pardo muito do que vem sendo feito neste sentido tem o incentivo e o suporte técnico do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), sediado em Santa Cruz do Sul². Esta entidade constitui-se em um grupo de apoio e assistência técnica para agricultores e é vinculado e mantido pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil. O objetivo principal dessa entidade é o de mostrar aos agricultores a viabilidade econômica e ecológica das pequenas propriedades, assim como as técnicas alternativas suscetíveis de darem à propriedade uma maior autonomia em relação ao mercado (Almeida, 1999).

Em se tratando do Vale do Rio Pardo, este se constitui um grande desafio já que existe uma forte influência da indústria fumageira na região, que conta com cerca de 32 mil produtores de fumo, trabalhando em regime integrado à indústria que lhes proporcionam assistência técnica, crédito para o custeio, seguro agrícola para as lavouras e a distribuição de insumos químicos diretamente nas propriedades, o que vem a tornar-se um grande atrativo, fazendo com que o produtor dedique-se integralmente a esta cultura.

²No estado do Rio Grande do Sul o CAPA também atua nos municípios de Erechim e São Lourenço do Sul. Estes núcleos, juntamente com o de Santa Cruz do Sul, localizam-se em regiões onde predominam os minifúndios e onde residem descendentes de imigrantes europeus de origem alemã.

Não obstante, o cultivo de fumo mostra-se altamente degradante e prejudicial ao meio ambiente e também à saúde dos produtores devido às altas dosagens de produtos químicos que são utilizadas nas lavouras. Além disso, o fumicultor torna-se totalmente dependente da agroindústria, pois esta lhe determina o volume a ser produzido, bem como o preço pago pelo produto ao final da colheita.

No entanto, com o progressivo aumento da consciência da necessidade de proteção do meio ambiente que se intensificou no Brasil sobretudo na década de 90 e também a pressão por parte dos órgãos ambientais por padrões produtivos menos nocivos à sociedade e à natureza, as organizações produtivas industriais vêm sendo forçadas a estabelecerem condições de produção mais adequadas ao cumprimento da legislação ambiental.

Diante desta realidade, o setor fumageiro que contribuiu sobremaneira para o crescimento e desenvolvimento do Vale do Rio Pardo está passando por um momento de reestruturação. Organismos ambientais vêm insistindo para que se promovam mudanças no sistema de cultivo do fumo com a introdução de técnicas mais sustentáveis por parte da indústria fumageira.

Além dos impactos ambientais, o processo produtivo da forma como vem sendo realizado põe em risco a vida do fumicultor pelo contato direto que mantém com os agrotóxicos. Os reflexos disso estão nos altos índices de doenças como hidrocefalia que se verificam nas famílias de produtores, bem como a alta incidência de suicídios entre fumicultores do município de Venâncio Aires (maior na produção de fumo na região) atribuídos ao uso intensivo de produtos químicos (Hermes, 2000. p. 55).

Aliado a isto, os órgãos governamentais vêm instituindo campanhas contra o tabagismo em nível nacional e mundial, visando à redução do consumo do cigarro, já que trata-se de um produto prejudicial à saúde humana. Esta medida vem acarretar diminuição nos preços e na área cultivada do produto (Silva, 2000).

Mesmo diante desta problemática, uma grande parte dos produtores da região vêm no fumo a garantia que precisam para tornar a sua propriedade produtiva e rentável, já que dispõe de um mercado garantido para a venda do produto e o conseqüente aporte de renda para a manutenção das suas atividades e de suas famílias.

Inseridos neste contexto regional de predomínio da lógica capitalista impulsionada pelo complexo multinacional fumageiro, alguns produtores vêm, de forma gradativa, abandonando os produtos químicos e inserindo sua propriedade numa lógica sistêmica e ecológica, em que se utilizam insumos provindos das atividades desenvolvidas dentro da mesma, priorizando-se a diversificação de culturas agrícolas.

A união destes produtores em vista do interesse de desenvolver um padrão produtivo mais sustentável nas suas propriedades, vem a ser o despertar para a consciência ecológica na região, tão arraigada aos padrões químicos desenvolvidos ao longo dos anos no cultivo do fumo.

Como alternativa de viabilização desta atividade e garantia de maior acesso dos produtores ao mercado consumidor é que se criou a Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecológicas Ltda. (Ecovale). Esta organização foi criada com o intuito de organizar os produtores em torno de um mesmo e único objetivo: praticar e desenvolver a agroecologia nas suas propriedades, utilizando “tecnologias limpas” que originem produtos saudáveis e com maior

valor nutricional, que sirvam como atributos diferenciais para que se consiga atrair um nicho de mercado suficiente a ponto de viabilizar a atividade.

Pelo caráter inovador que esta iniciativa representa em termos de atividade produtiva no Vale do Rio Pardo, faz-se necessário verificar a viabilidade deste empreendimento frente à realidade da região em que está inserido. Esta atividade deve mostrar-se lucrativa a ponto de servir de incentivo para que o produtor continue a desenvolvê-la, com perspectivas de conquista de novos mercados e inserção de novos associados na organização que também desenvolvam práticas ecológicas.

As organizações cooperativas possuem expressiva participação no contexto organizacional do Brasil. Silva (1998), denota a importância social que estas organizações exercem já que mais de 80% dos cooperados associados às cooperativas de produção no Brasil são considerados pequenos produtores.

A Cooperativa Ecovale é formada, predominantemente, por agricultores familiares que gradativamente estão abandonando a cultura do fumo e dedicando-se à produção de produtos ecológicos. Cabe verificar como os ideais e princípios cooperativistas estão sendo desenvolvidos pelos sócios cooperados de forma a auxiliar o fortalecimento desse “negócio agrícola”, que tem a particularidade de estar inserido numa região de grande predomínio da cultura fumageira, atrativa aos produtores em rendimentos financeiros.

Partindo dessas inferências, o presente trabalho foi construído de forma a responder à questão de estudo objeto da pesquisa: **Quais as práticas sociais cooperativas que estão sendo realizadas pelos sócios cooperados da Cooperativa de Agricultores Familiares Ecologistas**

(Ecovale) que estejam contribuindo para que consiga ser sustentável, levando-se em consideração as implicações do macro ambiente³ em que está inserida?

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo geral

Analisar as práticas sociais cooperativas dos sócios cooperados da Cooperativa Ecovale que estão contribuindo para que esta organização torne-se sustentável.

1.2.2. Objetivos específicos

1.2.2.1) Descrever como se deu o processo de formação e funcionamento da organização;

1.2.2.2) Identificar quais as motivações que levaram os produtores a se organizarem em cooperativa;

1.2.2.3) Identificar quais as práticas sociais existentes na cooperativa que expressam a cooperação existente entre os sócios cooperados;

1.2.2.4) Averiguar quais as práticas estabelecidas pela organização que estejam contribuindo para que consiga consolidar-se no mercado dentro do segmento de produtos ecológicos;

³ Por macro ambiente entende-se a região de atuação da Cooperativa Ecovale, onde há forte inserção da indústria fumageira e predominância do cultivo do fumo nas propriedades rurais, produzido no sistema de cultivo convencional.

1.2.2.5) Averiguar quais as práticas existentes nas unidades produtivas que revelam o comprometimento dos cooperados com a utilização de “tecnologias limpas”⁴ e práticas conservacionistas;

1.2.2.6) Averiguar quais as instituições que se relacionam direta e/ou indiretamente com os produtores, bem como as políticas públicas existentes que se mostram favoráveis ao desenvolvimento do setor.

1.3. Justificativa

Em meio a tantos debates e discussões realizados no meio acadêmico sobre a viabilidade de utilização de um novo padrão tecnológico na agricultura que consiga contribuir para a geração de alimentos sem agredir o meio ambiente e à saúde humana, torna-se relevante a realização de pesquisas que demonstrem experiências práticas de atores sociais que estejam trabalhando ou desenvolvendo ações em prol da sustentabilidade agrícola.

Em meio a divergentes opiniões que reacendem esse debate, algumas consideram esse novo padrão tecnológico marginal e, enquanto tal, incompatível de ser utilizado em grande escala. Por outro lado, existem opiniões ingênuas de quem crê ser esta nova forma de produzir capaz de superar totalmente os grandes problemas desencadeados até então pelo modelo dominante. Para contextualizar esse debate, esse estudo revela a experiência de pequenos produtores rurais que estão promovendo a mudança de um padrão tecnológico considerado

⁴ Entende-se por tecnologias limpas os insumos utilizados para se obter um determinado produto que não cause degradação dos recursos naturais, sejam estes renováveis ou não renováveis.

degradante e insustentável, para outro, que procura ser eficiente sem causar os mesmos danos à saúde humana e à natureza.

A relevância teórica deste estudo, portanto, está na elucidação desse debate que recai sobre a temática do desenvolvimento sustentável. No nível prático, propõe-se fornecer subsídios para reorientar as atividades das organizações cooperativas que estejam desenvolvendo atividades similares a da Cooperativa Ecovale no segmento de produtos ecológicos.

Para as organizações cooperativas é importante que se possua uma fonte de subsídios e conhecimentos que sirvam de suporte às mesmas, para que consigam desenvolver-se de modo a conseguir suprir às exigências cada vez maiores por parte dos cooperados e, principalmente, do mercado consumidor. As cooperativas de produtos ecológicos vêm dinamizar o setor cooperativo de produtos agrícolas caracterizado, predominantemente, por lidar com produtos tradicionais considerados “commodities”.

Configura-se, assim, a conveniência da realização da pesquisa, bem como a sua relevância social, já que os seus resultados podem servir de auxílio na tomada de decisão da entidade ou de outras que venham ou possam contribuir para o seu desenvolvimento, a fim de que consigam melhor qualificar seus cooperados e parceiros para torná-los empreendedores, melhorando o nível de renda e a qualidade de vida no campo.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo procura verificar na literatura existente o que foi desenvolvido por diversos autores que se detiveram em analisar o desenvolvimento sustentável, o cooperativismo e a cooperação, já que estes configuram-se como sendo os grandes temas abordados neste trabalho.

Por meio deste arcabouço teórico procura-se compreender melhor o que já foi estudado sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento deste estudo.

2.1. Os fatos históricos que conduzem à noção de desenvolvimento sustentável

É vasta a literatura que aborda a problemática do desenvolvimento sustentável que vem sendo amplamente discutida atualmente por autores de diversas linhas de pensamento e de diferentes formações acadêmicas. O estudo do tema tem se intensificado nas duas últimas décadas (1980-90) em decorrência do aumento da preocupação com a questão ambiental, que diz respeito ao intenso processo de degradação generalizada do meio ambiente e dos recursos naturais, provocados pela intensificação do crescimento econômico e populacional ocorridos no século XX.

No entanto, visões dicotômicas vêm trazendo desde o período do pós-guerra maneiras diferentes de qualificar e de se pensar o desenvolvimento. A visão predominante que se fazia

presente no debate desse tema na década de 1960, via o desenvolvimento como aquele que deveria ser medido por indicadores estritamente econômicos, tais como: o aumento da renda per capita da população, aumento do Produto Nacional Bruto (PNB), enfim, um desenvolvimento que se originaria a partir do crescimento econômico.

Esse modelo, baseado fundamentalmente na premissa de que o desenvolvimento advém do crescimento econômico, era defendido pelos monetaristas americanos da Escola de Chicago que consideravam inútil e prejudicial a intervenção do Estado para a expansão do desenvolvimento econômico, por meio de despesas de investimento. Para eles, deve-se apenas dirigir a evolução da massa de dinheiro em circulação para obter o desenvolvimento e a estabilidade econômica (Sandroni, 1999). No Brasil, o monetarismo constituiu um dos pilares da política econômica governamental após 1964, especialmente durante o período em que Delfim Neto foi ministro da Fazenda (1967-74).

Não obstante, começaram a surgir nesse período, economistas que criticavam e combatiam os monetaristas. Estes, em grande parte, eram representantes da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e defendiam a necessidade de mudança na estrutura econômica dos países subdesenvolvidos, preconizando a reforma agrária, a distribuição de renda e o controle dos capitais estrangeiros. O modelo desenvolvimentista cepalino, como era conhecido, acreditava na necessidade de se promover uma intervenção sobre as estruturas para que se modificasse o processo de desenvolvimento.

Essas visões, amplamente opostas na sua maneira de conceituar o desenvolvimento, também divergiam no tocante ao papel que a agricultura, enquanto setor de bastante relevância na economia brasileira da época, deveria desempenhar dentro desse processo. Para os

monetaristas, a agricultura deveria ter, sobretudo, característica de exportadora, gerando divisas que contribuíssem para fortalecer e dinamizar a economia brasileira. Por outro lado, o modelo cepalino desenvolvia uma forte crítica à estrutura fundiária existente e preconizava a idéia de que a agricultura deveria conceder prioridade ao abastecimento do mercado interno.

O processo de modernização da agricultura, consagrado no Brasil a partir da Revolução Verde, procurava trazer condições para que a agricultura conseguisse cumprir o papel de exportadora e, conseqüentemente, de geradora de divisas. Para isso, o governo lançou instrumentos de política agrícola, em especial o crédito rural, que colaborou para que os produtores rurais tivessem condições de mecanizar e tecnificar as suas unidades produtivas. Com isso, a agricultura passou a demandar produtos industriais, proporcionando incrementos na indústria de máquinas e implementos agrícolas.

Intensifica-se, dessa forma, o processo que deu origem aos complexos agroindustriais (CAIs) a partir da substituição do complexo rural por atividades agrícolas integradas à indústria, a intensificação das trocas intersetoriais e da especialização da produção agrícola.

Como resultante de todo esse processo, verifica-se que a agricultura contribuiu para gerar padrões de desenvolvimento que colocaram o Brasil na oitava posição entre os países mais desenvolvidos do mundo. Não obstante, desse padrão de desenvolvimento originaram-se graves problemas sociais, como o agravamento da desigualdade na distribuição da renda.

Muito desse problema foi agravado devido ao distanciamento que a agricultura familiar manteve desse processo. Como o objetivo maior era que a agricultura produzisse *commodities* para o mercado externo, o crédito era diferenciado dependendo do produto e, além disso,

concedido àqueles que tinham maiores condições de cumprir as exigências dos órgãos financiadores, ou seja, os médios e grandes proprietários. Dessa forma, a pequena propriedade ficou à margem do processo, não conseguiu se modernizar e ainda teve que competir com o restante das propriedades que, modernizadas, apresentavam-se mais produtivas.

Concomitantemente a todo esse processo, intensificavam-se em nível mundial as preocupações com o meio ambiente a partir da consciência dos danos causados pela atividade agrícola e industrial aos recursos naturais existentes na biosfera. Com a publicação do trabalho intitulado *Silent Spring* da bióloga Raquel Carson (1962), verificou-se que os problemas ambientais que se formaram a partir da Revolução Industrial eram bem graves. Esse trabalho gerou fortes discussões a respeito da preservação dos recursos naturais, o que culminou na criação do Clube de Roma que começou a apresentar estudos científicos a respeito da preservação ambiental entre 1972 e 74 (Pedrozo e Silva, 2000).

Dessa forma, começam a evidenciar-se as conseqüências danosas de um modelo que preconiza a produtividade a qualquer preço, sem preocupar-se com os efeitos ambientais provocados pela transformação das condições naturais da natureza. Daí surge a necessidade de se pensar em um modelo de desenvolvimento alternativo àquele predominante, que conseguisse abarcar outras dimensões além da econômica, acrescentando importância à dimensão ambiental, social, ética, política, cultural.

A partir do reconhecimento da inconsistência de um modelo de desenvolvimento que mostrou-se falho no que se refere principalmente à problemas relativos à dimensão social (agravamento da pobreza, do êxodo rural, da desigualdade da renda) e aos relativos à dimensão ambiental (destruição dos recursos naturais presentes no ecossistema, aumento da poluição dos

rios e mares, erosão do solo, destruição da camada de ozônio, etc.), começa a emergir um novo modelo, que surge como reação àquele comumente aceito, vindo a ser qualificado como sustentável.

A noção de desenvolvimento sustentável tem como uma de suas premissas fundamentais o reconhecimento da “insustentabilidade” ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Esta noção nasce da compreensão da finitude dos recursos naturais e das injustiças sociais provocadas pelo modelo de desenvolvimento vigente na maioria dos países (Almeida, 1997).

Segundo Almeida (1997) a noção de desenvolvimento sustentável vem sendo utilizada como portadora de um novo projeto para a sociedade, capaz de garantir, no presente e no futuro, a sobrevivência dos grupos sociais e da natureza. Transforma-se, gradativamente, em uma categoria-chave, amplamente divulgada, inaugurando uma via alternativa onde transitam diferentes grupos sociais e de interesse como, por exemplo, políticos, profissionais dos setores público e privado, ecologistas, economistas, agências financeiras multilaterais, grandes empresas, etc.

Embasada e fundamentada por importantes estudos científicos realizados pelo Clube de Roma sobre a questão ambiental, ocorreu no ano de 1972 a Conferência sobre Meio Ambiente Humano organizada em Estocolmo pelas Nações Unidas. Nessa conferência, estabeleceram-se os princípios norteadores do desenvolvimento sustentável. Esses princípios reconhecem que o subdesenvolvimento é a origem da degradação ambiental (Sevilla, 1995).

Muitas das causas da crise ambiental originam-se a partir da desigualdade social. Daí surge uma das críticas ao modelo de desenvolvimento predominante, uma vez que mostra-se responsável pelo aumento da desigualdade entre pobres e ricos. De acordo com Guimarães (1991), as duas causas básicas da crise ambiental são a pobreza e o mau uso da riqueza: os pobres são compelidos a destruir no curto prazo precisamente os recursos em que se baseiam suas perspectivas de subsistência no longo prazo, enquanto a minoria rica provoca demandas na base de recursos que são largamente insustentáveis, transferindo os custos mais uma vez aos pobres.

Uma das formas de amenizar o problema da pobreza é garantir dignas condições de vida à população. Isto poderia ser feito através do aumento do nível de empregos nas regiões mais pobres que poderão ser proporcionados pela instalação de indústrias ou de atividades agroindustriais. Por outro lado, no caso da produção de produtos orgânicos o elo produção-comercialização-consumo é mais estreito, o que contribui para a divulgação de práticas de desenvolvimento sustentável, tanto na produção quanto no consumo.

Não obstante, Hogan e Vieira (1995) discutem o desafio que se cria ao tentar conscientizar as empresas da necessidade de respeitar a natureza e de diminuir os impactos ambientais, uma vez que estes interesses têm de ser conjugados com a racionalidade econômica destas.

Segundo estes autores, o desenvolvimento do sistema industrial nos anos 50-60 fez com que indústrias de grande porte viessem a instalar-se nas metrópoles brasileiras, impulsionando a migração de uma parcela considerável da população para estas regiões em busca de empregos. Estas indústrias, que por um lado eram grandes geradoras de empregos, contribuindo para o

crescimento da região onde estavam estabelecidas, por outro, sentiam-se desobrigadas a zelar pelo meio ambiente, soltando resíduos nos rios e lagos, retirando as riquezas naturais presentes nos solos e poluindo impunemente o ar.

A preocupação pública com os problemas de deterioração ambiental em nível mundial tem crescido continuamente desde meados da década de 1960, quando começou a revolução ambiental estadunidense. Na América Latina, a conscientização em prol do meio ambiente começou a estabelecer-se a partir de 1970. Com isso, começou a haver uma maior preocupação com as indústrias altamente poluentes que passaram a ter de obedecer uma legislação ambiental, bem como com as práticas agrícolas, intensivas em insumos químicos.

Como produto dessa preocupação pública pela deterioração ambiental emergem e se desenvolvem: 1) organizações não-governamentais e grupos comunitários que lutam pela proteção ambiental; 2) agências estatais encarregadas de proteger o ambiente; 3) grupos e instituições científicas que pesquisam os problemas ambientais; 4) um setor de administradores e gerentes que implementam um paradigma de gestão dos processos produtivos baseada na eficiência no uso dos materiais, na conservação da energia e no controle total da qualidade; 5) um mercado consumidor verde que demanda entre outras coisas alimentos de uma agricultura orgânica, papel reciclado, produtos que tenham sido produzidos utilizando tecnologias limpas. Todos estes atores e processos constituem o movimento ambientalista (Hogan e Vieira, 1995).

O conceito de desenvolvimento sustentável ocupa uma posição central dentro do ambientalismo. As bases consensuais do desenvolvimento sustentável referem-se ao ideal de harmonizar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental, ou seja, os interesses dos grupos privados terão de ser conciliados com os interesses dos grupos de proteção ambiental.

De acordo com Hogan e Vieira (1995) as bases consensuais do desenvolvimento sustentável se referem ao ideal de harmonizar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental e foram expressas pelo Relatório Brundtland, publicado em 1987. Este relatório define o desenvolvimento sustentável como aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.

Depreende-se a partir daí o conceito de necessidades, sobretudo as necessidades da camada mais pobre da população, que deve receber a máxima prioridade. Segundo Gómez (1997), ao analisar-se as bases do desenvolvimento sustentável podemos inferir que há uma clara preocupação tanto pela conservação dos recursos naturais como pela solução dos problemas sociais, ou seja, o desenvolvimento sustentável deverá garantir a igualdade social. Dessa forma, além de priorizar os aspectos ecológicos (manutenção das características dos ecossistemas no longo prazo) e o aspecto estritamente econômico (renda suficiente para que o manejo continue atraente), deve também implicar a busca da justiça social (distribuição dos benefícios e dos custos).

Toda a intensificação de movimentos, conferências e trabalhos científicos que foram se realizando com o passar do tempo, buscando verificar as incompatibilidades geradas pelo modelo de desenvolvimento dominante e, ao mesmo tempo, buscando construir os ideais de um novo modelo, de reação àquele comumente aplicado, considerado “sustentável”, contribuiu para incentivar o surgimento de movimentos sociais interessados na prática desse novo modelo, de modo a verificar a sua viabilidade

Diante dessa perspectiva, Gómez (1997) acredita que os atores sociais que têm condições de melhor realizar a transição para um modelo de desenvolvimento sustentável sejam os que

praticam a agricultura familiar. A sua afirmação é firmada na idéia de que o fim último da produção da agricultura familiar, ou seja, a sua reprodução como grupo social, parece ser a base sobre a qual se construirá o desenvolvimento sustentável. A prioridade está em desenvolver uma agricultura que possibilite a reprodução da família e a sua manutenção na atividade, relegando ao lucro uma importância secundária.

As primeiras experiências de lavouras agrícolas produzidas de forma sustentável foram desenvolvidas no estado do Rio Grande do Sul por agricultores familiares na década de 80. Essas práticas agrícolas começaram a acontecer contando com o suporte e apoio dos movimentos sociais existentes na época. Alguns produtores realizam uma agricultura de base ecológica, seguindo os princípios da agroecologia – ciência que enfatiza a aplicação de princípios e conceitos ecológicos nos agroecossistemas com o intuito de torná-los sustentáveis. De acordo com o levantamento realizado pela Emater/RS, existem atualmente cem núcleos de produção agroecológica no Rio Grande do Sul, desenvolvidos em pequenas propriedades (Felippi, 2000, p.5).

A produção agrícola desenvolvida pelos sócios cooperados da Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecológicos (Ecovale), tem seus princípios fundamentados na agroecologia, ciência que proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para que se desenvolva uma agricultura ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade (Gliessman, 2000).

Dessa forma, torna-se importante definir as bases da agricultura ecológica, caracterizada pela agroecologia. Segundo Gliessman (2000), a agroecologia enfatiza a valorização do

ecossistema e, a partir daí, procura-se realizar o aproveitamento de resíduos utilizados em outras atividades dentro da própria unidade produtiva para servir como adubo, quando se trata da produção agrícola ou para servir de alimento dos animais. Sendo assim, objetiva-se aproveitar tudo o que vem de dentro da propriedade, reduzindo a compra de insumos externos e, conseqüentemente, diminuindo os seus impactos, contribuindo para que se construam sistemas de cultivo que ajudem os produtores a otimizar os recursos disponíveis provindos de outras atividades realizadas no próprio ecossistema.

Segundo a instrução normativa nº 7, lançada em 17/05/1999, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a agricultura ecológica está enquadrada dentro do sistema orgânico de produção, bem como a agricultura denominada biodinâmica, natural, regenerativa, biológica ou permacultural. Embora com algumas especificidades, esses vários tipos de práticas agrícolas prezam pelo respeito ao meio ambiente e a aplicação de técnicas ambientalmente corretas.

O cultivo de produtos orgânicos foi potencializado pela crescente demanda quanto a processos e produtos sustentáveis que se evidenciaram nos últimos 30 anos, principalmente devido às exigências por parte dos consumidores em poderem adquirir produtos que lhes tragam segurança alimentar. Dessa forma, justifica-se a adoção de práticas que visem à sustentabilidade agrícola, conseguindo suprir as exigências cada vez maiores dos consumidores que requerem produtos saudáveis e, por outro lado, contribuindo para a prática de um tipo de agricultura ambientalmente correta, socialmente equitativa e economicamente eficiente.

2.1.1. As várias dimensões do desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável é visto como aquele capaz de harmonizar dimensões econômicas, sociais e ambientais com vistas a assegurar as necessidades das gerações futuras. Esta consciência apresenta-se como contraponto às conseqüências de um modelo de desenvolvimento insustentável que se intensificou na economia, contaminou o meio ambiente e afetou a saúde das pessoas (Martins, 2000).

Segundo esse autor, o conjunto de princípios que balizam o desenvolvimento sustentável exige a harmonia entre as dimensões econômicas, sociais e ambientais como um todo indivisível. Ou seja, as dimensões não podem ser tratadas individualmente. Esta é uma das grandes tendências para o século XXI: não há como pensar em desenvolvimento sem resolver o desafio da sustentabilidade, que representa um poderoso instrumento para fortalecer a consciência da dignidade humana.

O entendimento da importância de abordar a sustentabilidade sob várias dimensões, ou seja, pressupondo um caráter multidimensional que abrange diferentes níveis foi referenciado por Sacks (1986), apud Souza (2000). Para esse autor, existem mais duas dimensões a serem acrescentadas, além daquelas propostas por Martins (2000). Dessa forma, as dimensões da sustentabilidade aparecem da seguinte forma: sustentabilidade social, econômica, espacial, cultural e ambiental.

Também em conformidade com a necessidade de se ressaltar várias dimensões ao analisar a sustentabilidade, Guimarães (1991) salienta a importância da dimensão política. Segundo esse autor, para que se consiga superar a crise atual faz-se necessário a tomada de decisões políticas e a partir de então lançam-se as raízes epistemológicas para o estudo da

ecopolítica, relacionada com os sistemas institucionais e de poder de distribuição de recursos. Para que se possa compreendê-la, torna-se necessário analisar o processo social que está por trás dela e a partir daí, verificar-se-á que as possíveis soluções para a crise devem ser encontradas dentro do próprio sistema social e político.

Além da criação de políticas ambientais mais pertinentes e firmes para limitar a utilização intensiva de recursos ambientais pelas unidades produtivas, o autor também salienta a importância de aplicarem-se cargas tributárias do tipo “paga mais quem polui mais” com o propósito de fazer com que as empresas adotem técnicas menos agressivas ao ambiente.

Apesar de verificarmos que existem empresas bastante engajadas em oferecer produtos ditos “ecologicamente corretos”, procurando atender ao cada vez mais crescente número de consumidores que estão demandando produtos menos nocivos à natureza e a sua própria saúde, Graziano da Silva (1999) verifica que não existe no Brasil uma conscientização por parte do empresariado da necessidade de incorporar os parâmetros básicos da sustentabilidade no processo produtivo. Os empresários vêm dedicando-se a produção destes produtos por verificarem a existência de um mercado amplo a ser explorado. No entanto, não existe um processo de desenvolvimento que se possa chamar de sustentável em sua dimensão ambiental e produtiva, economicamente eficiente e socialmente equitativo.

Por admitir a complexidade que está envolvida em torno do tema, verifica-se a emergência na realização de estudos e pesquisas que abordem a problemática do desenvolvimento sustentável nas suas várias dimensões com a pretensão de contribuir para o entendimento e melhor aplicabilidade desse modelo “alternativo” ainda em construção.

Apesar das múltiplas dimensões que precisam ser abordadas para a compreensão do desenvolvimento sustentável, este trabalho limitar-se-á ao estudo das dimensões econômica, ambiental e político-institucional. A escolha por estas dimensões deve-se à relevância que possuem dentro do campo de investigação proposto, uma vez que o trabalho procura salientar as principais modificações que ocorreram ou que impulsionaram a mudança no padrão tecnológico utilizado por esses agricultores familiares, modificações essas que ocorreram principalmente no que se refere às três dimensões citadas.

2.1.2. A agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável

A crise de ordem social, ambiental e cultural que assolou o mundo no final do século XX deve-se, em grande parte, à excessiva ênfase concedida à dimensão econômica que permeou a lógica e a dinâmica de funcionamento das organizações.

Para verificar o índice de desenvolvimento de um determinado país ou nação elegiam-se indicadores meramente econômicos, que por meio de números ou índices estatísticos identificariam o quão desenvolvido apresentava-se no momento.

Como conseqüência desse processo muitos desequilíbrios estruturais foram gerados: o aumento na desigualdade entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, os impactos alarmantes nos recursos naturais presentes no ecossistema, a valorização das políticas econômicas em detrimento das de cunho social, a falta do pensamento ético que possibilitasse delimitar limites para o crescimento econômico a qualquer custo.

A partir das críticas ao modelo econômico vigente, foi-se verificando que uma política em prol do desenvolvimento de um país ou região envolvia muito mais que variáveis de ordem

econômica; fazia-se necessário englobar dimensões sociais, culturais, ambientais, éticas, políticas, constituindo um todo que deveria ser analisado conjuntamente.

Outras variáveis, que não apenas as econômicas, passaram a contribuir para a emergência de uma outra concepção de desenvolvimento. Verifica-se atualmente a existência de um contraponto que flexibilizou o caráter meramente econômico envolvido na temática do desenvolvimento.

Essa flexibilização impulsionou à chegada do que hoje conhecemos como “Desenvolvimento Sustentável”. Nessa outra perspectiva, os caminhos que conduzem ao desenvolvimento deixam de ser globais, universalistas, podendo ser aplicados em qualquer lugar do mundo e passam a assumir uma perspectiva local, de descoberta de caminhos e soluções de acordo com as necessidades locais.

Dessa forma, a noção de desenvolvimento sustentável deixa de ser linear, como aquela que assumiu o modelo convencional de desenvolvimento, para transformar-se no reconhecimento e na articulação de diferentes formas de organização e demandas como a base de uma verdadeira sustentabilidade (Brinckmann, 1997).

Ao intensificarem-se os debates sobre a sustentabilidade do desenvolvimento, a agricultura se insere como um importante tema a ser tratado, principalmente por ser um setor que utiliza e depende diretamente dos recursos naturais para a execução das atividades agrícolas. A imprecisão conceitual que gira em torno da agricultura sustentável permite agregar em torno de si diferentes posições, desde aquelas que propõem a redução de insumos químicos no processo produtivo, até as que buscam alternativas novas e mais radicais para as práticas produtivas e

sociais, tentando substituir aquelas que a agricultura moderna implantou nas últimas décadas (Brinckmann, 1997 apud Veiga, 1994).

Verifica-se que o avanço que se deu em torno da temática da sustentabilidade ainda é insuficiente e pouco operacionalizável, nada há de definitivo e muito ainda poderá ser descoberto em torno das práticas agrícolas que deverão prezar por uma agricultura ambientalmente equilibrada e com bons níveis de produtividade.

Alguns autores advogam que é a partir da pequena produção familiar que se poderá viabilizar a transição rumo a uma agricultura sustentável, ou seja, é a partir dela que se poderá encarar o desenvolvimento sustentável como um processo de aprendizagem da sociedade, orientado para a identificação e satisfação, em base sustentável de necessidades humanas, materiais, sociais e culturalmente determinadas (Brinckmann, 1997 apud Sacks, 1986).

Segundo Brose (2000), a base social do desenvolvimento rural dos países capitalistas centrais, entre os quais os Estados Unidos, o Canadá, a Europa Ocidental e o Japão é formada basicamente pela agricultura familiar. Embora as unidades produtivas nestes países tendam a crescer em termos de tamanho, elas continuam apoiando-se fundamentalmente na mão-de-obra familiar.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) citados por Rodrigues (2000), a agricultura familiar é definida a partir de três características centrais:

a) a gestão da unidade produtiva é realizada por pessoas que mantêm entre si laços de parentesco e casamento;

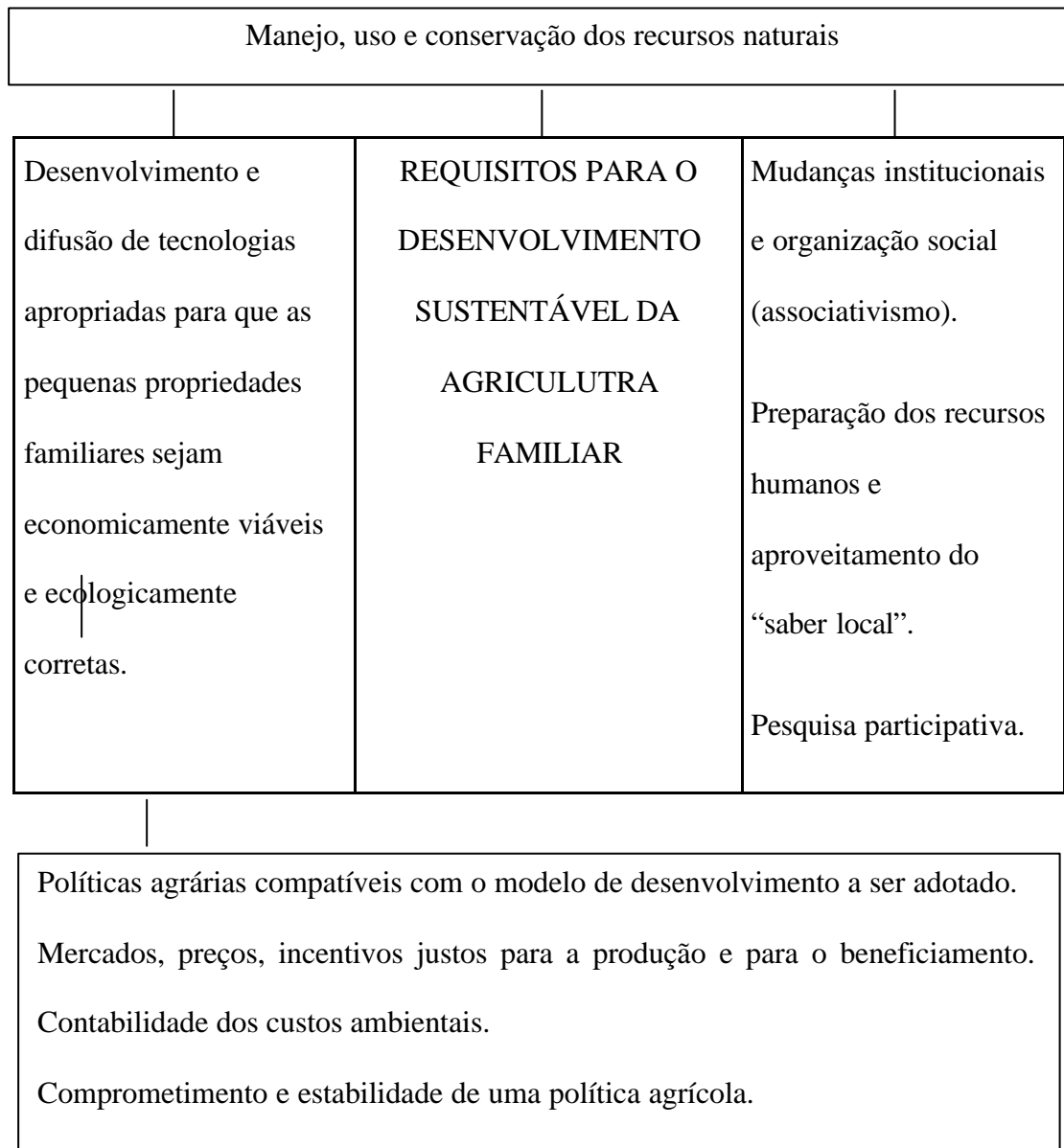
b) uma grande parte do trabalho, senão a maior, é realizado por membros da família e

c) os meios de produção (embora nem sempre a terra) pertencem à família.

No Brasil, uma pesquisa realizada pela FAO em 1997 revelou que dos cinco milhões de estabelecimentos agrícolas existentes, quatro milhões e cento e trinta e nove mil, ou seja, 85%, configuram agricultura familiar. O total de propriedades familiares abrange apenas 30% da área agrícola do País e responde por 37,9% do valor produzido nacionalmente (Rodrigues, 2000).

A agricultura familiar brasileira contribui com quase 40% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, além disso, verifica-se em Rodrigues (2000) que a produtividade obtida é bem superior a gerada pela agricultura patronal e é a agricultura familiar a principal fonte de empregos no meio rural. Destaca-se por promover uma agricultura social aliada à geração de renda.

Constatada a importância que a agricultura familiar exerce no cenário agrícola do País e verificada a possibilidade de ser este tipo de agricultura o que tem maiores condições de realizar a transição rumo à agricultura sustentável graças às suas condições de produção e sua lógica econômica de reprodução simples, verifica-se através da figura abaixo algumas práticas e fatores que devem existir para o alcance da sustentabilidade.

Figura 1: Requisitos para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar

Fonte: Brinckmann (1997) adaptado de Altieri (1995)

Embora tendo de priorizar todos os requisitos dispostos na figura acima para o estabelecimento de uma agricultura familiar sustentável, verifica-se que atualmente muitas práticas já existentes estão baseadas nesses requisitos e muito do que foi idealizado para que se consiga alcançar bons níveis de sustentabilidade já vem sendo realizado por muitos agricultores.

A agricultura familiar é bastante expressiva na região do Vale do Rio Pardo, sendo dominante na microrregião de Santa Cruz do Sul. De acordo com Brinckmann (1997), apesar das limitações dos pequenos produtores rurais, detecta-se um esforço concentrado por parte de diferentes instituições que atuam na região (CAPA, EMBRAPA, EMATER, UNISC) para contribuir na melhoria da qualidade de vida da população através de esforços conjuntos na organização associativa, na busca de novos padrões tecnológicos e de um padrão alternativo de desenvolvimento.

Uma das maneiras de promover o fortalecimento do agricultor familiar, concedendo-lhe melhores oportunidades de qualificação profissional, autonomia e viabilização da sua atividade produtiva é através do desenvolvimento das diversas formas de cooperação que poderão existir entre as pessoas que exercem uma mesma atividade.

Caracteriza-se, a seguir, a cooperação nas suas mais diversas formas. A cooperação que até pouco tempo era uma característica que se manifestava apenas nas organizações cooperativas, mostra-se hoje integrante das ações estratégicas de outros tipos de organizações, podendo caracterizar-se até mesmo como uma vantagem competitiva em alguns casos.

2.2. Cooperação

Uma das principais características existentes numa organização cooperativa é a cooperação entre os cooperados. Isto foi analisado por Benecke (1980). Segundo o autor, deveria ser realizado um trabalho de educação nos associados para que compreendessem a estrutura da cooperativa, conhecessem a necessidade de cumprir disciplinadamente suas obrigações e aprendessem a aproveitar seus direitos. Na medida em que se despertar a compreensão para a cooperação, a cooperativa aumentará a expectativa de êxito, entendido como melhor situação dos associados e como contribuição ao desenvolvimento do País.

Em qualquer caso, quer os indivíduos estejam familiarizados ou não com a colaboração econômica através de formas autóctones de cooperação, é indispensável preparar os associados para a cooperação na cooperativa.

A cooperação é considerada um dos fundamentos do cooperativismo. Conforme Kamii e De Vries (1991), apud Mesquita (1999), quando se usa o termo "cooperação" quer dizer "cooperar", "operar junto" ou "negociar" para chegar a um acordo que pareça adequado a todos os envolvidos. Segundo esta autora, a cooperação às vezes implica em conflitos e brigas. Mas, o importante é que a cooperação com outros indivíduos permite o desenvolvimento da moralidade e da autonomia, condições para que se estabeleça um relacionamento de respeito mútuo entre as partes.

“No mundo do trabalho há numerosas situações em que regras impostas arbitrariamente impulsionam comportamentos individualistas, de estrita obediência às regras, portanto não comprometidos com os fins ou até não cooperativos. Conclui-se que uma pré-condição para cooperar reside na aceitação de regras estabelecidas de comum acordo ou, no mínimo, consentidas, como no caso de negociações sindicais e patronais” (Mesquita, 1999, p.164).

Coreno (1996) apud Mesquita (1999) ilustra situações de cooperação entre empresas competidoras, em que o estabelecimento de acordos e compromissos entre elas levaram a novas situações de negócio. Em outras palavras: no contexto do jogo competitivo entre as empresas, a cooperação significou "operar junto" e negociar regras que parecessem justas para todos.

“A idéia de cooperação envolve também a idéia de vantagem racional ou o bem de cada participante. Significa aquilo que os envolvidos na cooperação - sejam eles indivíduos, famílias, associações, ou mesmo estados nacionais - estão tentando obter, quando o esquema é considerado do seu ponto de vista. Ora, a idéia de estar tentando obter ganhos também está presente no jogo competitivo, o que nos leva a confirmar o inter-relacionamento entre competição e cooperação” (Coreno 1996, apud Mesquita, 1999).

Para Mesquita (1999), a competição e a cooperação são dois extremos de um *continuum* que aceita uma variada gama de nuances entre ambos.

“ A competição, tal como a conhecemos, já não existe mais. Não que a competição esteja se desvanecendo. De fato, ela está se intensificando, mas precisamos pensar nela diferentemente. O modo tradicional de ver a competição é em termos de produtos e mercados. Seu produto ou serviço avança contra o de seu competidor e um vence. Isto ainda é importante, mas este ponto de vista ignora o ambiente em que isto se estabelece e no qual o negócio existe. Empresas necessitam se co-desenvolver com outras no ambiente, um processo que envolve tanto cooperação quanto conflito” Moore (1996), apud Mesquita (1999).

É necessário que se estabeleçam relações compartilhadas, pois isto possibilitará a formação de alianças, acordos e administração de relações complexas entre as empresas. Quando as empresas observam o conjunto, quando elas compreendem que às vezes é melhor co-expandir que competir com um rival, isto pode fazer todas as partes mais fortes.

A cooperação é um sentimento que precisa ser desenvolvido nos agentes organizacionais. No momento em que um agente entra para uma determinada organização passa a fazer parte de um espaço social, ou seja, o ambiente de interação. O indivíduo deve estar aberto para passar por

um processo de socialização, passando a absorver os valores existentes na cultura da organização. Por consequência, o espaço social passa a ser um processo de aprendizagem dos seus integrantes.

Mesquita (2000) supõe que a cooperação assume significados diferenciados no interior das organizações, isto é, no seu espaço social, dependendo do lugar ocupado pelo respondente na hierarquia organizacional e do tempo em que atua na organização. Além disso, dependeria de como ele tem organizado sua estrutura cognitiva a partir de suas experiências de vida.

Conforme pesquisa realizada pela autora numa organização cooperativa, verifica-se que a cooperação foi percebida dentre os associados vinculados ao Conselho Administrativo como: ligada a uma idéia chave de bem comum; lutar por um mesmo ideal; disponibilidade; objetivos claros; respeito aos colegas; postura profissional e treinamento. Entre os associados que ingressaram recentemente na organização, a cooperação foi percebida como uma forma de aperfeiçoar o cooperativismo; uma responsabilidade que até vira rotina. Nesta organização, os novos integrantes assistem a um vídeo e palestras sobre o valor da cooperação e os benefícios que traz para a cooperativa (Mesquita, 2000).

A existência de cooperação entre os agentes organizacionais também é considerada fundamental nas pequenas e médias empresas (PMEs). Fensterseifer et al. (1997) verificam que a cooperação nas suas mais variadas formas é um conceito central que deve existir para a formação de uma rede. Para as PMEs que geralmente dispõem de recursos humanos e financeiros limitados, a cooperação poderá favorecer o desenvolvimento de uma rede de empresas com competências tecnológicas complementares que venham suprir as deficiências que uma empresa sozinha possa ter e se sinta incapaz de solucioná-la.

Segundo estes autores, a cooperação pode vir a ser um importante tipo de estratégia a ser adotada pela empresa. Ela poderá se estabelecer em forma de alianças, acordos ou parcerias com outras empresas. A cooperação com outras empresas é analisada do ponto de vista das vantagens competitivas que poderão ser obtidas, seja em custos de produção, seja em outros objetivos estratégicos.

De acordo com Fensterseifer (1998), a cooperação é vista como um imperativo fundamental para as empresas do terceiro milênio, já que estas devem assumir posturas mais pró-ativas para fazer frente ao ambiente mais competitivo, procurando desenvolver competências que possibilitem a sua atuação no comércio internacional.

As inúmeras mudanças que ocorreram no final do século XX fizeram com que as empresas verificassem a necessidade de buscar competências disponíveis no seu ambiente externo. Daí a necessidade de estabelecerem a cooperação com outros agentes, pois esta é considerada fundamental para o desenvolvimento de redes. O autor define rede como um complexo de relações cooperativas que dinamizam a ação de seus agentes em torno de objetivos comuns ou complementares. Esta definição coloca a cooperação, nas suas mais variadas formas e para as mais diversas finalidades, como o conceito central na formação de uma rede.

Verifica-se através de Schultz (2001) que o objetivo das empresas de obter vantagens competitivas se dá não mais através da competição indiscriminada com outras empresas que fazem parte do mesmo ambiente competitivo, e sim da cooperação entre elas.

Qualquer empresa que deseje satisfazer as necessidades de seus clientes deve perceber que o seu negócio está além dos seus próprios limites e que suas ações estratégicas dependem

também das ações dos seus fornecedores, dos fornecedores dos seus fornecedores, antes que o produto chegue ao consumidor final. Daí a necessidade de estabelecer uma maior coordenação e sincronização nos vários elos da cadeia produtiva, através de um processo de cooperação e troca de informações nos canais de distribuição que possibilite o gerenciamento adequado da cadeia de suprimentos.

Santana e Carvalho Jr. (1996) analisaram as estratégias empregadas pela indústria de carnes do estado de Santa Catarina e verificaram que a cooperação foi utilizada como alternativa para que esta indústria pudesse se manter competitiva diante das bruscas modificações macroeconômicas que ocorreram durante a década de 90, intensificadas pelo processo de desregulamentação de mercados e eliminação de fronteiras. A consolidação de parcerias com outros integrantes da cadeia produtiva, a montante e a jusante, é, com certeza, um dos fatores determinantes das vantagens competitivas desta indústria.

Neste estudo, a cooperação é vista como um dos elementos do padrão de concorrência que contribui para a busca de vantagens competitivas. As empresas entenderam que diante do novo padrão de concorrência vigente, torna-se necessário adotar estratégias que lhes assegurem um melhor posicionamento diante das forças de mercado. Dessa forma, a cooperação tornou-se um elemento importante para a definição das estratégias de crescimento, especialmente em um mercado que tende à globalização, como é o caso da indústria de carnes.

Entre as principais estratégias cooperativas adotadas por esta indústria, encontram-se o sistema de integração entre produtor-agroindústria, a transferência de tecnologia para outras empresas fornecedoras de matrizes que melhor atendam às necessidades de produção e aos padrões indicados pelo mercado, diversificação com outras empresas para diferenciar os

produtos sem sair do setor de alimentos e estabelecimento de parcerias através de *joint-ventures* (Santana e Carvalho Jr., 1996).

Com esta iniciativa, a indústria de carnes tenta vencer e/ou dominar a concorrência, pois encontra-se inserida num ambiente altamente competitivo, lançando estratégias que visam conquistar novos mercados nacionais e até mesmo, internacionais. Eis aqui uma visão diferenciada daquela utilizada em grande parte das cooperativas agropecuárias, nestas a cooperação fundamenta e dá suporte à organização, enquanto naquelas serve como estratégia para manter-se competitiva.

A cooperação tem perpassado as fronteiras do mundo empresarial e começa também a expressar-se no meio acadêmico. Isto se manifesta nas ações de professores e alunos da faculdade de agronomia da Universidade Federal de Pelotas, situada no estado do Rio Grande do Sul, através de uma nova experiência de extensão universitária, conhecida como “Projeto de cooperação em agricultura sustentável”. Objetiva-se, com isso, criar espaços de discussão e aperfeiçoamento de técnicas produtivas e métodos de análise em agricultura sustentável.

O programa pretende desenvolver nos produtores rurais as condições necessárias para a prática da agricultura sustentável. Para tanto, na etapa inicial do projeto houve uma reavaliação na extensão universitária que vinha sendo aplicada até então e, a partir daí, se propôs outro tipo de experiência, em que os alunos e professores universitários desenvolvem uma maior integração com os produtores rurais, deixando que os mesmos participem ativamente do projeto, relatando suas necessidades, através da experiência que possuem no ofício da atividade, tomando como referência a realidade da região em que estão inseridos.

Para Bezerra et al. (1997), o caráter diferencial dessa proposta está na interação que ocorre entre a comunidade universitária (professores e alunos) e os demais segmentos envolvidos (pequenos produtores da região e representantes de ONGs e de órgãos governamentais). Nesse sentido, a universidade procura romper com a abordagem convencional de extensão rural, em que o objeto de análise e ação é definido pelos próprios elaboradores do projeto (universidade), configurando uma ação unilateral e de domínio, em que a universidade é o ator (agente) e a comunidade, o espectador (paciente).

A partir das experiências relatadas acima, verifica-se o quanto a cooperação, nas suas mais variadas formas, está mostrando-se presente nos diversos tipos de organizações, deixando de ser característica exclusiva de organizações cooperativas que têm nela a sua legitimidade e as razões da sua existência.

2.3. Cooperativismo

Existem diferentes modelos de organizações, cada qual possuindo princípios e particularidades próprias de uma organização. A cooperativa é uma organização de caráter permanente, criada por um agrupamento de indivíduos com interesse comum, visando à realização de atividades econômicas relacionadas com o progresso econômico e bem-estar dos associados, onde os associados são titulares (proprietários) e usuários da organização (Carbonell de Masy, 1979).

Segundo Nogueira (1998), o surgimento do cooperativismo no Brasil contemplou e, conseqüentemente, confirmou o caráter heterogêneo desta iniciativa, na medida em que refletiu as muitas faces que a cooperação pode assumir, no contexto de um sistema econômico

tendencialmente anárquico e não igualitário. Os primeiros empreendimentos cooperativistas no País foram fundados no final do século XIX, e dedicaram-se às áreas de consumo, crédito e produção agrícola.

O período conhecido pela literatura cooperativista como o do surgimento do cooperativismo no Brasil, compreendido entre os anos de 1891, ano da fundação do primeiro empreendimento, e 1932, ano da edição da primeira lei que se propõe a regulamentar a atividade cooperativista completamente foi caracterizado pela espontaneidade das iniciativas em diversos ramos, algumas delas levadas a cabo pela ação de sindicatos de trabalhadores mas, acima de tudo, sem a contrapartida da participação regulatória estatal.

Entretanto, a partir de 1930, com a crise econômica mundial que teve também suas repercussões no Brasil, surgiram dificuldades de produção, de consumo, de comercialização e de crédito, que motivaram muitos a organizarem-se em torno a cooperativas, para resolverem melhor seus problemas nestes setores (Schneider e Lauschner, 1980). Surgiram cooperativas de crédito, habitacionais, de trabalho e as de produção, também chamadas de agropecuárias.

Verifica-se que no período compreendido entre 1960-75, houve uma diminuição do número de cooperativas agropecuárias no País, tendo havido entretanto um aumento significativo do número de associados nestas (Schneider e Lauschner, 1980). Isso se deve em parte à inviabilidade econômica de muitas cooperativas pequenas, em termos de quadro social e também de capacidade produtiva e de comercialização. Muitas destas foram extintas ou foram integradas em outras cooperativas, pelo processo de fusão ou incorporação, dando origem a cooperativas maiores e com melhores condições de sobreviverem num mercado altamente competitivo.

De acordo com Duarte (1985), “o cooperativismo tem sido criado como uma alternativa econômica a situações históricas específicas, sendo reconhecido como um dos mais eficientes instrumentos de desenvolvimento e de possível transformação social”. Esta visão do cooperativismo surgiu do duplo caráter que lhe é peculiar e que o distingue das demais organizações econômicas: o de sociedade de pessoas e o de empresas. Segundo esta autora, o cooperativismo pode ser interpretado como um mecanismo utilizado pelos produtores para enfrentar a concorrência e a dominação.

A estrutura organizacional das cooperativas foi analisada por Perius (1983). O ingresso do associado na organização é livre, bastando que tome a decisão de querer cooperar, desde que a organização da cooperativa traga os benefícios, que se resumem na maximização de remuneração das atividades profissionais. A relação jurídica cooperativa é de natureza institucional, porquanto se fundamenta na submissão a normas estatutárias, previamente estabelecidas.

O interesse do sócio se concentra na disposição de suas próprias atividades em favor dos negócios da empresa cooperativa. A participação pessoal se resume no dever de utilizar os serviços oferecidos pela cooperativa, comprometendo-se a entregar sua produção para que a cooperativa possa comercializá-la. A dupla qualidade do sócio convoca a contribuição pessoal máxima, ou seja, na cooperativa são idênticos os que possuem a empresa (donos) aos que fazem uso de seus serviços ou de suas instalações (usuários). A gestão cooperativa aplica os princípios da democracia às relações econômicas, expressa na igualdade de direitos e deveres (Perius, 1983).

As cooperativas agropecuárias passaram a ser vistas como uma oportunidade para aumentar o poder de barganha dos produtores no momento de aquisição de insumos industriais para a propriedade rural, pois na qualidade de prestadora de serviços aos seus usuários, a organização cooperativa pode vir a ser fornecedora destes insumos, podendo influir nas estratégias do mercado e nos preços dos produtos que compra e vende, enquanto que os produtores isolados e dispersos formam uma estrutura de mercado de concorrência perfeita, onde nenhum produtor individual tem condições de influir na conduta do mercado.

Segundo Schweinberger e Feldens (1982), as cooperativas podem ser o instrumento de desenvolvimento rural na medida em que viabilizam o aumento do poder de barganha dos produtores rurais garantindo uma elevação real da renda líquida. Isto pode ser feito pela cooperativa tanto através dos insumos industriais, quanto com os produtos agrícolas que devem ser vendidos à agroindústria processadora.

Os objetivos organizacionais cooperativos foram analisados por Oliveira (1979). Ao tratar-se de uma cooperativa agrícola, este autor verifica que o objetivo está centrado na congregação de todos os agricultores, prestando-lhes os serviços de crédito, transporte, armazenagem, classificação, padronização e comercialização da produção. Em geral, a cooperativa age como um agente intermediário entre o produtor e o comercializador de seus produtos.

Os objetivos devem ser estabelecidos de acordo com a capacidade da cooperativa, determinados por áreas (rentabilidade da produção entregue, retorno sobre o ativo, expansão das instalações, participação no mercado, reduções no custo unitário, etc.), quantificados no tempo, atribuíveis às responsabilidades concretas e focalizados nos resultados e não nas atividades, com

critérios de comportamento perante os imprevistos, com o propósito de garantir o desempenho coerente e racional do conjunto da empresa (Carbonell de Masy, 1979).

Segundo Carbonell de Masy (1979) o cooperativismo agrário apresenta três concepções. A primeira predomina entre os associados ou cooperados que reconhecem a cooperativa como um acordo revogável de pessoas que aspiram conseguir melhores preços e vantagens por seus produtos. Nesse caso, a ação individual substituirá a colaboração, caso os resultados não mostrem-se satisfatórios. De acordo com a segunda concepção apresentada pelo autor, a cooperativa prolonga a atividade das unidades econômicas e das explorações agrícolas dos associados, pois trata-se de um departamento comum ao serviço de diversas empresas que o controlam. Por fim, a terceira concepção reconhece que a organização cooperativa é vista como uma empresa privada pelos profissionais que fazem parte de seu quadro de pessoal. Estes profissionais terão de apresentar as mesmas qualificações técnicas e gerenciais que seriam necessárias caso trabalhassem em outro tipo de organização.

A cooperativa, assim como qualquer empresa moderna, requer a equilibrada combinação de três perspectivas, a da satisfação, a da otimização e a da adaptação ou inovação. Isto significa contar com homens capazes de interpretar o passado, o presente e o futuro da organização econômica (Carbonell de Masy, 1979).

Para tanto, torna-se necessário que a administração da cooperativa seja qualificada e competente de forma a promover o desenvolvimento da organização. Segundo Lazzarini et al. (1999), as cooperativas brasileiras não enfatizam a profissionalização da gestão. Ou seja, na maioria dos casos os próprios cooperados assumem funções diretivas na empresa, o que vem a

ser prejudicial pois não se estabelece a completa separação entre o controle da propriedade e o controle da empresa.

Não obstante, Carbonell de Masy (1979) evidencia o consenso firmado entre organizações cooperativas a respeito da necessidade de contratação de um gerente que não seja sócio-cooperado da mesma. Para este autor, as decisões empresariais que o gerente em uma moderna cooperativa de comercialização deve adotar, materialmente em nada se diferenciam das disposições e decisões próprias de uma empresa comercial não cooperativa.

Cabe dizer que as decisões dependerão da postura que a cooperativa vir a adotar, pois algumas organizações acabam privilegiando mais o aspecto econômico, enquanto outras, o social.

Carbonell de Masy (1979) defende que a figura de um gerente externo, ou seja, que não seja cooperado é importante principalmente porque o cooperado é, ao mesmo tempo, fornecedor e proprietário da organização e, muitas vezes, também cliente, quando da compra de insumos. A relação cooperado-cooperativa é portanto muito complexa, envolvendo o fornecimento de produtos e o recebimento de serviços, o pagamento destes produtos, e eventualmente a distribuição de sobras operacionais. A administração deste duplo papel de usuário-fornecedor e proprietário da organização desempenhado pelos associados é um desafio de difícil solução comum a cooperativas em todo o mundo. Dessa forma, o mais adequado é garantir que a gerência adquira um caráter independente, não sendo participante direto desta relação.

Pedrozo (2000) analisa as cooperativas agrícolas numa lógica sistêmica-complexa, procurando utilizar uma abordagem alternativa para compreender com maior riqueza o

funcionamento de uma cooperativa agropecuária. Conforme o autor, existem algumas características, regras ou princípios que quando adequadamente praticados contribuem para o pleno funcionamento de uma cooperativa, fazendo com que funcione de maneira diferenciada em relação às empresas em geral. São elas: a gestão democrática, a adesão livre e/ou voluntária, a neutralidade, o incentivo à educação, juros limitados e a importância secundária ao capital social e eficiência com equidade e/ou proporcionalidade.

Pelo que foi observado pelo autor, as organizações cooperativas são mais complexas que as empresas privadas, pois devem desenvolver habilidades para enfrentar um duplo desafio: concorrer com as empresas privadas num ambiente capitalista e dentro de um ponto de vista não-econômico, devem encontrar maneiras de incluir questões sociais e éticas no seu funcionamento. Para isso, possuem uma dupla complexidade, caracterizada pela coexistência de dois subsistemas principais no seu funcionamento: o da organização cooperativa e o da solidariedade cooperativa.

As questões sociais e éticas nas cooperativas são enfatizadas por Lazzarini et al.(1999). Para estes autores, o objetivo principal da cooperativa é aumentar o bem-estar do seu quadro de membros. Em outras palavras, o escopo da função objetivo depende sobremaneira dos objetivos individuais de cada membro ou sócio.

O aumento do bem-estar dos cooperados pode dar-se por meio de serviços prestados pela cooperativa, que venham ao encontro dos interesses dos cooperados. Isto foi salientado por Bialoskorski Neto et al. (1995). Para estes autores, faz-se necessário não só analisar o desempenho econômico, mas também a situação da prestação de serviços da cooperativa.

O princípio utilizado nesta abordagem é de que o produtor na fase de “pré-cooperação” tende a fazer um comparativo entre o tipo de sociedade cooperativa e os demais tipos para verificar qual tem possibilidade de lhe proporcionar maior satisfação: diretamente, através do aumento da sua renda e da disponibilidade de serviços; indiretamente, através da diminuição de riscos e/ou custos. Sendo assim, o indivíduo opta pela participação numa sociedade cooperativa somente quando esta lhe possibilita maior satisfação de suas necessidades, comparado com outras possibilidades de ação.

Segundo Schneider (1982), o cooperativismo exerce um importante papel frente à crise mundial econômica e social que perdura ao longo dos anos, trazendo conseqüências bastante danosas às nações, entre as quais: uma crescente concentração de riquezas e de poder pelas nações e pelas classes sociais, o desemprego, a destruição do equilíbrio ecológico, a formação de gigantescos monopólios ou quase monopólios, sob o controle de empresas multinacionais.

“De acordo com seus princípios e objetivos, o cooperativismo poderá demonstrar a auto-ajuda na base da entre-ajuda e a ampla participação dos associados dos diversos segmentos cooperativos em encontrar soluções econômicas, sociais e políticas solidárias que visem especialmente ao aumento das oportunidades de emprego, da produção de alimentos e a melhoria do desenvolvimento rural e urbano” (Schneider, 1982).

Um dos maiores desafios que se persegue hoje é a manutenção dos ideais cooperativos, fundados na adequação da associação democrática de produtores com interesses díspares que almejam a mútua ajuda à margem de qualquer interesse de lucro, mesmo estando inseridos numa economia de mercado, cujo dinamismo é governado por uma racionalidade econômica oposta ao ideal cooperativista.

2.3.1. Cooperativismo e sustentabilidade

Segundo Altíssimo (1992), o cooperativismo pode ser definido como uma prática social, em geral, de conteúdo eminentemente econômico, atrás do qual estão diferentes projetos de natureza econômica, social, política e cultural, sempre de acordo com os interesses dos grupos sociais ou individuais que o integram ou o condicionam.

De igual forma, ao lançar-se as bases para a compreensão do que está envolvido em torno da temática do desenvolvimento sustentável, também recaímos em torno de várias dimensões a ser compreendidas, entre as quais: a econômica, política, social, cultural, ética e ambiental.

Tendo a pretensão de abarcar todas estas dimensões, verifica-se que o cooperativismo enquanto prática social pode contribuir para o desenvolvimento sustentável de uma determinada região ou localidade onde estiver inserido. A complexidade gerada quando se tenta compreender tantas dimensões de ordens diferentes acaba gerando um grande desafio em torno do desenvolvimento dessas práticas.

Em consonância com o exposto acima, a Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (OCERGS), enquanto representante dos interesses das organizações cooperativas lançou como missão a “promoção do desenvolvimento sustentável pela cooperação”.

No entanto, verifica-se que a entidade centra a sua preocupação no aspecto econômico, procurando desenvolver o espírito cooperativo do associado para que visualize a importância de contribuir para o fortalecimento da sua empresa, promovendo a autogestão através do autocontrole e transparência administrativa para promover a melhoria dos negócios dos cooperados.

A sustentabilidade econômica que a OCERGS está disposta a desenvolver no setor cooperativo passa pela conscientização do associado de que é preciso reestruturar a empresa cooperativa para que tenha condições de atuar nas etapas de beneficiamento e industrialização dos produtos advindos do setor primário. A maioria das cooperativas exerce a função de comercializadora dos produtos “in natura”, enquanto que os elos da cadeia produtiva que mais agregam valor são os de beneficiamento, industrialização e comercialização dos produtos.

Dessa forma, a entidade procura desenvolver a visão de negócio no associado, fazendo com que veja na sua empresa a oportunidade de um maior aporte de renda. O objetivo é tornar a empresa cooperativa mais eficaz e com maior efetividade na prestação de serviços aos associados e suas famílias.

Tem-se a idéia de que com o saneamento dos problemas de ordem econômica que foram um dos principais responsáveis pela crise que assolou o cooperativismo nas décadas de 80 e 90, ocorrerá conjuntamente uma melhora nos aspectos sociais e uma maior conscientização em torno da educação ambiental nos associados e em suas famílias. A partir de então, demonstra-se que uma grande parte das cooperativas cumprem sua possível função social somente depois de haverem obtido êxito em sua atividade econômica.

Segundo Bialoskorski Neto (2000), este comportamento por parte das organizações cooperativas vem se tornando uma tendência em países desenvolvidos, como os Estados Unidos e Canadá, onde originaram-se cooperativas com uma nova arquitetura organizacional, que traz modificações nos direitos de propriedade e induz a organização cooperativa a um nível maior de eficiência econômica. De acordo com o autor, estas ficaram conhecidas como a Nova Geração de Cooperativas.

Entre as diferenças encontradas nestas organizações, está o fato de serem formadas somente por produtores selecionados, com o objetivo claro de estabelecer uma planta de processamento eficiente economicamente para a agregação de valor às *commodities* agropecuárias.

Outra importante diferença diz respeito à quota de participação que dá o direito ao associado de transacionar com sua cooperativa certa quantidade pré-estipulada de produto e também com uma qualidade pré-estipulada. Assim, a planta de processamento já é concebida com determinado tamanho e ganho de escala, mantendo a eficiência no processamento e orientada para um determinado mercado consumidor. Dessa forma, verifica-se que estas organizações prezam pela eficiência e competitividade, distanciando-se da preocupação centrada somente na vertente social.

Afora as organizações cooperativas que já estão consolidadas no mercado, trabalhando basicamente com *commodities*, vem surgindo nos últimos anos cooperativas dedicadas à produção e comercialização de produtos diferenciados, produzidos com base em técnicas conservacionistas e que tem como preocupação maior o respeito ao meio ambiente e a produção de alimentos saudáveis.

Nestas organizações, os princípios de participação, gestão democrática e a união de esforços dos cooperados contribuem para promover um nível de desenvolvimento mais equânime entre as várias dimensões da sustentabilidade, deixando de sobrevalorizar o aspecto econômico e concedendo grande importância aos aspectos ambientais e sociais. Esses princípios estão em consonância com o que vem sendo desenvolvido pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA).

2.3.2. A importância do cooperativismo no contexto do agronegócio

No ambiente de mercados oligopolizados como o que compreende a fase atual da agricultura modernizada, já não cabe realizarmos a análise de um determinado produto e sim de todo o complexo de relações que estão contribuindo para o desenvolvimento do mesmo. Evidencia-se, então, o aparecimento das cadeias produtivas que compreendem todo o conjunto de atividades produtoras de insumos para a propriedade agrícola, a produção agrícola propriamente dita, bem como as indústrias processadoras e distribuidoras dos produtos até o consumidor final.

Ao analisar-se as cadeias produtivas agroindustriais, verifica-se que a unidade de produção agrícola é um dos elos que mais precisa ser fortalecido para que consiga aumentar o seu poder de barganha, uma vez que se encontra inserido num ambiente bastante competitivo, tanto à jusante quanto à montante da cadeia, onde existem estruturas oligopolizadas, capazes de determinar tanto o preço dos produtos como a quantidade a ser produzida.

Na concepção do agronegócio, a principal razão para a existência de estruturas econômicas intermediárias, como as cooperativas, é a possibilidade que concede aos produtores de agregarem valor aos seus produtos, condição que os mesmos, isoladamente, não conseguiriam estabelecer.

Além disso, a integração cooperativada permite que o produtor, como agente principal de uma mesma relação contratual, possa com maior facilidade redirecionar o seu sistema de produção para conseguir satisfazer às exigências dos consumidores, fazendo uso de mudanças tecnológicas difundidas pela sua própria empresa, possibilitando uma resposta com maior eficiência e, portanto, aumentando a coordenação entre os elos da cadeia produtiva. Bialoskorski

Neto (1998), verifica que para que isso ocorra faz-se necessário o uso de estruturas de participação para a transferência de informações estratégicas, fazendo uma ponte direta entre o consumidor e o produtor rural, uma vez que as transformações de qualidade do produto alimentício devem começar no processo produtivo ao nível da propriedade.

Muitas cooperativas realizam o processo de beneficiamento, processamento e transformação dos produtos agrícolas para, posteriormente, encaminhá-lo ao mercado final. Estas organizações são também chamadas de agroindústrias cooperativas (Lauschner, 1993).

“A agroindústria cooperativa constitui sistema próprio, isto é, modelo econômico que mantém a predominância do trabalho sobre o capital, embora inserida num regime capitalista. Num modelo de cooperativismo industrial, há um modelo “puro” de predomínio do trabalho sobre o capital, mas na agroindústria cooperativa, composta de associados agricultores de explorações autônomas, devem ser consideradas duas contradições principais: produtores autônomos que não são apenas trabalhadores, donos dos instrumentos de trabalho, mas algumas vezes empregadores (isto é, exploradores do fator trabalho); e cooperativas agroindustriais que contam com assalariados (isto é, que arrendam o fator trabalho). A agroindústria cooperativa, embora deva superar o arrendamento do trabalho, é a forma histórica ideal de participação do produtor rural para assegurar a renda no nível da exploração rural e no nível de organização da produção agroindustrial” (Lauschner, 1993).

Ao tratar-se de unidades produtivas familiares, o contexto é bem mais simplificado, pois nesse caso, não há contratação de mão-de-obra externa à propriedade, uma vez que todo o trabalho é desempenhado pelos membros da organização familiar. No entanto, esses produtores, geralmente detentores de pequenas unidades produtivas, também vêm sendo considerados os agentes que mais facilmente realizarão a transição para um modelo de produção agrícola sustentável. Isso se deve em parte à diversificação de cultivos realizada pelos mesmos, bem como a relevância dada a sua reprodução como grupo social, desprendendo-se da ênfase no lucro (Gómez, 1997).

Além disso, esses pequenos produtores também vêm realizando discussões com o intuito de solucionar um dos maiores problemas que enfrentam: a dificuldade de acesso aos mercados. As organizações cooperativas, vêm, nesse caso, servir como alternativa para resolver o problema através da cooperação.

"As cooperativas, trabalhando com princípios como o da participação e da autogestão, estão conseguindo mediante a união de forças de seus cooperados, promover um nível de desenvolvimento importante para os mesmos, sendo que hoje alguns denominam sustentável, pois, além de atender aos objetivos sociais e econômicos, também consideram fundamental o respeito ao meio ambiente" (Silva, 2000).

Estas iniciativas mostram-se relevantes à medida que contribuem para viabilizar economicamente a agricultura familiar, oferecendo condições aos produtores de tornar viável o seu próprio negócio.

2.3.3. Cooperativismo agropecuário no estado do Rio Grande do Sul

As regiões sul e sudeste do País são, respectivamente, as que apresentam a maior densidade da população associada em cooperativas agropecuárias (Altíssimo, 1992).

No estado do Rio Grande do Sul, as cooperativas agropecuárias começaram a ser criadas no início do século XX, mas foi a partir de 1940 que passaram a ser expressivas em quantidade. Isso pode ser verificado em números a partir da tabela abaixo. Muitas organizações apresentaram problemas administrativos e encerraram as suas atividades com poucos anos de existência. Isto foi o que aconteceu predominantemente com as cooperativas pequenas, que apresentavam um número pouco expressivo de associados e incapacidade administrativa e financeira.

Tabela 1 - Número de cooperativas agropecuárias e de associados no estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1940 e 2001:

Ano	Número de cooperativas	Número de associados
1940	160	19.613
1950	247	44.460
1960	371	124.880
1966	480	-
1975	220	275.759
1980	196	365.980
1985	189	387.115
1990	184	373.171
2001	162	160.040

Fonte: OCERGS (2001)

Por ter a característica de ser um estado eminentemente agrícola, verificou-se que a partir da década de 50, o cooperativismo agropecuário no Rio Grande do Sul foi fortemente estimulado pelos incentivos governamentais, pois a agricultura brasileira se modernizou e deveria ser capaz de gerar divisas para o mercado externo e, ao mesmo tempo, abastecer o mercado interno com o objetivo de consumir os produtos industrializados. Dessa forma, o governo passa a ver o

cooperativismo como um dos instrumentos que melhor viabilizaria a execução das políticas econômicas voltadas para o setor rural, inserindo-o assim no novo padrão de acumulação capitalista.

Como as cooperativas da época apresentavam-se pouco expressivas economicamente e sem estrutura organizacional para responder ao que o Estado pretendia, optou-se pela concessão de créditos subsidiados e incentivos governamentais para que pudessem reestruturar-se de forma adequada a ponto de poder competir com as empresas capitalistas rurais ligadas ao capital financeiro. Dessa reestruturação surge um novo segmento de organizações cooperativas: as empresariais. Schneider (1991), salienta que:

“Compreender melhor o capitalismo no setor rural do Rio Grande do Sul requer acompanhar também a evolução do cooperativismo empresarial, que reflete a sua forma de penetração e dominação. Conseqüentemente, as contradições internas do cooperativismo rural são o reflexo da forma de configuração que o mesmo teve que assumir no contexto capitalista”.

A partir de então, depreende-se que durante esse período o cooperativismo enfraqueceu as suas diretrizes em favor da gestão participativa e da ênfase nos projetos de natureza social para dar lugar aos interesses do Estado, vindo a assumir uma ênfase econômico-empresarial.

No entanto, com o passar dos anos, fomos assistindo à retirada dos incentivos governamentais e o afastamento do Estado da tutela e apoio que eram concedidos ao cooperativismo. Às cooperativas coube o resgate das suas bases doutrinárias em favor dos princípios de natureza social e democrática para buscar a auto-suficiência e a autonomia que o momento exigia.

Muitas organizações não estavam preparadas para fazer frente a esta mudança. Soma-se a esta, inúmeras outras mudanças de ordem econômica que se fizeram presentes desde a década de 80, afetando sobremaneira o desempenho das organizações cooperativas, entre as quais:

- abertura de mercados;
- sucessivos planos econômicos;
- taxas de juros e correção monetária;
- variação cambial;
- queda dos preços das *commodities*;
- aumento dos custos de produção;
- considerável ineficiência de gestão e
- estímulo à livre concorrência.

Estas mudanças trouxeram um grande desafio para o setor cooperativo que precisou se reafirmar através de sua própria competência, tornando-se mais competitivo e dinâmico para atender as exigências do momento atual.

Os anos 90 foram difíceis para uma grande parte dessas organizações, sendo que muitas delas entraram em processo de liquidação e outras se apresentaram altamente endividadas.

Com o intuito de minimizar as dificuldades pelas quais atravessam as organizações cooperativas, começou a se promover, a partir de 1997, um movimento a favor do cooperativismo que veio dar origem ao Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP). Para ter acesso aos recursos do programa que foi instituído pelo governo federal, as organizações cooperativas elaboram um projeto indicando as dificuldades que possuem e o montante de recursos necessários para solucioná-las. Além disso, através do RECOOP o governo federal concede às cooperativas um prazo maior para saldar as suas dívidas. As cooperativas gaúchas foram as que mais requisitaram estes recursos, sendo também as que mais se beneficiaram do mesmo.

Em 1997, quando da estruturação do RECOOP, a meta principal era a constituição de um “programa de governo” que, ao longo do tempo, transformou-se em linha de crédito, ficando as operações a critério dos agentes financeiros.

No entanto, o ano 2000 demonstrou de forma explícita os problemas enfrentados pelas cooperativas para obterem os recursos do programa, o que se deve principalmente às dificuldades colocadas pelos agentes financeiros na consecução integral dos projetos apresentados pelas cooperativas. O RECOOP até o final do ano 2000, distribuiu apenas 13% dos recursos previstos no início do plano para as cooperativas de todo o País, enquanto que no Rio Grande do Sul, alcançou 8,87%.

O estado do Rio Grande do Sul chega ao ano 2001 com 162 cooperativas agropecuárias, apresentando um pequeno declínio em relação à década passada. Verifica-se também uma grande diminuição no número de cooperados e associados ativos, o que revela as dificuldades

encontradas nos últimos anos pelo setor agrícola que acabam refletindo-se no desempenho das organizações cooperativas.

2.3.4. Cooperativismo agropecuário na região do Vale do Rio Pardo

Uma das regiões do Estado em que mais se originaram experiências cooperativas e associativas agropecuárias no início do século XX foi o Vale do Rio Pardo. Muito disso em razão da existência de uma unidade da União Sul-Brasileira das Cooperativas que foi criada na década de 1920, no município de Santa Cruz do Sul. Esta central cooperativa concedia uma estrutura de apoio às cooperativas regionais processadoras de fumo.

Com a chegada das empresas multinacionais fumageiras que ocorreu a partir de 1960, houve o encerramento das atividades desse órgão na região. A partir de então, verificou-se que muitas das cooperativas entraram em liquidação e encerraram as suas atividades. Isto foi atribuído à carência da estrutura de apoio que era concedida pela União Sul-Brasileira das Cooperativas. Em consequência disso, os recursos passaram a ser mal gerenciados, houve diminuição da participação efetiva dos associados nas decisões da organização e também a nítida falta de compromisso por parte dos associados com as cooperativas.

Não obstante, outros fatores também foram atribuídos como responsáveis pelo enfraquecimento do cooperativismo na região, tais como: a ausência de instrumentos de formação para o cooperativismo, a pressão difusa das forças do mercado sobre as cooperativas e a legislação federal, que praticamente inviabilizou as cooperativas de crédito.

Essas experiências que não obtiveram êxito foram determinantes de um sentimento de descrença nas práticas cooperativas entre os produtores rurais da região. Há aqueles que já

fizeram parte do quadro de associados de uma organização que não logrou sucesso e também aqueles que contam as experiências de vizinhos ou amigos próximos que tiveram esta experiência.

Em que pese a descrença ainda existente entre os produtores acerca da viabilidade do cooperativismo, e por extensão do associativismo em geral, está se verificando nos últimos anos um processo de rápido crescimento do associativismo com fins econômicos. Contribuem para tal, as dificuldades sócio-econômicas crescentes enfrentadas pelos produtores, levando-os a procurar soluções coletivas para seus problemas e o incentivo de agentes estimuladores, como o Estado (governos estaduais e municipais) e as Igrejas. (Centro Diocesano e Unisc, 1995).

No âmbito do Governo Estadual, a EMATER/RS é o órgão que mais se faz presente e foi responsável pelo desencadeamento e crescimento de várias organizações associativas e cooperativas na região. Já as prefeituras municipais garantem incentivos que fomentam o trabalho em conjunto no meio rural. Em localidades onde não existe uma unidade da EMATER, as prefeituras têm firmado parcerias com outros órgãos para prestação de assistência técnica aos produtores, a fim de mobilizá-los para o trabalho e incentivar as práticas cooperativas.

As Igrejas também são instituições que exercem o papel de impulsionadoras do associativismo na região. Entre as experiências existentes destaca-se a presença da Igreja Católica e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana (IECLB). Esta última é a instituição que criou e mantém o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), com o intuito de que realize um trabalho de assistência aos pequenos produtores rurais e desperte nestes a consciência da importância das práticas realizadas em conjunto. Um dos resultados concretos desse trabalho foi a criação da Cooperativa Ecovale.

Atualmente, uma grande parte das organizações cooperativas da região são formadas por pequenos produtores que vêm no cooperativismo uma forma de viabilizar a sua atividade produtiva através da união e do trabalho conjunto que possibilita um melhor beneficiamento e comercialização dos produtos. Em tratando-se do Vale do Rio Pardo, as grandes cooperativas com caráter econômico-empresarial são praticamente inexistentes.

Tendo consciência do importante papel que o cooperativismo desempenha como alternativa para viabilizar a atividade agrícola e, principalmente, nas atividades da chamada agricultura familiar, uma vez que revela-se menor em escala e, portanto, mais carente de um agente intermediador que sirva como via de acesso ao mercado, este trabalho se propõe, através dos materiais e métodos mostrados no próximo capítulo, a verificar as práticas sociais cooperativas que estão sendo desenvolvidas pelos agricultores familiares, aqui na qualidade de sócios da Cooperativa Ecovale, que estão contribuindo ou lançando bases para o alcance da sustentabilidade.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1. Método

O método é utilizado como uma importante ferramenta que deve ser útil para o desenvolvimento do estudo, contribuindo para que este se desenvolva de forma rápida, precisa e mais econômica possível.

Após ter examinado diversos tipos de métodos de pesquisa, optou-se pela realização de um **estudo de caso**, devido às características do tema de pesquisa e do objeto que será analisado neste trabalho.

O estudo de caso é uma estratégia abrangente de pesquisa, pois possibilita a utilização de múltiplas fontes de evidência. Além disso, recomenda-se sua utilização quando podem existir muito mais variáveis de interesse do que evidenciam os dados e quando se faz necessário realizar desenvolvimento prévio de proposições teóricas, a fim de guiar a coleta e análise dos dados.

Conforme YIN (1994), precisa-se observar três fatores importantes quando pretende-se utilizar o estudo de caso como método de pesquisa. Esses fatores são: (1) o tipo de pergunta de pesquisa (perguntas do tipo como e por que); (2) a extensão do controle que o pesquisador tem sobre os comportamentos dos eventos atuais (nenhum controle); (3) o grau do foco na

contemporaneidade em oposição aos eventos históricos (o tema é contemporâneo) (YIN,1994). Como este estudo mostra-se adequado aos critérios estabelecidos por este autor, tem-se aí a justificativa para a escolha do método.

3.1.1 A proposição do estudo

Para resolver o problema de pesquisa apresentado, qual seja: Quais as práticas sociais cooperativas desenvolvidas pelos sócios cooperados da Cooperativa Ecovale que estão contribuindo para que torne-se sustentável, levando-se em consideração as implicações do macro ambiente em que está inserida? estabeleceu-se como objetivo geral do presente estudo:

Analisar as práticas sociais cooperativas dos sócios cooperados da Cooperativa Ecovale que estão contribuindo para que esta organização torne-se sustentável.

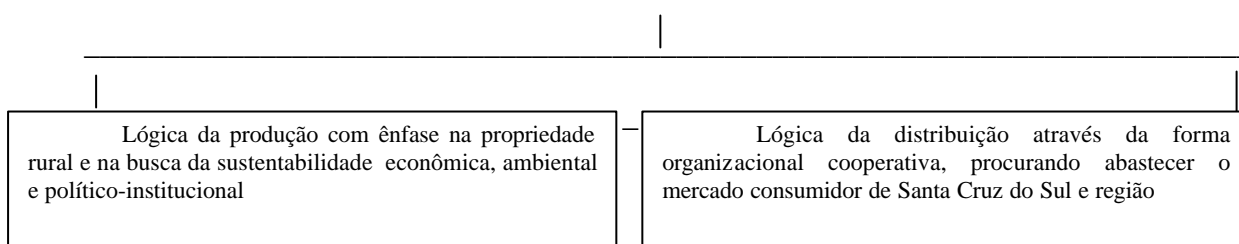
Para cumprir com o proposto acima, fez-se necessário estabelecer os propósitos do estudo, ou seja, o que pretendeu-se investigar, visando a responder ao problema de pesquisa apresentado. Dessa forma, para cada objetivo específico está associado um conjunto particular de parâmetros de investigação, sendo esses os geradores dos instrumentos que serão utilizados na coleta de dados e informações. Esses parâmetros estão dispostos no delineamento estrutural da pesquisa apresentado a seguir:

Contexto atual

Preocupação com o meio ambiente e a saúde dos produtores e consumidores

Mudança da atividade produtiva

Substituição da monocultura do fumo para a produção agroecológica



Problema de pesquisa

Quais as práticas sociais cooperativas que estão sendo realizadas pelos sócios cooperados da Cooperativa de Agricultores Familiares Ecológicos (Ecovale) que estejam contribuindo para que consiga ser sustentável, levando-se em consideração as implicações do macro ambiente em que está inserida?

Objetivos da pesquisa e parâmetros de investigação

Objetivo específico 1: Descrever como se deu o processo de formação e funcionamento da Cooperativa Ecovale.

Parâmetros de investigação relacionados a este objetivo específico

- 1.1) Descrever como é a organização cooperativa;
- 1.2) Descrever quem são os sócios cooperados da cooperativa;
- 1.3) Descrever o processo de funcionamento da cooperativa.

Objetivo específico 2: Identificar quais as motivações que levaram os produtores a se dedicar à produção de ecológicos e se organizarem em cooperativa.

Parâmetros de investigação relacionados a este objetivo específico

- 2.1) Identificar por que houve a mudança de uma organização associativa para uma cooperativa;
- 2.2) Identificar quais as experiências pessoais dos sócios cooperados que lhes influenciaram a mudar de atividade produtiva.

Objetivo específico 3: Identificar quais as práticas sociais existentes na cooperativa que expressam a cooperação existente entre os sócios cooperados.

Parâmetros de investigação relacionados a este objetivo específico

- 3.1) Identificar como está estabelecido o grau de confiança entre os sócios cooperados;
- 3.2) Identificar quais as atividades da cooperativa que vêm sendo realizadas em conjunto pelos sócios cooperados.

Objetivo específico 4: Averiguar quais as práticas estabelecidas pela organização que estejam contribuindo para que consiga consolidar-se no mercado dentro do segmento de produtos ecológicos.

Parâmetros de investigação relacionados a este objetivo específico

- 4.1) Verificar como vem sendo feito o processo de comercialização dos produtos;
- 4.2) Verificar como vem sendo realizada a certificação dos produtos ecológicos;
- 4.3) Verificar como vem sendo feita a divulgação para os consumidores dos produtos, das idéias e do trabalho desenvolvido pela cooperativa;
- 4.4) Identificar qual a renda que os produtores vêm obtendo a partir da atividade.

Objetivo específico 5: Averiguar quais as práticas existentes nas unidades produtivas que revelam o comprometimento dos cooperados com a utilização de “tecnologias limpas” e práticas conservacionistas.

Parâmetros de investigação relacionados a este objetivo específico

- 5.1) Verificar quais as tecnologias que passaram a ser utilizadas quando começou a se produzir produto ecológico;
- 5.2) Verificar como vem sendo feito o controle nas unidades produtivas para verificar a adequação do que vem sendo realizado com os princípios agroecológicos.

Objetivo específico 6: Averiguar quais as instituições que se relacionam direta e/ou indiretamente com os produtores, bem como as políticas públicas existentes que se mostrem favoráveis ao desenvolvimento do setor.

Parâmetros de investigação relacionados a este objetivo específico

- 6.1) Verificar quais as instituições que se relacionam direta e/ou indiretamente com os produtores;
- 6.2) Verificar quais as políticas públicas favoráveis ao desenvolvimento do setor que estejam trazendo benefícios aos produtores ou a cooperativa.

Abordagens teóricas:

- Cooperativismo
- Desenvolvimento sustentável
- Cooperação

Métodos e procedimento da pesquisa:

- Estudo de caso
- Pesquisa documental
- Pesquisa de campo

Considerações finais e sugestões para futuros estudos

3.2. As variáveis pesquisadas

A partir do estabelecimento dos objetivos específicos, apresentam-se as variáveis relevantes para esse estudo, definidas a partir do suporte oferecido pela revisão bibliográfica realizada no capítulo 2. A operacionalização das mesmas ocorrerá ao longo do trabalho, conforme houver o cumprimento dos objetivos listados acima.

3.2.1. Definição nominal e operacional das variáveis

3.2.2.1. Cooperação

Definição nominal: significa co-operar, operar junto ou negociar para chegar a um acordo que pareça adequado a todos os envolvidos (Kamii e De Vries, 1991).

Definição operacional: práticas sociais efetivamente realizadas pelos agentes organizacionais nas atividades cotidianas da organização cooperativa. A cooperação também poderá ser medida através da confiança existente entre os agentes organizacionais.

3.2.2.2. Sustentabilidade econômica

Definição nominal: possibilitada pela capacidade de o sistema em uso produzir uma rentabilidade razoável e estável através do tempo, que satisfaça as necessidades humanas dos agricultores e seus filhos em termos de alimentos, educação, saúde, transporte e lazer; enfim, em termos de qualidade de vida, além de manter a unidade de produção (Darolt, 2000).

Definição operacional: a sustentabilidade econômica será medida pela verificação da maneira como os produtores vêm desenvolvendo suas atividades junto à cooperativa para ofertar

produtos de qualidade, comercializando de forma a proporcionar um aumento do aporte de renda dos seus cooperados e a manutenção das atividades desenvolvidas pela cooperativa.

3.2.2.3. Sustentabilidade ambiental

Definição nominal: reconhecida pela capacidade que tenham as pessoas, no caso os agricultores estudados, para manejar – segundo uma perspectiva de longo prazo – os recursos naturais renováveis e seu meio ambiente (Darolt, 2000).

Definição operacional: a sustentabilidade ambiental será medida através das práticas de cultivo realizadas para a produção de produtos ecológicos, o comprometimento com o uso de “tecnologias limpas” e práticas conservacionistas.

3.2.2.4. Sustentabilidade político-institucional

Definição nominal: envolve o sistema institucional público e privado, as Organizações Não-Governamentais, assim como os grupos de interesse (produtores e consumidores), entre outros. O importante é destacar a participação democrática dos diferentes órgãos na construção de formas e mecanismos de participação nos processos de tomada de decisão (Darolt, 2000).

Definição operacional: a sustentabilidade político-institucional será medida pelo número de instituições que se relacionam diretamente com os produtores e também as instituições de apoio que se fazem presentes dentro da região em que estão inseridos. As políticas públicas favoráveis ao desenvolvimento do setor também serão analisadas.

3.3. Um primeiro passo para a pesquisa: estudo exploratório

Para que se conseguisse adquirir maior familiaridade com os sócios cooperados da Cooperativa Ecovale (público-alvo da pesquisa) foi necessário a realização de um **estudo exploratório** preliminar na organização cooperativa. Segundo SELLTIZ (1974), este estudo deverá intensificar a familiaridade do pesquisador com o fenômeno que ele deseja investigar, em um estudo subsequente de contextura mais elevada ou do ambiente em que ele pretende realizar tal estudo. Nesse caso, o estudo exploratório foi aplicado como um passo inicial num contínuo processo de pesquisa.

O estudo exploratório pode servir como meio para o pesquisador obter uma experiência prática com o objeto de estudo analisado, vindo a ser útil na formulação de hipóteses significativas, para investigações mais definidas.

Após a realização do mesmo, tornou-se possível traçar um paralelo entre a atividade atual que vem sendo desenvolvida pelos agricultores familiares sócios da Cooperativa Ecovale em contraposição à atividade anterior, ou seja, àquela que praticavam anteriormente à adoção da agroecologia. Isto é o que está disposto no quadro a seguir:

Antes	Hoje
Monocultura do fumo	Diversificação de cultivos
Realizavam a agricultura convencional	Realizam a produção ecológica
Trabalho individual	Trabalho realizado em grupos
A indústria fumageira determina quanto, como, de que forma produzir	O agricultor determina o quanto, como e o quê produzir
Produziam para a indústria fumageira	Produzem para o sustento da família e para a cooperativa

Quadro 1: Atividade dos agricultores antes e depois do cultivo de produtos ecológicos.

Fonte: Investigação de campo

Além disso, durante a execução do estudo exploratório foram feitas entrevistas com pessoas fontes na OCERGS e na UNISC. No primeiro caso, buscou-se um levantamento de informações sobre a situação atual do cooperativismo agropecuário gaúcho e o trabalho que vem sendo desenvolvido pela entidade em torno da promoção do desenvolvimento sustentável das cooperativas. Com relação à UNISC, buscou-se um melhor entendimento sobre o programa de pesquisa e extensão rural que vem sendo realizado na universidade com o objetivo de desenvolver ações que contribuam para a conquista da sustentabilidade no meio rural da região do Vale do Rio Pardo.

O presente trabalho utiliza a pesquisa qualitativa como abordagem para investigação do fenômeno analisado. A pesquisa qualitativa parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo **contato direto do pesquisador com a situação estudada**, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (Godoy, 1995).

Nesta abordagem há a valorização do contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada.

3.4. A ligação lógica dos dados com as proposições do estudo

A ligação lógica foi feita através da teoria abordada no presente estudo. Portanto, o referencial teórico constitui-se na base fundamental da construção do estudo de caso e de suas conclusões. Do referencial teórico emergiram as variáveis e os objetivos sobre cooperação e sustentabilidade, as duas grandes categorias analíticas consideradas neste estudo.

Para fazer a análise dos dados primários, obtidos por meio de entrevistas com os sócios da Cooperativa Ecovale e demais agentes participantes do processo de formação dessa organização, utilizou-se como base uma técnica de análise utilizada por Spink (1994) nas representações sociais: **os mapas de associações de idéias**. A escolha por esta metodologia parece ser a mais adequada já que a pesquisa se propõe a analisar os sujeitos individuais que estão envolvidos numa lógica de produção que se contrasta com a que se faz dominante no ambiente em que vivem.

Esta técnica de análise preocupa-se em analisar o sujeito como integrante de um ambiente social que interfere diretamente sobre ele. Dessa forma, torna-se impossível entender o sujeito sem analisar o ambiente em que está inserido e as inter-relações que existem entre eles. Não há como separar sujeito e objeto.

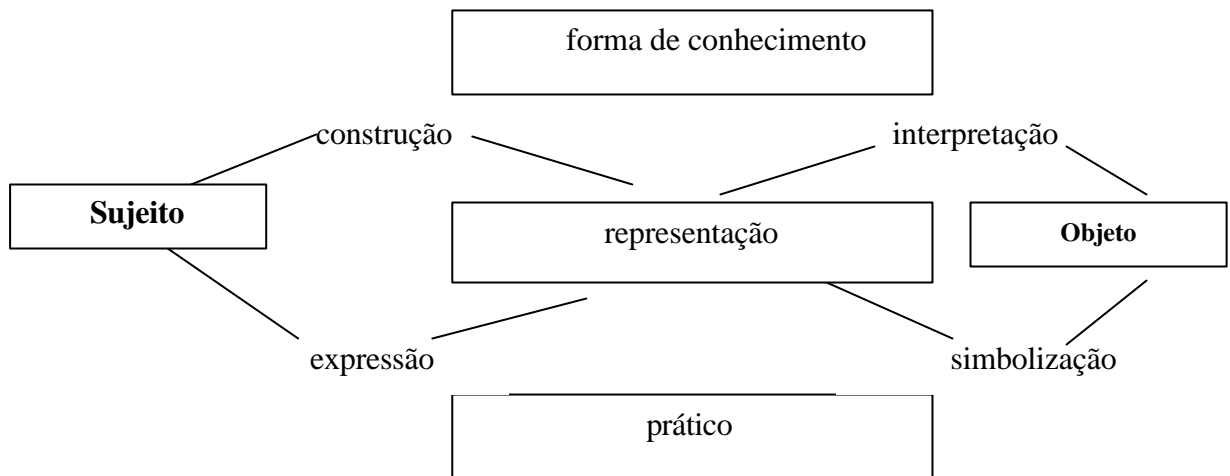
Segundo Guareschi e Jovchelovitch (1994), vidas individuais não são realidades abstraídas de um mundo social; pelo contrário, elas só tomam forma e se constroem em relação a uma realidade social. Por isso, a teoria das representações sociais foca sua análise na relação entre sujeito e objeto. Ao fazer isso ela recupera um sujeito que, através de sua atividade e relação com o objeto-mundo, constrói tanto o mundo como a si próprio.

As dimensões cognitivas, afetivas e sociais estão presentes na própria noção de representações sociais. O fenômeno das representações sociais, e a teoria que se ergue para explicá-lo, diz respeito à construção de saberes sociais e, nessa medida, ele envolve a cognição.

As representações sociais formam-se quando as pessoas se encontram para falar, argumentar, discutir o cotidiano, ou quando elas estão expostas às instituições, aos meios de comunicação, aos mitos e à herança histórico-cultural de suas sociedades. Sendo formas de conhecimento prático, as representações sociais inserem-se entre as correntes que estudam o conhecimento do senso comum.

Nesta pesquisa, elas serão identificadas e analisadas com o auxílio dos mapas de associações de idéias, elaborados a partir da realização e transcrição das entrevistas com os sócios cooperados da Cooperativa.

Figura 2 - O campo de estudos da representação social



Spink (1994), adaptado de Jodelet (1989)

A partir da figura acima, os sujeitos são analisados através de sua comunicação e expressão (formas de representação), que ao serem interpretadas e simbolizadas possibilitam a compreensão do objeto.

3.5. Procedimentos de coleta de dados

Na coleta de dados para o “estudo de caso” foram usados dois tipos de fontes de dados:

a) secundários: pesquisa documental;

b) primários: levantados através da pesquisa de campo, junto ao público-alvo da pesquisa.

a) Pesquisa Documental

A pesquisa documental possibilitou a busca de informações específicas sobre o público-alvo da pesquisa, através de relatórios e planos de trabalho dos sócios cooperados, bem como do estatuto e regimento interno da cooperativa.

Os documentos consultados foram encontrados no CAPA e na própria sede da Cooperativa Ecovale.

b) Pesquisa de Campo

Na pesquisa de campo foram realizadas duas técnicas de coleta: observações por parte da pesquisadora e entrevista.

As entrevistas procuraram responder aos propósitos da pesquisa (objetivos específicos vinculados às categorias de análise: cooperação e sustentabilidade) através da compreensão das idéias de públicos diferenciados que estão diretamente envolvidos na organização cooperativa (produtores rurais na qualidade de sócios cooperados e técnicos do CAPA também na qualidade de sócios cooperados).

Sendo assim, a amostra da pesquisa compreendeu:

1) Produtores rurais	Sócios cooperados	13 entrevistados
2) Equipe técnica do CAPA	Sócios cooperados	2 entrevistados

De um universo de 40 agricultores familiares que estão associados à Cooperativa foram entrevistados 32,5%, enquanto que do universo de associados que são membros do CAPA a pesquisa abrangeu 33,3%. Como critério de escolha, levou-se em consideração o grau de envolvimento das pessoas com o objeto de estudo. Procurou-se entrevistar produtores de diferentes grupos que fazem parte da Cooperativa e dar mais ênfase àqueles que abandonaram a atividade fumicultora para dedicarem-se à produção ecológica. Além disso, os produtores entrevistados são aqueles que participam há mais tempo do grupo, portanto detentores de maiores experiências com a agricultura ecológica e mais atuantes no processo de formação da cooperativa.

As entrevistas seguiram um roteiro formulado pela própria pesquisadora com perguntas do tipo **como** e **por que** (vide questionário em anexo). Conforme a entrevista ia sendo conduzida, foram sendo formuladas outras perguntas para que se conseguisse obter maior compreensão sobre as reflexões e o ponto de vista do entrevistado.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e o conteúdo foi utilizado na complementação da pesquisa documental, visto ser para o estudo a principal fonte de informação.

Num segundo momento, procurou-se extrair das entrevistas os fragmentos mais importantes com relação aos objetivos do estudo (eixos da pesquisa) e, a partir daí, elaborou-se **mapas das associações de idéias** (Spink, 1994) de todos os entrevistados que foram identificados da seguinte maneira:

- Sócios cooperados da Cooperativa Ecovale: S1, S2, ..., S13;

- Equipe técnica do CAPA: C1 e C2 (conforme mapas dispostos em anexo).

Para o levantamento das informações e a realização das entrevistas, realizaram-se, ao todo, seis viagens ao município de Santa Cruz do Sul, que dista 160 km de Porto Alegre. As viagens se prolongaram ao longo dos meses de julho e agosto de 2001. Para que se pudesse fazer maiores observações sobre o modo de trabalho dos cooperados e conhecer melhor o seu dia-a-dia organizacional, as visitas duraram em média dois dias.

As sessões de observações foram realizadas nas seguintes oportunidades: durante as estadas em Santa Cruz do Sul, participou-se de um Dia de Campo no interior do município, com engenheiros agrônomos do CAPA que reuniram um grupo de associados da Cooperativa Ecovale na propriedade de um dos cooperados para elaborar um produto natural (calda sulfocálcica), utilizada para evitar a presença de musgos e ácaros nas plantas. Trata-se de uma das técnicas de produção ecológica.

Na mesma data, teve-se oportunidade de visitar outras quatro propriedades rurais onde se realiza a produção ecológica direcionada para a Cooperativa. Esta vivência foi bastante enriquecedora para compreender a realidade dos produtores e conhecer as lavouras de produção ecológica. A partir daí, reuniu-se uma considerável quantidade de informações e fatos sobre o modo de vida e de trabalho dos cooperados.

3.6. Limitações do estudo

O estudo apresenta algumas limitações, principalmente com relação a pouca utilização de dados quantitativos para melhor comprovar os fatos levantados. A inexistência destes dados deve-se ao fato de que a organização cooperativa vem exercendo suas atividades há pouco tempo, o que faz com que ainda não disponha de resultados concretos. Este levantamento de

dados sobre as safras dos produtos e a comercialização dos mesmos torna-se possível com o passar dos anos.

O número de sócios cooperados entrevistados (32,5%) justifica-se devido às dificuldades relativas à disponibilidade das pessoas para se submeterem às entrevistas (as entrevistas são feitas no próprio local de trabalho do entrevistado e durante a realização de suas atividades).

Nenhum estudo da área das ciências sociais pode atribuir-se a prerrogativa de atingir a perfeição ou de ser isento de falhas, porque todos envolvem, direta ou indiretamente, aspectos relacionados ao ser humano ou ao seu comportamento e aspectos contextuais em turbulência.

Os posicionamentos existentes neste trabalho merecem discussão e aprofundamento. O estudo não tem a pretensão de se apresentar completo, mas pretende contribuir para ampliar a discussão sobre uma temática que se faz nova e mostra-se em construção, o que demonstra um espaço aberto para a realização de novos estudos e pesquisas que possam contribuir para o seu entendimento. Além disso, instiga-se a realização de estudos futuros em torno da mesma temática.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO

O caso da Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas (Ecovale)

4.1. Descrição da organização

A Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas - Ecovale - foi constituída em ata em 12/08/2000, quando 40 (quarenta) associados de diferentes municípios da região do Vale do Rio Pardo, reuniram-se em assembléia para oficializar a sua fundação. A inauguração ocorreu no interior de Santa Cruz do Sul, município que sedia a cooperativa.

Verifica-se que a criação dessa cooperativa é fruto de um longo trabalho de organização dos produtores familiares desenvolvido na região pelo CAPA. Esta organização não-governamental que atua na região do Vale do Rio Pardo desde 1982, desenvolve um intenso trabalho em prol da agricultura familiar, procurando viabilizar a pequena propriedade através da conscientização dos produtores para o desenvolvimento de práticas agroecológicas. Entre os princípios e ideais que persegue está o incentivo à utilização de práticas conservacionistas e “tecnologias limpas” nas propriedades por acreditar que através destas o produtor conseguirá obter maior autonomia, saúde e renda.

Este vem a ser um trabalho difícil de ser desenvolvido na região devido à forte influência da indústria fumageira que, na maioria das vezes, fornece incentivos financeiros aos produtores para que dediquem-se integralmente ao cultivo do fumo (monocultura), utilizando “pacotes” tecnológicos à base de insumos industriais.

Não obstante, começaram a formar-se grupos de produtores que, conscientes dos malefícios causados pelo uso intensivo de agrotóxicos e desejosos de promover uma agricultura mais saudável para si e sua família, integraram-se ao CAPA, passando a receber assistência técnica especializada que possibilitou a sua especialização no cultivo de produtos ecológicos. Estes produtores foram reduzindo gradativamente a lavoura de fumo, substituindo por produtos ecológicos.

Os grupos de produtores geralmente formam-se em função da similaridade das culturas desenvolvidas nas propriedades, a forma de cultivo dos produtos, a proximidade de suas propriedades, as mesmas crenças e hábitos culturais próprios do meio em que estão inseridos. Grande parte destes são vizinhos e até mesmo, amigos.

Um dos princípios que conduzem o trabalho do CAPA é a orientação aos grupos de produtores. A inserção do produtor em um grupo de trabalho é condição para que possa receber orientação da entidade. Daí verifica-se o incentivo ao associativismo por parte da entidade. Cada grupo possui uma organização interna, cria o seu próprio estatuto e estabelece as normas que nortearão o seu trabalho.

Com o passar do tempo, novos produtores integraram-se aos grupos já existentes e vieram a formar outros grupos, em diferentes municípios da região. Em 1997, verificou-se que já

havia produção de hortigranjeiros ecológicos suficientes para abastecer o mercado consumidor de Santa Cruz do Sul. A partir daí, os grupos continuaram a existir, no entanto, foram organizados em associação, dando origem à Associação de Agricultores Familiares Ecológicas, fundada em setembro de 1997.

Esta associação começou a realizar feiras no centro de Santa Cruz do Sul, junto à sede do CAPA, para que os produtos pudessem ser comercializados diretamente ao consumidor final. Os produtores, que prezam pela diversificação de cultivos nas suas propriedades, conjugaram seus conhecimentos com os cursos de farmácia caseira, agroindústria e formação agroecológica que são oferecidos por técnicos do CAPA, possibilitando a ampliação do *mix* de produtos produzidos ecologicamente.

Atualmente, além da produção de hortigranjeiros ecológicos, também se produz arroz, feijão, erva mate, mel, farinha, açúcar mascavo e conservas, sendo que os principais produtos em quantidade produzida e vendida são erva mate e arroz.

Com o fortalecimento da produção ecológica e o sucesso da comercialização dos produtos nas feiras, os produtores sentiram a necessidade de buscar novos mercados, de registrar alguns produtos e de terem uma marca própria. A partir daí, surgiu a idéia de organizarem-se em cooperativa, que vem a ser uma forma mais avançada de organização em relação àquela já existente.

O processo de organização dos produtores é lento e foi feito de forma progressiva, pois num primeiro momento houve a constituição dos grupos informais, seguido da criação de uma associação, que já implicou na obtenção de registro da mesma e, por fim, fortalecendo o ideal de

participação e união foi oficializada, em agosto de 2000, a cooperativa. A escolha pela organização dos produtores em cooperativa também se deve ao fato de que estando na condição de sócios cooperados continuam recebendo seus proventos previdenciários do Instituto Nacional de Previdência Social (INSS). Este é o caso de alguns dos produtores que já estão na qualidade de aposentados ou estão próximos à idade estabelecida para começarem a receber estes proventos.

Com a constituição da cooperativa, fixou-se a sua estrutura organizacional, tendo como presidente da organização o produtor Geraldo Gais. Os conselhos administrativo e fiscal ficaram representados por dois membros de cada grupo de produtores. Também estão na qualidade de sócios cooperados e, portanto, fazendo parte do conselho, os técnicos do CAPA.

A partir de então, vislumbra-se a inserção de novos sócios-cooperados (produtores de ecológicos) na organização, bem como a formação de novos grupos. Estes passam por um processo de treinamento durante 6 (seis) meses, participando das reuniões da cooperativa, bem como das palestras e orientações técnicas.

Com vistas a oferecer maior espaço físico para o estabelecimento da organização, bem como ampliar o espaço para a realização das feiras, foi adquirido um novo prédio para sediar a Cooperativa Ecovale. Para escolha do novo ponto foi previamente realizado um trabalho de pesquisa pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), com vistas a detectar em que bairro da cidade encontrava-se o maior número de consumidores de produtos ecológicos. A escolha se deu a partir dos resultados obtidos neste estudo.

4.2. Descrição dos agentes organizacionais da Ecovale

A Cooperativa Ecovale conta com dois tipos de sócios cooperados: os grupos de produtores de produtos ecológicos (pequenos produtores familiares) e alguns técnicos do CAPA (engenheiros agrônomos).

- Pequenos produtores familiares: estes produtores estão organizados em grupos, sendo que os interesses do grupo sobrepõem-se aos interesses individuais dos mesmos. A composição do conselho administrativo da cooperativa possui dois representantes de cada grupo. A família do produtor também participa ativamente da organização, comparecendo às reuniões, seminários, feiras e demais atividades realizadas em conjunto. Todos os integrantes da família maiores de 16 anos têm direito a voto e cada família possui uma quota-parte.

Os grupos de produtores que são sócios da Cooperativa Ecovale são:

- 1) Associação de Agricultores Nova Esperança (AANE): composta por 9 (nove) famílias.
- 2) Grupo de Olho na Ecologia (DONE): composto por 9 (nove) famílias.
- 3) Núcleo de Agricultores Ecologistas Santa Cruz do Sul (NAESC): composto por 9 (nove) famílias.
- 4) Associação Paraíso de Agricultura Alternativa (APAA): composta por 8 (oito) famílias. Este grupo está passando por um processo de reestruturação, sendo que no momento não está participando ativamente das atividades da Cooperativa.

5) Núcleo “Soque” de erva mate: composto por 8 (oito) famílias. Este grupo dedica-se exclusivamente à produção de erva-mate ecológica.

6) Ecoflorestal: composto por 8 (oito) famílias.

- Equipe técnica do CAPA: formada por 6 (seis) engenheiros agrônomos que participam ativamente de todo o processo de organização, promovendo a conscientização do produtor em torno das práticas ecológicas e dos ideais cooperativos. Prestam assistência técnica diretamente nas propriedades, organizam as reuniões, seminários, encontros de grupo e assembleias da cooperativa. Esses agentes também fazem parte do conselho deliberativo da cooperativa, com direito a voto.

4.3. Processo de funcionamento da Cooperativa Ecovale

A Cooperativa Ecovale está desenvolvendo suas atividades em sede própria localizada na rua João Pessoa, 947, bairro Universitário, em Santa Cruz do Sul. Neste local foi construído um entreposto para exposição e comercialização dos produtos ecológicos. Os hortigranjeiros (por serem produtos perecíveis) são comercializados durante as feiras, realizadas todas as terças e sextas-feiras neste mesmo local. Além disso, a cooperativa Ecovale também realiza feiras na sede do Capa.

Os produtores são os próprios encarregados de transportarem, exporem e venderem seus produtos para o consumidor final, informando a origem do mesmo e as técnicas utilizadas para sua produção.

Como alguns grupos de produtores não são do município de Santa Cruz do Sul, mas de outros da região, estes se organizam de forma que apenas alguns membros dos grupos desloquem-se até a cidade para participarem da feira. Isto vêm sendo feito através de rodízios entre os mesmos, o que também vem a reduzir custos. Um representante de cada grupo responsabiliza-se pelo transporte da produção, bem como dos produtores nos dias de realização das feiras.

4.4 Princípios e filosofia estabelecidos pela Cooperativa Ecovale

Possuem como princípios gerais a ampla atuação na sociedade, através de diversas ações relacionadas a saúde e bem estar de quem produz e de quem consome, estimulando a produção agropecuária agroecológica e sustentável, promovendo o processo de aprendizagem sobre esse novo modo de produzir, através de participação em fóruns e seminários em que se promovam discussões sobre a atual situação da agricultura, tendo a agroecologia como norteadora deste debate.

A sua atuação abrange todo o campo da agricultura ecológica, sendo esta definida como um conjunto de práticas de geração de tecnologias, produção, comercialização e socialização dos conhecimentos, sem o emprego de quaisquer insumos ou práticas que possam representar riscos à saúde humana e ao meio ambiente ou ao desequilíbrio da ordem social.

A cooperativa atua, fundamentalmente, na promoção da defesa dos interesses econômicos, da integração, da solidariedade e do crescimento social e cultural dos seus associados.

Princípios do cooperativismo: valorização da sinergia empreendedora e das relações éticas, gerando resultados através da criatividade, inovação e competência. A realização profissional ocorre por meio da cooperação e não da competição ou do lucro. Na autogestão, todos os indivíduos atuam como colaboradores de si mesmos, no sentido de que os objetivos coletivos determinam a atuação individual, que por sua vez, é administrada em conjunto.

Princípios da agricultura ecológica: estabelecimento de referenciais de comprometimento com a interação harmoniosa das pessoas consigo mesmas, entre si e com a biosfera. Objetiva, de um lado, a defesa da natureza, e de outro, uma melhor qualidade de vida, através do uso racional dos recursos naturais, correta utilização do solo sem adoção de qualquer tipo de produto químico ou agrotóxico e subordinação da tecnologia a uma ética ecológica que privilegie a vida e a natureza, em detrimento do lucro.

4.5. O agricultor familiar sócio cooperado da Ecovale

Os sócios cooperados da Cooperativa Ecovale são denominados de agricultores familiares, uma vez que desenvolvem suas atividades produtivas em minifúndios (propriedades que possuem uma média entre 5 e 10 ha).

A agricultura familiar é muito expressiva na região do Vale do Rio Pardo. Dados do Censo Agropecuário de 1995 demonstram que na microrregião de Santa Cruz do Sul, 75% das mais de 25.000 propriedades rurais existentes, apresentam área entre 1 e 20 ha. Na média de todas as propriedades, a área chega a 16,8 ha.

Além da distribuição dos produtores rurais em minifúndios, a agricultura familiar também se caracteriza pela presença maciça de todos os membros da família nas lides da terra e das lavouras.

A atividade produtiva desenvolvida nas propriedades é, na maioria dos casos, a única fonte de sustento do produtor e da sua família. Dessa forma, verifica-se que entre os produtores rurais ligados à Cooperativa Ecovale existe uma nítida preocupação em promover a diversificação de cultivos nas propriedades, tornando-a auto-suficiente na geração de alimentos para a unidade familiar.

Esta preocupação inexiste nas unidades produtivas dedicadas ao cultivo do fumo, pois esta cultura vem a ser a principal fonte de renda dos fumicultores e envolve o agricultor familiar de tal forma, que o leva a renunciar a outras atividades para fins comerciais e até mesmo de subsistência. Para Silva (2001), isto faz com que muitos agricultores se tornem dependentes da renda do fumo para comprar outros produtos agrícolas, como carnes, verduras, ovos, etc.

Os cooperados da Ecovale têm, em média, 35 e 45 anos de idade e vêm desenvolvendo a agroecologia há aproximadamente três anos. Um grande número destes (cerca de 85%) eram fumicultores e abandonaram a atividade devido à consciência em torno dos malefícios gerados pela mesma.

A partir de então, verifica-se que estes agentes vêm sendo promotores de mudança, feita de forma gradativa ao longo do tempo, principalmente para corrigir as imperfeições causadas nos recursos naturais da propriedade quando utilizada para o cultivo do fumo. Aliado a isto, o

processo de aprendizagem vem acontecendo em torno do desenvolvimento e aperfeiçoamento das práticas ecológicas de produção.

4.6. Região de atuação da Cooperativa Ecovale: o Vale do Rio Pardo

4.6.1 Caracterização geral

A região do Vale do Rio Pardo localiza-se na parte central do estado do Rio Grande do Sul, compreendendo um espaço territorial de 15,5 mil km², onde vivem aproximadamente 435 mil habitantes (Jornal Gazeta do Sul, 2001).

Fazem parte da região os municípios de Arroio do Tigre, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Candelária, Cerro Branco, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoão, Mato Leitão, Passa Sete, Passo do Sobrado, Pantano Grande, Rio Pardo, Salto do Jacuí, Santa Cruz do Sul (cidade pólo da região), Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires, Vera Cruz, conforme mapa a seguir.

Embora a agricultura seja a maior fonte de renda da região, a população vive, em sua maioria, na zona urbana: são 253,5 mil habitantes nas sedes dos municípios e 181,6 mil habitantes no interior dos mesmos. Dos 27 municípios que compõem a região, 19 são essencialmente rurais, como é o caso de Gramado Xavier que tem uma população de 3,6 mil pessoas no meio rural e apenas 382 na sede, conforme mostrado na tabela abaixo.

Tabela 2 – A população total, a população rural e a porcentagem de habitantes residentes na zona urbana dos municípios do Vale do Rio Pardo

Município	População total	População rural	% de habitantes na zona urbana
Arroio do Tigre	12.214	6.947	43,12
Barros Cassal	11.322	8.088	28,56
Boqueirão do Leão	7.811	6.294	19,42
Candelária	29.479	15.682	46,8
Cerro Branco	4.297	3.160	26,46
Encruzilhada do Sul	23.897	9.060	62,09
Estrela Velha	3.689	3.022	18,08
General Câmara	8.729	3.557	59,25
Gramado Xavier	3.666	3.284	10,42

Herveiras	2.959	2.554	13,69
Ibarama	4.454	3.498	21,46
Lagoão	6.096	4.908	19,49
Mato Leitão	3.210	1.939	39,6
Pantano Grande	10.978	1.703	84,49
Passa Sete	4.639	4.197	9,53
Passo do Sobrado	5.565	4.591	17,5
Rio Pardo	37.778	11.742	68,92
Salto do Jacuí	12.949	3.043	76,5
Santa Cruz do Sul	107.589	13.861	87,12
Segredo	6.913	5.228	24,37
Sinimbu	10.207	9.013	11,7
Sobradinho	16.331	4.661	71,46
Tunas	4.310	3.000	30,39
Vale do Sol	10.557	9.837	6,82
Vale Verde	3.054	2.375	22,23
Venâncio Aires	61.207	25.041	59,09
Vera Cruz	21.303	11.402	46,48
TOTAL	435.203	181.607	

A partir dos dados mostrados na tabela 2, verifica-se que o desenvolvimento do meio rural é imprescindível para o desenvolvimento da região como um todo, pois existem municípios que são eminentemente agrícolas. Embora existam atividades não-agrícolas desenvolvidas no meio rural, estas ainda mostram-se incipientes. Os municípios mais industrializados são Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, respectivamente.

O município de Rio Pardo foi o primeiro a ser colonizado na região. A ausência de atrativos econômicos que se enquadrassem no modelo mercantilista fez com que o território ficasse abandonado por mais de dois séculos durante o período em que o Tratado de Tordesilhas de 1494 estabelecia que o atual estado do Rio Grande do Sul pertencia à Espanha.

Após ter sido firmado o Tratado de Madri (1750), estabelecendo que Portugal anexaria a região missioneira em troca da Colônia do Sacramento, os portugueses fundaram a fortaleza Jesus-Maria-José na margem esquerda da confluência dos rios Pardo e Jacuí. Nos arredores do forte foram se formando núcleos populacionais compostos por militares e suas famílias, comerciantes, tropeiros de gado, colonos açorianos, índios trazidos das missões e escravos. Assim, surgiu o município de Rio Pardo.

A partir de 1849, com a instalação da Colônia de Santa Cruz, a região passou a receber imigrantes europeus, sobretudo, alemães. Com isso, a região sofreu um processo de imigração diferente da ocorrida no restante do País. Ao invés da instalação de latifúndios, foram estabelecidas “colônias” a partir da qual a terra se dividia em lotes de pequeno tamanho (20 a 25ha) que originaram os minifúndios. Sem o cumprimento das promessas que receberam antes de virem para a região, os colonos ficaram quase abandonados, descapitalizados, contando

apenas com a mão-de-obra familiar. A própria situação de minifúndio veio ao encontro de uma nova atividade que se tornaria a alavanca do progresso e desenvolvimento da região: a produção de fumo.

As primeiras sementes do produto foram trazidas pelos próprios imigrantes que a princípio plantavam para garantir o auto consumo. Com o passar do tempo, a atividade foi adquirindo um caráter comercial com a conquista do mercado regional.

Por volta de 1860, surgiram os compradores nacionais de fumo. A partir de então, a região do Vale do Rio Pardo passa a ser referência nacional no cultivo do fumo em folha. O maior produtor é o município de Venâncio Aires, seguido de Candelária e Santa Cruz do Sul, respectivamente (Galarça, 1998).

A partir de 1960, chegaram ao Vale do Rio Pardo as indústrias multinacionais fumageiras que se responsabilizaram pela compra do produto, bem como a realização do beneficiamento e industrialização do mesmo. Formou-se, a partir de então, um oligopólio por parte dessas empresas.

Atualmente, todo o fumo produzido no Vale do Rio Pardo é comprado por estas unidades industriais que trabalham em um sistema de integração com o produtor, fornecendo-lhe sementes, insumos e assistência técnica que requer, em contrapartida, a dedicação do fumicultor e de sua família para produzirem o fumo nas quantidades e qualidades pré-estipuladas pelas mesmas. Cria-se, com isso, uma dependência do produtor para com a empresa, já que tem de cumprir o estabelecido pelos extensionistas, perdendo com isso, a possibilidade de gerenciar a sua própria propriedade.

A partir dessa realidade, justifica-se o incentivo ao plantio de produtos ecológicos como uma alternativa para que o produtor possa viabilizar a sua propriedade recuperando sua autonomia e independência.

4.6.2. O aspecto econômico da região do Vale do Rio Pardo

A economia da região do Vale do Rio Pardo tem no setor agroindustrial a sua maior fonte de renda, principalmente devido a forte predominância do cluster fumageiro no município de Santa Cruz do Sul e das indústrias ervateiras de Venâncio Aires. Ligados a estas indústrias, encontram-se milhares de produtores rurais, que em diversos municípios da região, dedicam-se ao cultivo destes produtos.

Conforme o Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas do Departamento de Ciências Econômicas da UNISC, indústria, comércio e prestação de serviços empregavam em 1995, 47 mil pessoas na região. No setor industrial existem 20 mil pessoas empregadas e no comércio, 18,7mil. Entre os municípios com mais mão-de-obra empregada nesses setores da economia estão Santa Cruz do Sul, com 21 mil pessoas e Venâncio Aires, com 8.300 mil (Galarça, 1998).

O crescimento ordenado e a diversificação da economia, impulsionada principalmente pelas áreas da metalurgia, mecânica, vestuário, química, moveleira e borracha, colocam o município de Santa Cruz do Sul em posição de destaque na economia do Estado. Segundo dados da Secretaria da Fazenda do estado do Rio Grande do Sul, Santa Cruz do Sul ocupa a 6ª (sexta) posição no índice de retorno do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) desde 1992 quando detinha a 7ª (sétima) posição. Conforme dados do Jornal Gazeta do Sul (jun./2000, p.10), o Produto Interno Bruto (PIB) em Santa Cruz do Sul é da ordem de US\$ 1.209.518.640, enquanto que o PIB per capita é de US\$ 12.210,64.

4.6.3. O aspecto social da região do Vale do Rio Pardo

Apesar de merecer posição de destaque no Estado, pelo desempenho de sua economia, a região do Vale do Rio Pardo apresenta fortes problemas sociais, principalmente quando se analisam as condições de vida no meio rural, onde vive parcela bastante significativa da população regional. Os municípios de Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Cerro Branco, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoão, Mato Leitão, Passo do Sobrado, Segredo, Sinimbu, Tunas, Vale Verde e Vale do Sol, ou seja, a metade dos que pertencem à região são predominantemente agrícolas, com a maioria da população habitando o meio rural.

Muito ainda tem de ser feito em prol do desenvolvimento local e da melhoria das condições de vida da população. Em relação à mortalidade infantil, verifica-se que Santa Cruz do Sul está classificada em 266ª posição em relação aos demais municípios do Rio Grande do Sul, índice relativamente alto considerando-se a relevância que possui em termos de rendimentos econômicos e em relação a renda per capita da população.

Analisando-se o nível de escolaridade no meio rural da região, percebe-se que 38% dos chefes de família estudaram até a quarta série do primeiro grau e outros 32% avançaram seus estudos nesse nível, mas não concluíram o primeiro grau. Este percentual aumenta um pouco se considerarmos somente o município de Santa Cruz do Sul, onde o nível de analfabetismo é zero entre os produtores (Begniss, 1998).

O setor fumageiro é de grande importância tanto na área econômica quanto na social. Com relação à primeira, evidencia-se a grande representatividade que mantém na geração de impostos para o governo e através do grande volume exportado o produto contribui significativamente para a geração de divisas para o País. Em se tratando da segunda área, este

setor é responsável pela geração de empregos diretos e indiretos. No meio rural, emprega milhares de produtores que têm no cultivo do fumo a sua principal atividade agrícola e nas usinas de beneficiamento e fábricas de cigarros surgem outras frentes de trabalho, desde a de safristas (trabalhadores temporários) até aqueles que são funcionários efetivos das mesmas.

Mesmo consciente das vantagens que o complexo fumageiro traz para a região em termos econômicos e sociais, percebe-se que a lógica de funcionamento da indústria fumageira equivale a das empresas capitalistas que, na maioria dos casos, conseguem internalizar os lucros e externalizar os custos. Isso é observado principalmente em relação aos efeitos ambientais que o cultivo do fumo da forma como vem sendo feito, traz ao meio ambiente.

4.6.4. O aspecto ambiental da região do Vale do Rio Pardo

A idéia de progresso econômico, que envolve o aumento das produções industrial e agrícola, vem contribuindo para aumentar a degradação do meio ambiente, provocada pela exploração de recursos naturais não renováveis ou renováveis a longo prazo e pelo lançamento de resíduos da atividade produtiva e do consumo no ar, na água e no solo.

Há pouco tempo foi reconhecido que o processo de auto-regeneração do solo é muito lento e complexo e que a superexploração de alguns recursos naturais pode levar à sua completa destruição. Também foi constatado que o ar, a água e a terra têm capacidade limitada para absorver e assimilar o lixo humano.

Essa situação de deterioração da qualidade ambiental vem se agravando numa escala cada vez maior, causando altos custos sociais e ecológicos aos municípios, principalmente às populações dos centros urbanos, que convivem com altos índices de concentração industrial e

populacional, o que gera um grande volume de descarte de detritos na natureza, que, por não ter capacidade de reciclagem suficiente, faz com que surjam problemas de poluição, que irão causar a deterioração do meio ambiente (Ambros e Klering, 1995).

Diante desse quadro, faz-se necessário um aumento da conscientização da necessidade de haver um controle ambiental em cada localidade. Conforme dados do Diagnóstico Ambiental dos Municípios do RS (Ambros e Klering, 1995), dos 467 municípios gaúchos, apenas 28 possuem um Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA). Este órgão é responsável pela política municipal de meio ambiente e contribui para que esta seja bem formulada e cumprida. Além disso, tem a função de propor, avaliar e acompanhar a política municipal de meio ambiente; promover atos destinados à melhoria da qualidade de vida da população; assessorar a opinião sobre os planos e programas públicos e privados que direta ou indiretamente afetem o meio ambiente.

Santa Cruz do Sul é o único município do Vale do Rio Pardo que possui um CMMA. Por tratar-se de um pólo industrial, este órgão deve estar atento aos níveis de poluição do ar e a eliminação de resíduos no solo resultantes da produção industrial realizada no município.

Não obstante, o controle ambiental também deve recair sobre as unidades agrícolas produtoras de fumo, devido à excessiva utilização de produtos químicos que esta cultura exige, sendo maléficos ao meio ambiente pela destruição das propriedades naturais do solo e a eliminação de resíduos diretamente nos córregos e lagos próximos às lavouras, e à saúde do fumicultor devido à intensa utilização nas lavouras.

Verifica-se que com o passar do tempo as florestas da região foram sendo destruídas, servindo de lenha durante a queima do produto. Esse processo de secagem é de responsabilidade do produtor que deverá realizá-lo antes do encaminhamento do produto à indústria fumageira.

O plantio consecutivo do fumo na mesma área de terra exige o aumento gradativo da quantidade de insumos químicos para tentar corrigir as imperfeições e a superexploração do solo. Isto é notável no município de Santa Cruz do Sul, pois sua estrutura fundiária está predominantemente dividida em minifúndios, onde a terra é um fator de produção escasso.

4.6.5. A importância do setor fumageiro para a economia regional

Segundo Hermes (2000), a fumicultura no Rio Grande do Sul teve início com a chegada dos imigrantes alemães no século passado. Já nas décadas de 1850 e 60, o tabaco se destacava entre os produtos comerciais brasileiros. A consolidação desta atividade industrial aconteceu em 1918, quando se instalaram usinas de beneficiamento de tabaco em Santa Cruz do Sul. Entre as empresas pioneiras na realização do beneficiamento do fumo estão a Companhia de Tabacos Santa Cruz, fundada em 1918, a Souza Cruz (do grupo British American Tobacco – BAT) em 1919, a Tabacos Tatsch, em 1932 e a Companhia de Cigarros Sinimbu, em 1948.

Em 1960, houve a internacionalização das empresas fumageiras locais. A partir de então, as unidades produtivas multinacionais fumageiras começaram a se instalar na região, realizando significativos investimentos para o pleno funcionamento e crescimento de suas atividades de beneficiamento e industrialização do fumo. Hoje, cerca de 60% da produção de fumo beneficiado no setor fumageiro do Vale do Rio Pardo é direcionada para o mercado externo, destinado em maior parte aos Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido e Japão, entre outros (Vargas et al., 1999).

Para a execução da atividade industrial fumageira existem 52 mil empregos temporários (somente em épocas de safra do fumo) e 14 mil empregos efetivos. Segundo Vargas et al. (1999), estes números representam 15,56% da população da região.

Encarregado da produção de fumo em folha existe um contingente de 31,8 mil produtores de fumo no Vale do Rio Pardo, cultivando uma área de 58,5 mil hectares, conforme dados dispostos na tabela a seguir:

Tabela 3 - Os números da produção e dos produtores de fumo nas safras de 1998-99 e 1999-00

Especificação	Safra 1998 - 99	Safra 1999-00
Propriedades	20.700	20.140
Famílias produtoras	31.890	29.620
Pessoas ocupadas	117.990	109.600
Número de estufas	36.350	35.480
Hectares plantados	58.550	58.650
Toneladas produzidas	134.860	129.790
Preço médio (kg/ha)	1,82	1,96
Valor bruto da safra (R\$)	245.445.200	254.388.400
Valor bruto por família (R\$)	7.697	8.588
Produtividade (kg/ha)	2.303	2.213
Tamanho das propriedades (ha)	14,5	15

Fonte: Jornal Gazeta do Sul (jun./2000, p.4)

Verifica-se, pela tabela acima, que os números da produção de fumo nas duas últimas safras não sofreram alterações consideráveis. Apesar do número de hectares plantados ter se mostrado crescente, a quantidade de toneladas produzidas declinou. O preço médio do produto, influenciado pela cotação do mesmo no mercado internacional, apresentou aumento que se refletiu no valor bruto da safra, gerando um valor bruto maior por família produtora.

Houve uma diminuição do número de propriedades que se dedicaram ao cultivo do fumo e a conseqüente redução no número de famílias ocupadas na atividade fumicultora. Isto é comprovado também pela diminuição no número de estufas utilizadas para a secagem do produto, antes de ser encaminhado para a indústria.

4.6.6. O aspecto negativo e insustentável que se revela na cultura do fumo: relação entre produtor e agroindústria

As agroindústrias fumageiras estabelecidas na região do Vale do Rio Pardo (detentoras dos fatores de produção) contratam os produtores de fumo (detentores de mão-de-obra) através do Sistema Integrado de Produção. Este sistema de contrato vem sendo desenvolvido na região desde a instalação da empresa Souza Cruz, em 1918. No entanto, ele se consolidou a partir da década de 60 quando todo o arranjo produtivo fumageiro passou por um período de reestruturação. Hoje, todas as unidades produtivas agroindustriais fumageiras adotam o sistema.

Por meio deste, as agroindústrias firmam uma parceria com os produtores, concedendo-lhes auxílio financeiro no início da safra, seguro para as lavouras, crédito para custeio, assistência técnica nas propriedades e um “pacote” tecnológico, estabelecendo todos os insumos químicos que deverão ser utilizados nas lavouras para que o fumo originado tenha a qualidade e

os padrões exigidos pelo mercado internacional. Ao produtor, cabe produzir de acordo com o que lhe foi estipulado e entregar para a agroindústria todo o volume produzido ao final da safra.

No entanto, cumprindo as cláusulas do contrato firmado os produtores estão sujeitando-se a utilizar inúmeros insumos químicos requeridos para o combate de pragas e melhoria da aparência do produto. Conforme dados apresentados por Hermes (2000), a fumicultura ficou entre os cinco cultivos que mais necessitam o uso de pesticidas por hectare. Além disso, o uso desses insumos precisa ser intensificado entre os meses de outubro a janeiro (finalização do processo de cultivo e início do processo de colheita), coincidindo com o período mais quente do ano. Devido ao aumento das temperaturas, os produtores muitas vezes não utilizam os equipamentos de proteção necessários.

Sendo a fumicultura uma atividade essencialmente familiar, toda a família fica exposta aos riscos de intoxicação química, incluindo crianças que acompanham os pais durante o processo de produção. Outro agravante envolvido está na necessidade do triplo de horas/pessoa/hectare na lavoura de fumo em relação a outras culturas. Isto torna-se necessário para a aplicação dos insumos químicos.

A conseqüência desse processo encontra-se nos dados de uma pesquisa realizada em 1995 que revelou os altos índices de suicídios da ordem de 37,22 casos por 100 mil habitantes existentes no município de Venâncio Aires (maior na produção de fumo no Estado), enquanto no Brasil este índice é de 3,86. Dentre estes casos, a maioria tratava-se de produtores do sexo masculino, com idade entre 40 e 59 anos. Nas cidades de Santa Cruz do Sul e Candelária também foram verificados altos índices de suicídios.

Além dos riscos associados à exposição direta aos insumos químicos, os produtores sofrem os efeitos causados pela absorção da nicotina presentes nas folhas do fumo, principalmente no momento de realização da colheita. Autoridades da área da saúde detectaram que os maiores problemas encontrados são os sintomas de intoxicação, mais frequentes entre os meses de setembro e fevereiro.

Integrado ao sistema, além de sofrer os malefícios que o uso de insumos químicos acarreta, o produtor perdeu a autonomia na gestão da sua propriedade, vindo a ser um prestador de serviços para a agroindústria. Ela estabelece o quanto, como, de que forma e quando produzir. Depois do processo de secagem (última etapa do processo de produção), o produto é enviado à agroindústria, que classifica o produto e estabelece o preço a ser pago pelo mesmo.

De acordo com Vogt (1994) citado por Vargas et al. (1999), enquanto os vínculos de subordinação entre os produtores e o capital mercantil ainda não se encontravam estabelecidos por meio do sistema integrado, a cultura do fumo estava baseada no uso de adubos orgânicos e a quantidade produzida era determinada pelos próprios produtores. Na medida em que as grandes empresas adotaram o sistema de produção integrada, o produtor perdeu sua autonomia e passou a sujeitar-se a todas as exigências estabelecidas pelas agroindústrias.

Ciente dessa controversa relação entre produtor e agroindústria, Etges (1989) destaca a existência de forte sujeição e apropriação dos meios de produção, fundamentados pelas agroindústrias através do sistema integrado e, em consequência, uma dependência dos produtores de fumo ao modelo de cultivo imposto, o qual desrespeita o meio ambiente colocando em risco a sua saúde e a da sua família.

A produção de produtos ecológicos que se mostra ainda incipiente na região do Vale do Rio Pardo, vem servir de contraponto à lógica que se estabelece na produção de fumo, pois dessa forma os produtores estão conseguindo reagir à sujeição e apropriação estabelecidas pela indústria. Procurar-se-á, no próximo capítulo, compreender as motivações que levaram à mudança de atividade e também à criação da cooperativa por parte desses atores sociais.

5 AS MOTIVAÇÕES QUE CONTRIBUÍRAM PARA A CRIAÇÃO DA COOPERATIVA ECOVALE

Com o objetivo de melhor compreender o que deu origem à Cooperativa Ecovale, procurou-se verificar as principais motivações que contribuíram para que os produtores rurais, hoje na qualidade de sócios cooperados, viessem a engajar-se na organização da mesma.

A identificação das motivações que conduziram à criação dessa organização se faz relevante, pois através destas pode-se compreender o que essa organização cooperativa significa para cada um dos cooperados e o quão importante torna-se zelar e trabalhar em prol do seu desenvolvimento.

Procura-se identificar as **motivações** que contribuíram para que os mesmos evoluíssem da condição de grupo informal (primeiro tipo de organização formada) para uma associação e, posteriormente, para uma cooperativa.

De acordo com os depoimentos dos sócios cooperados, a escolha pelo tipo de organização a ser adotada foi feita depois de um longo período de discussão pelos grupos de produtores. Isto é evidenciado no depoimento a seguir:

“Houve a discussão para ver qual seria a forma mais indicada de organização. Foi um processo de discussão com os grupos e se buscava um tipo de organização que desse um bom abrigo jurídico, tivesse menos complicações legais e burocráticas, que respeitasse e promovesse a democracia interna, com maior chance de participação dos agricultores nas decisões do empreendimento”. (C2)

A escolha pela criação de uma cooperativa se deu principalmente por ser o tipo de organização que melhor consegue atender às exigências dispostas no depoimento acima e, além disso, parece ser o tipo de organização que confere maior autonomia ao produtor, já que este se vê na condição de gestor da sua própria empresa. Sendo proprietário da mesma, sentir-se-á mais responsável pelo “negócio” e disposto a contribuir para o seu desenvolvimento.

A escolha desses produtores pela organização cooperativa deve-se também à possibilidade que esta lhes confere de continuar recebendo os seus proventos previdenciários. Uma grande parte dos sócios cooperados da Cooperativa Ecovale são aposentados do Instituto Nacional de Previdência Social (INSS).

Percebe-se que para um grande número de produtores a cooperativa foi a melhor forma de organização encontrada para garantir o acesso dos produtos ao mercado consumidor e contribuir para viabilizar a atividade produtiva através do aumento do aporte de renda do produtor.

“A gente sempre teve o objetivo de expandir a produção e poder vender mais para aumentar a renda da família e da propriedade e de forma individual se via que era muito complicado, muito difícil. Então, a gente optou primeiro pelo associativismo e agora com a criação da cooperativa temos a esperança de que facilite isto aí”. (S2)

“Para mim, a cooperativa veio como uma oportunidade de negociar diretamente com o consumidor sem depender do atravessador. Com a cooperativa, a gente pode ter a própria empresa e fica mais fácil de chegar ao mercado”. (S13)

“A cooperativa representa a sobrevivência, no individualismo ninguém vai muito longe. É preciso se agarrar à ferramenta do cooperativismo para que se possa com o outro dialogar saídas”. (S3)

“Eu vi na cooperativa a grande oportunidade para comercializar a minha produção, pois sem ela fica impossível”. (S5)

“A gente está começando, vamos ver se dá certo. É mais uma renda que a gente tem”. (S9)

Verifica-se que os sócios cooperados da Ecovale são dotados de racionalidade econômica e esta foi a grande impulsionadora da criação da Cooperativa, pois entendem ser esta a forma de organização que lhes possibilita um melhor acesso ao mercado. Denota-se, a partir desses depoimentos, que estes agentes mostram-se motivados a satisfazer suas necessidades de segurança, pois a principal motivação que possuem para permanecerem na cooperativa é a possibilidade que esta lhes confere de vender melhor os produtos, possibilitando ampliar seu nível de renda.

Num segundo plano, salienta-se a importância que conferem ao fato de saberem que possuem uma empresa própria, auto-gerida e que nasceu a partir do trabalho conjunto realizado por eles próprios.

“Tivemos na Feira do Cooperativismo em Santa Maria há quatro anos atrás, onde se relatou experiências de compra em conjunto. Nessa época, já sabíamos que era necessário trabalhar num regime ou sistema cooperativo. Num regime individualista não há alternativa para o agricultor. E agora fomos lá novamente com alguma coisa concreta, que funciona, temos uma cooperativa nossa e podemos expor nossos produtos. É gratificante isto”. (S3)

A partir de então, verifica-se que também existe, em menor grau, a necessidade de estima que os motiva a continuar na cooperativa, uma vez que esta é o produto do próprio trabalho por

eles desenvolvido e que pode vir a obter o reconhecimento por parte dos consumidores e da sociedade em geral.

Sendo a possibilidade de auferir renda a principal motivação que os produtores possuem para continuarem a desenvolver a atividade, questiona-se o porquê da saída da grande maioria destes produtores da fumicultura para investirem numa atividade cujo retorno financeiro inicialmente é baixo e incerto.

A partir de então, procura-se identificar quais as experiências pessoais destes produtores que influenciaram a sua mudança de atividade produtiva e a entrada para o quadro de associados da Cooperativa Ecovale.

“A gente tinha contato com muitos venenos, herbicidas e a gente via que tinham muitos companheiros nossos na agricultura que estavam começando a sentir os efeitos disso. Outra coisa é que a gente interferiu tanto no meio ambiente que chegamos num ponto crítico até. Não dá para comparar a natureza da forma como Deus nos deixou e a forma que está hoje”. (S7)

“Eu sempre fui contra o veneno e sempre procurei diminuir o veneno, a minha esposa fez um tratamento e o médico falou que era principalmente o veneno que estava prejudicando a saúde dela. Isto foram fatores que fizeram com que eu quisesse sair do fumo. Só que muitas pessoas mesmo sem plantar fumo usam certa quantia de veneno. Então também não adianta, com a produção de ecológico a gente consegue abandonar de vez com o veneno”.(S8)

“...assim a gente vai ter uma vida mais saudável, pois estávamos usando muito agrotóxico, matando a terra. A gente tinha cada vez mais despesas e agora estamos tentando recuperar a terra. Estamos tentando fazer um giro, sair das despesas e também da produção que gera doença, a gente ficava sempre ali, não sobrava mais tempo para a gente, agora está sobrando mais tempo para a vida também”. (S12)

“Eu vivo só do cultivo de hortigranjeiros e a minha renda pode não ser tão grande como a do meu irmão que planta fumo, mas eu não quero me envenenar e acho que isso é o mais importante, fazer uma coisa saudável”. (S5)

Pelos depoimentos dispostos acima, verifica-se que existe uma grande consciência por parte dos produtores com relação aos malefícios causados pelo uso de produtos químicos ou agrotóxicos que foram amplamente utilizados pelos mesmos enquanto produtores de fumo.

A maior preocupação dos produtores com relação ao uso excessivo de produtos químicos está nos efeitos danosos que estes poderão trazer à saúde dos membros da família (necessidade de segurança). Os efeitos causados ao meio ambiente são preocupações que se mostram inferiores à primeira.

A motivação pela mudança de atividade não se dá pelo retorno financeiro que poderá ser maior do que aquele obtido na atividade anterior e sim pelos ganhos que se fazem sentir com a prática de um sistema de cultivo isento de todo e qualquer produto nocivo à saúde humana.

Estando os produtores ecologistas motivados a desenvolverem suas atividades com o suporte de uma organização cooperativa, verificar-se-á no próximo capítulo quais as práticas sociais cooperativas que vêm sendo empregadas pelos sócios cooperados dentro da organização, bem como do grupo de produtores a que pertencem.

6 A COOPERAÇÃO: ELEMENTO IMPRESCINDÍVEL PARA O DESENVOLVIMENTO DA ORGANIZAÇÃO

A humanidade chegou ao Terceiro Milênio ciente de que as fronteiras geográficas que possibilitam o acesso aos mercados tornaram-se sobretudo largas a ponto de permitir a entrada dos produtos em mercados de qualquer lugar do mundo. As organizações produtivas industriais dispõem de toda infra-estrutura básica que lhes dá condições para almejar uma atuação no mercado global, entre as quais a tecnologia da informação e a facilidade e agilidade dos meios de transporte.

Com a ambição voltada para além das fronteiras nacionais, as organizações inseriram-se num contexto ainda mais competitivo e dinâmico em que se fez necessário o desenvolvimento de capacitações e competências ainda maiores para estarem aptas a fazer parte do comércio internacional.

A partir daí, verificou-se a importância de assumir uma postura que privilegie a cooperação entre organizações que desempenham atividades conjuntas, com o intuito de tornarem-se mais fortes e adquirirem mais condições para manter-se no mercado. A cooperação passou a ser considerada, em alguns casos, como uma estratégia adotada de forma a corroborar para o fortalecimento da organização e para a busca de vantagens competitivas. Essa estratégia

vem sendo amplamente empregada tanto por grandes e mega-corporações como pelas pequenas e médias empresas, ou seja, em todos os tipos de organizações admite-se que uma das formas de tornarem-se mais competitivas pode ser através da cooperação que vem se estabelecendo, predominantemente, sob a forma de alianças, acordos, parcerias e redes.

Para o rol das empresas capitalistas que almejam melhores posições no mercado para manter-se competitivas, a cooperação que até então era vista como elemento contrário à sua lógica de funcionamento, passa, agora, a servir como elemento estratégico que pode contribuir para a consagração dos seus objetivos.

Não obstante, se para as organizações produtivas como um todo a cooperação vem sendo considerada como uma importante estratégia para fazer frente às fortes exigências de um mercado global, para as organizações cooperativas a cooperação é o elemento de caracterização, imprescindível em qualquer nível da organização, não se tratando apenas de uma estratégia, mas de um fundamento maior. É através da cooperação que se consolida o “negócio” das organizações cooperativas.

O cooperativismo advoga que o termo cooperar significa unir-se a outras pessoas para enfrentar conjuntamente situações adversas, no sentido de transformá-las em oportunidades e situações de bem-estar econômico e social (Informativo OCERGS - SESCOOP, 2001).

Admitida a importância que a **cooperação** assume dentro das organizações cooperativas e sendo ela o fundamento maior para este tipo de organização, procura-se cumprir com o segundo objetivo específico deste trabalho mostrando como a cooperação vem se consolidando entre os sócios cooperados da Cooperativa Ecovale.

Uma das características-chave que demonstra a cooperação entre os membros de uma organização cooperativa é a confiança que está estabelecida entre ambos. O próprio método de trabalho realizado pelas cooperativas requer confiabilidade de ambas as partes interessadas: dos sócios para com a organização e dos sócios para com os demais associados.

No momento em que o associado entrega a sua produção para a organização cooperativa, ele delega amplos poderes a esta que poderá comercializar a mesma da maneira como achar mais adequada e, posteriormente, prestar contas aos cooperados, remunerando-lhes de acordo com a atividade de cada um para com a sua cooperativa. Isso pode ser observado na citação a seguir:

“...eu acho que os dirigentes são pessoas de extrema confiança. O dinheiro que um perde, todos perdem. Nós trazemos os produtos juntos para a feira e o que sobrar é dividido, tem que dividir a despesa também. Então a gente tem que ter confiança”. (S8)

No caso da Cooperativa Ecovale, a confiança deve se intensificar primeiramente no grupo em que os produtores estão inseridos, pois o grupo é a primeira forma de organização dos produtores. Depois de criarem o grupo, estabelecerem uma organização interna de trabalho e um estatuto próprio é que os produtores (o grupo de produtores) associa-se à cooperativa.

“A confiança precisa ser trabalhada até mesmo dentro da mesma família. Os membros que estão em casa às vezes não compreendem a importância do processo, não tem o mesmo grau de conscientização. Isto se deve dar até mesmo entre esposo e esposa, filhos. Eu dou tudo para que o grupo dê certo junto com a cooperativa”. (S3)

“ele entra no esquema do grupo pra entender o espírito de união, de cooperação. Ele tem que entender isso e depois ele se associa à cooperativa. Ele tem que dedicar um pouco do seu tempo ao grupo para daí entender através dos exercícios a questão da cooperação”.(C1)

Existem alguns cooperados que sempre salientam em seus depoimentos a confiança e a cooperação que vivenciam no grupo em que estão inseridos para, num segundo momento, mencionarem aquela estabelecida na cooperativa.

“Acho que está muito bom assim. A união tem que existir, a confiança um pelo outro, pelo menos no nosso grupo, é muito boa”. (S10)

“A confiança está muito boa, dá pra dizer que é de 90% ou até 100%, mas uma desconfiançazinha sempre tem, né”. (S11)

“Pelo menos no nosso grupo há muita confiança. Todos confiam no outro, se não há confiança o grupo não anda bem”. (S4)

No entanto, uma grande parte dos associados entrevistados é realista em afirmar que o grau de confiança existente entre eles não pode ser considerado “muito grande”. Eles consideram-no “grande”.

A necessidade desses produtores em cooperarem mutuamente está presente na conscientização que possuem de que isoladamente não conseguiriam sobreviver realizando esta atividade produtiva. Dessa forma, a cooperação estabelecida em termos do trabalho conjunto e da ajuda mútua torna-se uma necessidade. Isso pode ser observado nos depoimentos abaixo:

“É uma necessidade dessas famílias de trabalhar de forma cooperada, porque individualmente não teriam acesso ao mercado e nem teriam condição de ter uma alternativa de renda e de produção. Na nossa região, a fumicultura predomina e a maioria das famílias não teria acesso ao mercado com outros produtos. Então, a cooperação se dá a partir dessa necessidade, da percepção de que realmente se quer outra alternativa”... (C2)

“A colaboração, a contribuição de um para com o outro. Não é o individual, a gente ajuda e é ajudado pelos outros. Troca de idéias no trabalho, todos cooperam entre si”. (S1)

“Quando algum produtor está com pouco recurso para a produção a gente ajuda, diz como fizer, ajuda mútua como se diz. Eu não vou dizer que a cooperação é muito grande, acho que é grande. Sempre existem temas conflitantes nos nossos debates durante as reuniões do conselho”. (S7)

Em se tratando da cooperativa e não mais do grupo, percebe-se que as dificuldades em avaliar o nível de confiança e de cooperação existentes aumentam e os problemas estruturais começam a se evidenciar.

“Isto a gente não tem uma noção muito exata, porque é muito recente a noção de cooperativa e também tem a influência do passado. O pessoal associa-se às cooperativas do passado. Muito grande não é, fica entre pequena e grande”. (S2)

“A participação dos associados está fraca ainda. Tem alguns associados que não entendem o que é cooperativismo. Eles estão juntos na cooperativa pra fazer número, até. Eles acham que porque o fulano de tal faz eu não tenho nada a ver com isso. Falta conscientização do que é mesmo ser associado. Nesse ponto a gente tem que trabalhar muito ainda”. (S13)

6.1. Práticas sociais de cooperação

A cooperação também se expressa através do espírito de união dos associados, do trabalho em conjunto, da participação e colaboração prestadas nas atividades da Cooperativa. O CAPA atua nesse sentido, sempre desenvolvendo atividades coletivas nos grupos. As técnicas para a produção agroecológica, bem como a elaboração dos insumos naturais utilizados nas lavouras são aprendidos pelo grupo através dos cursos e da assistência técnica oferecidos pelo CAPA.

A produção dos insumos naturais utilizados nas lavouras ecológicas, como os biofertilizantes, vem sendo feita pelos próprios produtores, reunidos na propriedade rural de um dos membros do grupo. Os produtores vão elaborando o produto de acordo com as orientações e

dicas de um dos técnicos do CAPA. Durante a elaboração do mesmo, o técnico distribui uma cartilha aos membros do grupo, informando o modo de preparo, em quais os tipos de culturas deve ser utilizado, em que época do cultivo e qual a sua indicação. Depois de pronto, este é dividido entre os membros participantes, a despesa é rateada entre eles e o restante do produto é transportado até a cooperativa, podendo ser adquirido pelos demais grupos.

Durante a realização das feiras, a cooperação se estabelece através do sistema de rodízio realizado pelos membros do grupo, pois alguns produtores ficam previamente responsabilizados pela participação nas feiras para realizar a comercialização dos produtos. Isso concede ao produtor a possibilidade de continuar realizando suas tarefas diárias de trabalho na sua propriedade, enquanto que os seus produtos são comercializados nas feiras por outros membros do grupo.

A cooperação não se estabelece apenas entre os produtores cooperados, mas nas próprias ações da cooperativa. Uma importante prática social de cooperação que vem estabelecendo-se entre a Cooperativa Ecovale e algumas organizações ecológicas cooperativas e associativas instaladas em outros Estados é a parceria na troca de produtos típicos regionais. Com isso, há o aumento do *mix* de produtos ecológicos comercializados pela Cooperativa, tornando-se atrativo ao consumidor que poderá adquirir produtos de regiões distintas do País, como castanha do Pará, açúcar mascavo e café, oriundos de outros núcleos de produção agroecológica. De igual forma, a Cooperativa se responsabiliza pelo envio de erva-mate, farinha de trigo integral, etc., produzidos pelos sócios da Ecovale.

Em que pese a Cooperativa Ecovale ser formada por agricultores familiares, a cooperação já se faz presente na própria base da organização familiar, em que todos os agentes participam

ativamente da execução dos processos e da gestão da propriedade, aliando o trabalho ao dos demais membros da família como forma de garantir a sua reprodução social.

6.2. A cooperação vista através da análise do mapa de associações de idéias

A estrutura da representação social sobre cooperação é, neste caso, fruto da somatória das associações de idéias das análises de várias perguntas. Há duas associações nos depoimentos dos sócios cooperados quando mencionam a cooperação: a existente no grupo em que estão inseridos e a existente na cooperativa. É nítida a separação existente entre as duas formas de organização.

Torna-se mais fácil analisar a cooperação em nível de grupo, uma vez que os mesmos estão formados há mais tempo, são menores em número de pessoas e seus integrantes têm vínculos bastante grandes e que se fazem maiores do que os relacionados aos negócios, tais como: amizade, parentesco, vizinhança, etc.

O gráfico, a seguir, mostra as relações que se estabelecem entre as diversas formas de cooperação extraídas a partir do mapa de associações de idéias.

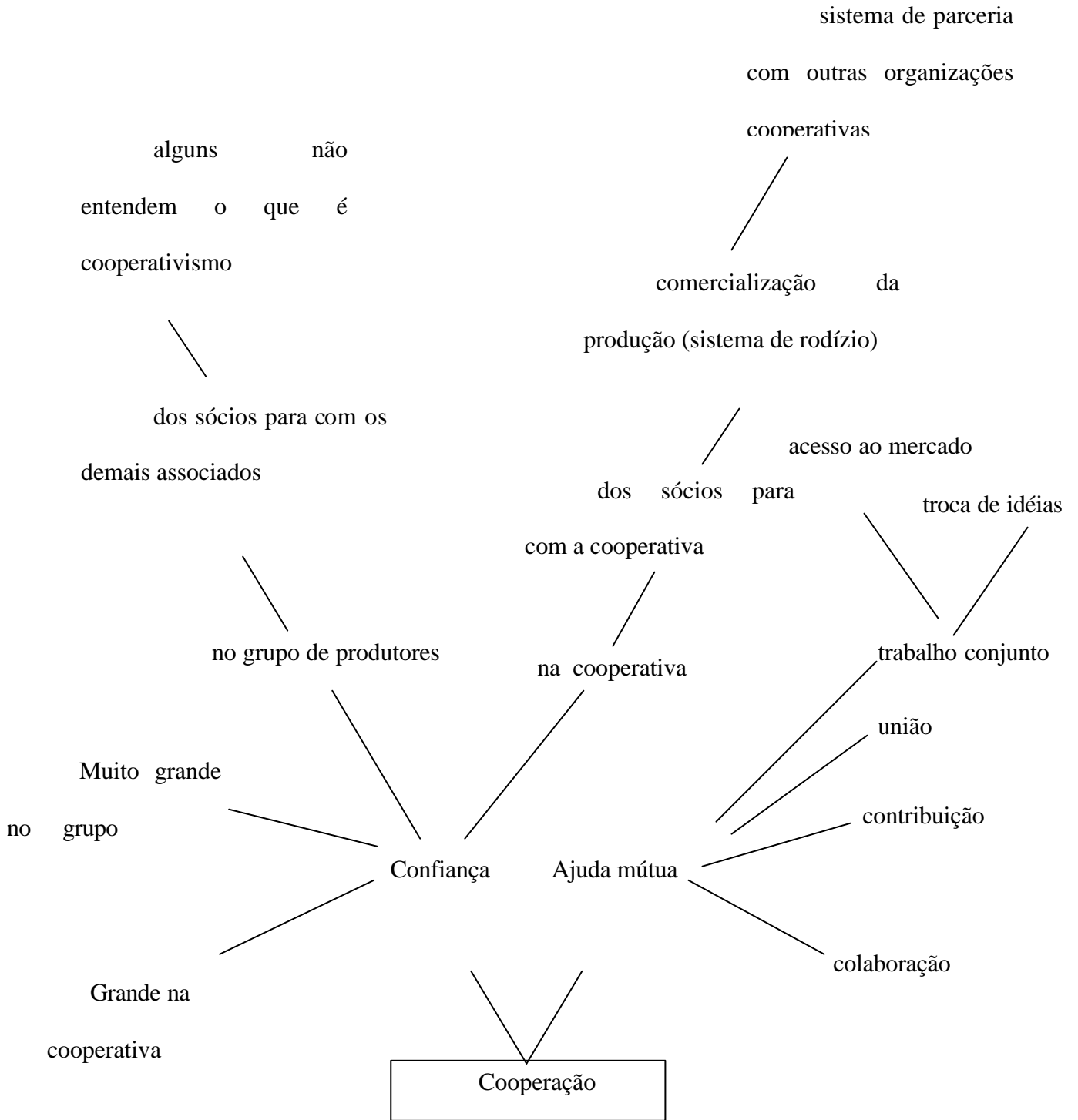


Gráfico 1: A cooperação que se estabelece entre os sócios cooperados da Ecovale

Fonte: dados da pesquisa

A partir do gráfico 1, depreende-se que a confiança e a ajuda mútua que se estabelecem entre os sócios da cooperativa bem como entre os produtores integrantes dos grupos são os dois grandes determinantes da cooperação que se estabelece ao longo do processo de trabalho no grupo e na cooperativa. Entende-se que a manutenção e/ou o melhoramento das práticas sociais cooperativas mostram-se fundamentais para o desenvolvimento da organização e podem contribuir para a conquista da sustentabilidade dos atores sociais envolvidos nesse processo de mudança.

7 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES

Este capítulo pretende analisar as condicionantes que vem sendo desenvolvidas pelos sócios cooperados da Cooperativa Ecovale que estejam contribuindo para o alcance ou a manutenção da sustentabilidade econômica, ambiental e político-institucional destes produtores, enquanto agentes dedicados à produção e comercialização de produtos ecológicos.

O desenvolvimento sustentável mostra-se como uma temática que envolve uma série de dimensões de ordem multidisciplinar que se inter-relacionam e se influenciam mutuamente. Pode-se representá-lo como um todo formado de inúmeras partes interligadas.

Embora se tenha verificado que os rendimentos financeiros se mostram bastante significativos para os sócios cooperados da Cooperativa Ecovale, já que a possibilidade de aumento do aporte de renda foi identificada como a principal motivação pela qual se organizaram e constituíram a cooperativa, as variáveis econômicas não são as mais importantes e nem as mais representativas quando tratamos de analisar a sustentabilidade destes produtores. A proposta aqui foi de analisar o desenvolvimento sustentável nas suas múltiplas dimensões que se mostram iguais quanto à relevância e prioridade dentro do sistema.

O objetivo da produção ecológica não é a exploração econômica imediatista e inconseqüente, mas um trabalho que almeja conseguir manter a família e a unidade de produção de forma sustentável, ou seja, produzindo uma rentabilidade razoável e estável ao longo do tempo.

Refletindo dessa forma, ou seja, embora sem priorizar as variáveis econômicas para avaliação da sustentabilidade, este trabalho se propõe a cumprir com o quarto objetivo específico da pesquisa, analisando os aspectos relacionados à sustentabilidade econômica.

7.1. Aspectos relativos à dimensão econômica da sustentabilidade

A dimensão econômica tem uma relevância muito significativa na análise da sustentabilidade, pois todo e qualquer sistema que seja sustentável deve possibilitar condições de qualidade de vida para aquela população que a constitui e para que isso ocorra é necessário, entre outros aspectos, que se mostre capaz de gerar renda. Além disso, a dimensão econômica vincula-se ao atendimento das necessidades básicas ou fisiológicas do indivíduo, necessárias para garantir a sua sobrevivência e criar condições de motivação para o atendimento de necessidades mais avançadas hierarquicamente.

A geração de renda não implica na obtenção de grandes lucros, mas de recursos que se mostrem passíveis de garantir a reprodução econômica e social dos membros ligados à atividade produtiva, contribuindo para o aumento da qualidade de vida dos mesmos.

O período de transição entre uma atividade produtiva e outra exige aprendizado por parte do agente empenhado em promover a transição e investimentos para garantir a estrutura adequada para a implantação da nova atividade. A conversão para a agroecologia não se mostra

diferente e no caso dos produtores analisados nesta pesquisa que estão abandonando a fumicultura, o processo mostra-se ainda mais lento e dispendioso.

Apesar da Cooperativa Ecovale ter apenas um ano de existência, os produtores de produtos ecológicos que agora estão na qualidade de sócios cooperados já praticam a agroecologia há três ou quatro anos, dependendo do produtor, e iniciaram as práticas sociais cooperativas em grupos ou em associação. No entanto, ainda configura-se um período de estruturação da atividade, tanto da propriedade rural (unidade de produção), quanto da própria cooperativa (unidade de comercialização).

Com isso, os gastos apresentam-se maiores neste momento, o que persistirá até que se tenha adquirido toda a estrutura necessária ao desenvolvimento da nova atividade, priorizando desde a recuperação do solo das propriedades, altamente degradado pelo cultivo intensivo da monocultura do fumo, até a aquisição de carros em que fosse possível transportar os produtos da propriedade rural até a cooperativa. Esta aquisição tem sido feita pelos grupos de produtores em forma de consórcios, o que revela outra prática social cooperativa.

Além dos custos mostrarem-se mais altos no início da atividade, verifica-se que tendem a aumentar devido à falta de experiência por parte do produtor no cultivo dos produtos, gerando desperdícios a partir dos erros cometidos na utilização de insumos inadequados para aquele cultivo ou aplicado no momento errado. Os produtores reconhecem que a inexperiência na realização da atividade vem a ser prejudicial para a geração da renda.

“No momento, a renda gerada não é suficiente para garantir o sustento, como faz pouco tempo que a gente está produzindo, a gente ainda está pouco treinado e então se perde muita coisa, o que acaba sendo prejudicial”. (S8)

“A minha renda vem toda dos hortifrutigranjeiros e isto precisa melhorar. A gente vê que é limitada a venda dos produtos, mas tudo leva um certo tempo. Conversamos com outros agricultores e vi que com a agroecologia o resultado é de longo prazo. A gente tem perspectiva de melhora”.(S2)

O processo de comercialização dos produtos vem sendo feito, até então, através das feiras em dois locais, um junto à sede do CAPA e outro junto à da Cooperativa. Alguns grupos, como é o caso do Agroflorestal, estão expandindo sua área de atuação e já conquistaram espaços próprios em outros municípios para realizarem feiras e comercializarem seus produtos.

O grupo Agroflorestal é formado por produtores de Vera Cruz, cidade que ainda não dispunha de um local para comercialização de produtos ecológicos. Nesse caso, o grupo é responsável pela feira em Vera Cruz e continua abastecendo as feiras da Cooperativa Ecovale, uma vez que as mesmas vêm sendo realizadas em dias e horários diferentes.

Os grupos de produtores que compõem a Cooperativa Ecovale vêm de municípios diversos, o que se constitui numa vantagem neste caso em específico, pois não precisam ficar restritos ao mercado de Santa Cruz do Sul, podendo expandir suas atividades no município de origem. Os próprios produtores têm consciência de que precisam expandir suas atividades, o que será possibilitado através do fortalecimento do grupo e do aumento da produção oriunda deste.

“A renda gerada ainda não é suficiente, mas se o grupo estiver mais forte e pensar em produzir mais a ponto de conquistar um mercado maior, aí será sustentável”. (S12)

“No momento, a renda gerada pelos hortifrutigranjeiros representa muito pouco (5%). Temos que aumentar a produção, pois com pouca produção a cooperativa também não consegue se manter. Cada um deve pegar um produto que seja carro chefe da propriedade e produzir bastante, investir nisso para a cooperativa”. (S13)

Alguns supermercados do município já se mostraram interessados em comercializar os produtos da Cooperativa, disponibilizando gôndolas específicas para produtos ecológicos. No entanto, o acordo com esses distribuidores não foi firmado devido às exigências que têm de ser cumpridas pelos produtores, que devem disponibilizar os produtos ao longo do ano em uma determinada quantidade pré-estipulada. Verifica-se que os produtores não se mostram preparados para satisfazer essas exigências, uma vez que os produtos só encontram-se em condições de serem comercializados durante o período de safra. O alto grau de perecibilidade dos hortigranjeiros impede o armazenamento dos mesmos in natura.

Um dos grandes questionamentos dos produtores e que se caracteriza como um desafio para a cooperativa é encontrar o ponto de equilíbrio entre produção e comercialização, pois erros quanto às previsões de vendas acarretam despesas ou prejuízos aos produtores. Até então, a cooperativa tem procurado incentivar o produtor a aumentar a escala de produção para, a partir de então, procurar possíveis locais de escoamento desta.

Entende-se que existe uma tendência de valorização dos produtos naturais por parte dos consumidores que procuram suprir suas exigências de segurança alimentar, no entanto, visualiza-se até então uma tendência, não um mercado consolidado.

A ampliação da quantidade produzida e a conseqüente busca por novos mercados distantes, implica na necessidade de certificar o produto para que possa ser competitivo dentro dos padrões de exigência dos distribuidores e consumidores. No momento em que deixa-se de realizar a venda direta entre produtor e consumidor, sente-se a necessidade de comprovar a procedência e a forma como o produto foi produzido. Os produtores acreditam que enquanto as

vendas mantiverem-se sendo realizadas de forma direta ao consumidor, o uso do selo de certificação torna-se desnecessário.

“Participamos de um seminário de ecologistas no Paraná e lá foi dito que na venda direta do produtor para o consumidor não se faz necessário a utilização do selo, pois a própria presença do produtor já vale como garantia. Podemos dizer abertamente que o produto é limpo, é ecológico. O selo serviria para os casos onde o produto fosse vendido fora, os produtos não perecíveis teriam que comprovar sua origem orgânica. Nenhum consumidor aqui na feira manifestou vontade de que tivesse selo no produto, ele confia assim, que o produto é bom, saudável e foi produzido de forma orgânica”. (S1)

“A gente tem muita dúvida a respeito da certificação. Principalmente aqui na nossa região, a gente sente dificuldades em discutir isto, principalmente devido ao fumo. Para certificar um produto que é ecológico, depende da propriedade, da localização, o pessoal ao redor usa agrotóxicos e isto vem com o vento. Então, não se sabe até que ponto isto é legal. Isto já foi discutido nas reuniões da cooperativa e há poucos dias atrás participamos de uma reunião em Santa Catarina sobre a questão, mas a gente pretende partir para isto”. (S2)

“A certificação é importante e a gente vem buscando isto através de uma rede de grupos de agroecologia, buscar forças em outros grupos, até de outros Estados. Isto está sendo encaminhado em nível de redes, pois a gente quer expandir o mercado e comercializar não só no entreposto, mas em outros lugares. Isto vai ser uma conquista”. (S3)

“Acho que o selo é importante para especificar o que a gente usa. Os consumidores perguntam como é que a gente produz os produtos. Com os consumidores que vem aqui na feira a gente conversa bastante”. (S4)

“Pra nós, o contato direto entre o produtor e o consumidor vale muito, porque a gente tem o consumidor na nossa frente e o consumidor olhando os produtos com os próprios olhos ele pode distinguir o que é e o que não é ecológico. Então, a comercialização direta vale mais que o certificado muitas vezes. Se a gente for fazer negócios para fora, a gente vai ter que ter o selo porque aí acaba o contato direto com o consumidor. Aqui dentro da cooperativa, como feirante, nas bancas eu sempre digo que não tem coisa mais franca e branca que o próprio contato com o produtor”. (S7)

No momento, a Cooperativa vem se empenhando de forma a analisar a viabilidade de promover a certificação dos produtos através da Rede Ecovida (sediada em Passo Fundo). Esta

rede é uma iniciativa de uma série de ONGs dos três estados do sul do País e São Paulo (entre elas, o CAPA), que trabalham com o intuito de desenvolver a agroecologia. Através de um sistema de intercâmbio e visitas periódicas às lavouras, os técnicos das ONGs promovem a chamada **certificação participativa**, ao verificar se os produtores estão seguindo as normas técnicas de produção agroecológica.

Este sistema de certificação, por ser uma iniciativa de cooperação entre várias ONGs, não implica em custos aos produtores e, conseqüentemente, não altera o preço final dos produtos.

A fixação do preço de venda dos produtos vem sendo estabelecido pelos produtores e técnicos do CAPA utilizando como parâmetro os preços do produto equivalente produzido de forma convencional, ou seja, o produto ecológico não vem sendo valorizado pelos atributos diferenciados que possui e que possibilitaria um acréscimo no preço final do mesmo.

Os produtores pretendem conquistar o consumidor oferecendo a oportunidade de consumir um produto diferenciado ao mesmo preço que o equivalente produzido de forma convencional. Esta iniciativa que *a priori* pode ser considerada estratégica para atrair o consumidor e incentivá-lo a conhecer e experimentar o produto ecológico, vem a ser prejudicial para a geração de renda no curto prazo.

Verifica-se que se faz necessário promover a divulgação para a sociedade das idéias e do trabalho que vem sendo desenvolvido pela cooperativa, bem como das características que diferenciam o produto ecológico do convencional.

“A divulgação vem sendo feita através de folhetos aos consumidores, participação em eventos em outros locais e como o CAPA é uma organização ligada e mantida pela Igreja, então os espaços da Igreja são

aproveitados e ocupados para divulgar suas práticas com stands para mostrar os produtos da Ecovale. Também em espaços de rádios, jornais e TV não pagos, vai se procurando ocupar, conquistar espaços quando há aniversário da feira, a gente procura os meios de comunicação para que seja divulgado, o pessoal faz reportagens. Não temos recursos para fazer propagando paga, mas sempre buscamos espaços como notícia”. (C2)

“A cooperativa faz um trabalho de divulgação em rádios, TV, folders, com outras organizações parceiras, outras organizações de produtores. Também ocorrem trocas de produtos com outros grupos de outros locais. Tem trocas com associações do Mato Grosso para trocar produtos. Isto serve como divulgação”. (C1)

Como qualquer outro produto que esteja sendo lançado no mercado, o produto ecológico também precisa ser divulgado para que possa ser conhecido e, num segundo momento, reconhecido pelos seus atributos.

Em que pese não existirem recursos disponíveis para investimentos em publicidade e propaganda, o que contribuiria sobremaneira para promover a divulgação dos produtos, a agregação de valor que não se estabelece no produto (já que o mesmo tem sido comercializado pelo mesmo valor do equivalente convencional), se dá no serviço prestado. Um dos serviços disponibilizados pela cooperativa com o intuito de procurar melhor satisfazer as necessidades do consumidor é a possibilidade de entrega dos produtos à domicílio. Esse serviço vem sendo utilizado não só por consumidores finais quanto por restaurantes naturais.

Cientes de que o consumidor tende a procurar locais de compra de hortifrutigranjeiros que sejam próximos à sua residência, pela facilidade de deslocamento, uma vez que estes não podem ser armazenados e são altamente perecíveis, exigindo que a aquisição seja feita com mais frequência, as feiras começaram a se realizar também aos sábados em um novo local, junto à nova sede da Cooperativa, procurando atingir consumidores de outros bairros da cidade.

7.1.1. As vantagens econômicas advindas da mudança de atividade

“Mudei de atividade devido às despesas muito grandes. Os gastos eram superiores às vendas. Agora estou utilizando produtos naturais, não se compra mais insumos para as verduras”. (S12)

Embora ciente de que as despesas são grandes no início da atividade e que existem dificuldades em começar a comercializar o produto ecológico com um preço superior ao equivalente produzido de forma convencional, o que impede um ganho de renda maior neste período, verifica-se que os gastos gerais da unidade de produção baixaram devido à diminuição do uso de insumos provindos de fora da propriedade.

No sistema agrícola ecológico, o desenvolvimento de tecnologias novas e adequadas deve ser o resultado de uma compreensão melhor dos sistemas biológicos naturais. Esta é uma das principais diretrizes que devem ser observadas quando se pratica a agroecologia. Com isso, possibilita-se uma considerável redução das compras externas à propriedade para utilização durante o cultivo, diminuindo consideravelmente o custo de produção.

Outra das diretrizes que regulam o sistema agrícola ecológico é a realização de uma produção ótima – não máxima – atingida através de uma diversificação planejada. Com isto, a unidade de produção passa a ser a principal fornecedora de alimentos para a família, ocorrendo a diminuição dos gastos com o item alimentação.

“Do jeito que o fumo está hoje a gente produz praticamente só pra pagar as dívidas, o custo de produção é muito alto. As verduras estão tendo uma boa melhora, ajuda na renda e ainda proporciona a diversificação”. (S10)

A mão-de-obra vem sendo realizada, na maioria dos casos, pelo casal e pelos filhos menores, pois os maiores estão obtendo uma renda extra através da venda de sua força de trabalho a atividades não agrícolas.

Similarmente ao fumo, as técnicas agroecológicas exigem bastante mão-de-obra em termos de horas trabalhadas. Isto se deve à complexidade dos métodos agroecológicos, como o preparo de caldas e outros produtos naturais utilizados para controle de pragas e a realização de capinas freqüentes em substituição aos herbicidas.

Uma vez que estão vivenciando um processo de transição da fumicultura para a produção de produtos ecológicos, a renda gerada com a nova atividade vem sendo comparada pelos produtores com aquela gerada pela atividade anterior.

“Ainda planto fumo. A produção de hortifrutigranjeiros representa R\$500,00 mensais, isso seria aproximadamente 50% da renda total. Pode-se dizer que no ano passado se equiparou com o fumo”. (S7)

“Eu sou aposentada e deixei de plantar fumo há 3 anos. O percentual da renda gerada pelos produtos ecológicos é de 60%. Tem meses que passa dos R\$400,00. Pra nós isso é suficiente”. (S9)

“Os produtos ecológicos representam de 20 a 30% da renda. Se for considerar o que se tinha antes houve uma boa melhora. Ainda não é o suficiente, pois a gente está começando”. (S10)

“No último ano a venda do fumo foi muito boa, enquanto as verduras têm se mantido estáveis. Tivemos o aumento dos combustíveis que aumentou 3 vezes. Isto tem reduzido o ganho com as verduras. Está hoje em 25% o ganho com as verduras, o resto vem do fumo”. (S1)

Verifica-se que uma grande parte dos sócios da Cooperativa Ecovale possuem mais de uma fonte de renda, provinda da própria unidade de produção (como é o caso do fumo) ou de fora desta, pois muitos estão na condição de aposentados.

O fumo que se constituía no principal gerador de renda da propriedade, vem sendo substituído gradativamente pelos produtos ecológicos. Com isso, verifica-se que, se por um lado os custos para a implantação da nova atividade produtiva são altos no período de conversão, por outro lado, a mudança que vem sendo feita de forma gradativa, permite que o produtor continue garantindo parte de sua renda com a cultura anterior enquanto a nova vai, aos poucos, sendo implantada. O período de conversão pode ser considerado a “prova de fogo” pela qual os produtores têm de passar, pois as dificuldades se mostram grandes neste período enquanto o retorno financeiro é pequeno.

Carentes de uma infra-estrutura básica para estruturarem-se e dispendo de pouco comprometimento por parte dos membros do grupo é que a Associação Paraíso de Agricultura Alternativa (APAA) desvinculou-se da Cooperativa Ecovale. Esse grupo de produtores, hoje desarticulado, vem procurando se organizar novamente e encontrar as famílias integrantes que faltam para completar o mínimo exigido para associar-se à Cooperativa.

7.1.2. Eqüidade: aspecto fundamental para análise da sustentabilidade e da cooperação

Para que um sistema seja sustentável é imprescindível que apresente condições de desenvolvimento humano para todos os envolvidos no mesmo, mostrando-se capaz de distribuir eqüitativamente os benefícios e os custos gerados.

Os produtores vêm na Cooperativa a oportunidade de garantir uma renda justa em que todos serão remunerados de acordo com o seu grau de participação nas atividades da organização. Os custos são rateados em partes iguais ao final de cada mês a todos os participantes das feiras, relativos às despesas com o pagamento do funcionário da Cooperativa, transporte, energia, telefone, etc.

A renda originada da produção agroecológica não varia muito entre as famílias. A principal diferenciação é decorrente da quantidade produzida por cada produtor e da variedade de produtos que comercializa. Ademais, o que diferencia o nível de renda auferido entre as diferentes famílias provêm das atividades não agrícolas.

“Os hortifrutigranjeiros representam 80% da renda familiar e é suficiente. A gente tem que caminhar com as pernas que têm, de acordo com as economias que têm”. (S3)

Daí verifica-se que o padrão de vida dos agricultores familiares sócios cooperados da Cooperativa Ecovale não difere muito. Com relação ao nível de escolaridade, a grande maioria apresenta o primeiro grau incompleto, uma pequena porcentagem possui o segundo grau e apenas um sócio cooperado possui terceiro grau.

Todos os sócios da Cooperativa Ecovale, que são agricultores, possuem a propriedade da terra onde realizam a produção agroecológica. Alguns, no entanto, arrendam áreas de terras próximas à propriedade para terem oportunidade de aumentar a área cultivada. Para esses produtores, a agricultura configura-se num modo de vida, não em uma mera atividade produtiva. Uma grande parte dessas terras foram herdadas dos pais, também agricultores.

A terra constitui o principal patrimônio desses produtores. Todas as propriedades dispõem de uma casa onde fixa-se a residência da família e algumas benfeitorias, como galpões e estufas (utilizadas para a secagem do fumo).

Embora reconhecidos o caráter incipiente da atividade que os produtores vêm desenvolvendo e as problemáticas e desafios que se formaram com a prática da mesma, entre os quais: a necessidade de conquistar novos produtores para que se tenha um aumento na produção e o fortalecimento da Cooperativa, a necessidade de conquistar novos mercados para escoamento da produção, a busca do equilíbrio entre produção e comercialização e a necessidade de certificar os produtos, verifica-se que os produtores mostram-se dispostos a prosseguir em busca do aperfeiçoamento, que lhes possibilite solucionar ou amenizar as restrições existentes, para poderem estabelecer-se na prática da agroecologia, que representa a base de sustentação dos seus ideais.

A tabela abaixo mostra a relação de produtos que estão sendo cultivados nas propriedades dos sócios da Cooperativa Ecovale e a porcentagem de renda auferida por produtor através da comercialização dos produtos ecológicos.

Tabela 4: Atividades agrícolas desenvolvidas pelos sócios da Cooperativa Ecovale e a porcentagem da renda gerada com a comercialização dos produtos ecológicos

Produtor	% da renda total do produtor gerada pela comercialização de produtos ecológicos
S1	25%
S2	100%
S3	80%
S4*	–
S5*	–
S6	20%
S7	50%
S8	35%
S9	60%
S10	20 a 30%
S11	100%
S12	50%
S13	5%

Fonte: dados da pesquisa.

* Os agricultores não disponibilizaram a informação.

A partir do quadro acima identificam-se dois grupos de produtores: os que ainda plantam fumo (46,15%) e aqueles que dedicam-se somente aos produtos ecológicos (53,85%). Destes últimos, dois nunca cultivaram fumo e os demais já abandonaram a cultura.

Verifica-se que para alguns produtores do primeiro grupo a produção ecológica é vista como uma alternativa a mais de obtenção de renda. Nesse caso, o abandono total da cultura do fumo só acontecerá se o rendimento oriundo da produção ecológica for superior aquele obtido com a fumicultura.

O outro grupo é formado por agricultores que já fizeram opção pela agroecologia e não pretendem mais cultivar fumo devido às implicações geradas pelos insumos químicos à saúde humana e ao meio ambiente.

O preço do fumo, determinado pelo mercado internacional, conferiu aos produtores uma renda bruta de R\$ 733,90 ao mês na safra 1999/2000. No entanto, devido aos problemas econômicos e sociais que acarretaram na diminuição da produção do Zimbábue (um dos principais produtores de fumo do mundo), houve uma maior demanda pelo produto brasileiro no último ano, o que contribuiu para que houvesse aumento do preço e conseqüente melhora na renda bruta do produtor na última safra. A renda bruta prevista para a safra 2000/2001 é de R\$ 880,50 ao mês.

Destes valores brutos deve ser subtraído o montante que permita cobrir as despesas bancárias para a obtenção do seguro agrícola e do crédito bancário que geralmente é obtido para financiar a safra, além das despesas com as sementes e insumos químicos fornecidos pelas

indústrias fumageiras durante o cultivo. Estas despesas, consideradas altas pelos produtores, fazem com que a renda líquida fique bastante reduzida.

Por este motivo, alguns produtores consideram que a renda obtida com o fumo se equipara com aquela oriunda da comercialização dos produtos ecológicos através da Cooperativa.

Além disso, em termos gerais, a dedicação à produção ecológica cria oportunidades de negócios ao produtor por permitir que haja a desvinculação da produção de *commodities*, a segmentação de mercados mais sustentáveis, agregação de valor neste ambiente de negócios, o fortalecimento das relações de cooperação entre os associados, uma menor dependência do setor de insumos industrializados, diminuição do poder de barganha dos compradores e ações produtivas no sentido das mudanças associadas aos padrões de consumo.

7.2. Aspectos relativos à dimensão ambiental da sustentabilidade

Uma das idéias centrais que nortearam a emergência de se estabelecer um conceito de desenvolvimento que abrangesse várias dimensões, consideradas prioritárias para possibilitar a manutenção do Homem como habitante do planeta durante o curso de várias gerações foi a conscientização da finitude dos recursos naturais, até então superexplorados e até mesmo desperdiçados ao longo do tempo.

A apropriação da natureza realizada pelo Homem de maneira desequilibrada e inconseqüente, originou inúmeros desequilíbrios ecológicos que somente com o passar do tempo foram se evidenciando de forma alarmante.

A partir dessa conscientização, torna-se necessário pensar um outro modelo de desenvolvimento que possibilite a promoção do crescimento sem destruição. Com isso, as modernas técnicas agrícolas que objetivavam garantir bons níveis de produtividade às custas da modificação e/ou transformação das características intrínsecas da natureza começaram a ser revistas e os impactos causados começaram a ser medidos.

Objetiva-se, a partir de então, desenvolver tecnologias adequadas que permitam conciliar bons índices de produtividade sem gerar impactos degenerativos ao meio ambiente. Graças aos avanços tecnológicos e os investimentos em P&D desencadeados de forma mais significativa a partir da última década pelas unidades empresariais, centros de pesquisa, universidades e algumas instituições governamentais poder-se-á desenvolver novas tecnologias para as lavouras que permitam instituir um sistema de cultivo que preze pela manutenção e conservação dos recursos naturais existentes.

Não obstante, em muitas propriedades agrícolas já se praticam sistemas de cultivos isentos da utilização de qualquer tipo de produto químico e que não implique na intervenção dos recursos naturais. Um dos sistemas de cultivo orientado basicamente para promover a preservação do meio ambiente, observando os mecanismos biológicos de reação contrária e procurando criar novos equilíbrios ambientais é o ecológico. A adoção e o aprimoramento desse sistema de cultivo vem a ser um dos mais importantes objetivos dos sócios da Cooperativa Ecovale.

7.2.1. A agroecologia como condição essencial para o ingresso na Cooperativa

A Cooperativa Ecovale estipula no artigo 2 do seu estatuto social que promoverá o apoio à produção agropecuária agroecológica e sustentável. Sendo assim, para ingressar na organização

faz-se necessário que o produtor esteja inserido em um grupo de no mínimo 8 famílias de produtores e mostre-se disposto a praticar a agroecologia de acordo com normatização própria para a agricultura ecológica baseada em normas e legislação oficial, delegada pela cooperativa.

O ingresso do grupo de produtores à Cooperativa se efetivará somente depois de seis meses de prática da agricultura ecológica, com acompanhamento técnico e orientações da equipe do CAPA. Transcorrido esse período, o grupo será apresentado e avaliado em assembléia geral que deverá votar pelo seu ingresso ou não ao quadro de associados da organização.

Devido ao longo período de prática do sistema de cultivo convencional, a adequação da grande maioria dos produtores integrantes do quadro de associados da Cooperativa Ecovale à agroecologia representa uma grande mudança que em muitos casos torna-se uma necessidade, principalmente pelas implicações sentidas na saúde do produtor pelo uso exacerbado de produtos químicos. É o que se verifica nos depoimentos de alguns produtores:

“Foi uma oportunidade para a gente aprender mais sobre como produzir ecologicamente porque a gente sabe como o veneno faz mal à saúde e, nesses anos, a gente está aqui, a gente aprendeu muito a produzir sem insumos químicos”. (S4)

7.2.2. As técnicas e práticas de cultivo que almejam a sustentabilidade ambiental

Os movimentos contrários à adubação química surgiram no início do século XX em alguns países europeus. A partir de então, esses movimentos foram se agrupando em vertentes diferenciadas que originaram a chamada agricultura biodinâmica, agricultura orgânica, agricultura biológica e a agricultura natural.

Cada uma dessas vertentes possui princípios e filosofias diferenciadas. No entanto, apresentam fatores símiles com relação à valorização do uso da matéria orgânica e de outras práticas culturais favoráveis aos processos biológicos. Uma das ramificações ou variantes dessas vertentes foi a chamada **agricultura ecológica** que mais tarde (década de 1980) assumiu um caráter científico, inaugurando uma nova ciência preocupada em estudar os agroecossistemas (Ehlers, 1994).

No início dos anos 80, a agroecologia foi se firmando no interior do sistema de pesquisa norte-americano, vindo a ser incorporada aos currículos agronômicos, tendo como enfoque principal o propósito de valorizar os aspectos sócio-culturais da produção agrícola. De acordo com os princípios agroecológicos a adaptação das culturas deve ser feita em conformidade com as condições específicas de cada agroecossistema.

A agroecologia deve prezar pelo desenvolvimento de técnicas que conciliem a atividade agrícola e a manutenção das características naturais e ecológicas do ambiente, sem desprezar os componentes sociais e econômicos. Segundo Ehlers (1994), as adaptações da atividade agrícola ao meio, e não ao contrário como apregoava a revolução verde, constituem o princípio básico da agroecologia.

Uma das características mais importantes que marcaram o movimento agroecológico foi a sua integração com as ciências sociais, ou seja, ele não buscava apenas promover alternativas de manejo que reduzissem os insumos nos agroecossistemas, mas procurava incluir no seu campo de interesse estratégias de desenvolvimento que incorporasse os problemas sociais e econômicos. Daí verifica-se a preocupação que empreende à resolução dos problemas da sustentabilidade.

Hoje as práticas e princípios agroecológicos vêm disseminando-se e ganhando cada vez mais espaço entre produtores rurais que estão resgatando seu saber cultural e procurando integrar as atividades dentro do sistema de produção com o intuito de desenvolverem tecnologias que valorizem as condições biológicas e naturais do ecossistema.

7.2.3. A consciência do produtor, as modificações na propriedade e o uso de tecnologias limpas no cultivo de produtos ecológicos

Cientes da necessidade de começar a mudar o sistema de cultivo praticado e utilizar técnicas e práticas mais inofensivas não só ao meio ambiente como à sua própria saúde, é que os produtores de fumo estão gradativamente modificando a estrutura produtiva da sua propriedade, aprendendo a produzir alimentos sem insumos químicos.

A mudança para a agroecologia é um processo lento que ocorre primeiramente com a conscientização do produtor, através da percepção de que é um agente responsável pela realização de um processo de produção que mostra-se nocivo ao meio ambiente e o que é mais grave, à saúde humana. A partir daí decorre a vontade de mudar, e, acima de tudo, de tentar garantir a sua reprodução econômica e social com a prática de uma atividade mais saudável e digna. Pelos depoimentos dos produtores, verifica-se que muitos dos que estão em processo de conversão para a agroecologia sentem-se satisfeitos com a prática dessa nova atividade produtiva:

“Hoje a gente se sente contente em ter atingido o objetivo maior que é o da agroecologia, a vida da pessoa, do meio ambiente que se tem e que muitas vezes o capital esquece de preservar”. (S3)

“Nós temos uma meta e cada dia que passa vamos crescendo um pouquinho. A intenção hoje é a gente produzir e fazer com que as pessoas entendam que a saúde está em primeiro lugar”. (S10)

A herança cultural e os valores éticos mostram-se como fatores determinantes para fazer emergir no produtor a consciência ecológica. Isto é explicitado no depoimento abaixo:

“Eu me considero um ecologista. Mesmo plantando fumo já era de praxe evitar o uso de agrotóxicos. A gente nunca quis se intoxicar e hoje a gente segue nesta mesma linha, porém com mais orientação recebida dos técnicos. Isto é uma herança que tenho do meu pai. O meu pai sempre foi um batalhador pelo não uso do veneno, está hoje com 70 anos e muito boa saúde. Há poucos dias que ele teve sua primeira doença que precisou de hospital. E tive um bisavô que chegou aos 103 anos de idade. Eu estou com uma fé grande que também chegarei a esta idade. Pela preservação da saúde, eu sempre luto neste sentido”. (S1)

A partir da consciência do produtor e da disposição para integrar-se a um grupo e começar o processo de aprendizado sobre agroecologia, a equipe do CAPA se responsabiliza pela divulgação das diretrizes, princípios e práticas agroecológicas. Assim que o grupo integra-se à Cooperativa, passa a receber visitas periódicas dos técnicos para verificarem a situação das lavouras e a estrutura da propriedade. O processo de aprendizagem sobre a agroecologia também ocorre durante a realização de visitas a grupos de produtores de outras localidades que já se mostrem mais experientes na prática da produção ecológica.

O processo de produção vai aos poucos sendo aprimorado pelos produtores com a introdução de novas técnicas produtivas a partir da adequação da propriedade para a atividade proposta:

“Na minha plantação uso adubos orgânicos, da propriedade mesmo, uso produtos que a gente mesmo fabrica”. (S11)

“Uma das grandes tecnologias que se vem aplicando hoje a gente já usava que é o plantio direto; a adubação verde e o aproveitamento do esterco começamos a utilizar recentemente. Agora incorporamos mais coisas”. (S2)

“Eliminei totalmente os adubos químicos, agora só produzo à base de adubação orgânica e biofertilizante”.(S13)

“Eu comecei utilizando adubação verde, esterco para recuperar o solo e trabalhar a favor da natureza”. (S5)

Percebe-se que os produtores procuram retirar da própria unidade produtiva os insumos necessários à produção ecológica. Isto em parte é possibilitado pela integração entre lavoura-pecuária-floresta.

Outros insumos também se fazem necessários e as próprias sementes dos produtos são obtidas diretamente pela Cooperativa e vendidos aos produtores. A elaboração das caldas (produto natural com ação fungicida e bactericida) é feita diretamente pelos grupos de produtores com orientação dos técnicos do CAPA. Esse insumo também é disponibilizado na Cooperativa, podendo ser adquirido pelos outros grupos.

O plantio direto é um dos métodos de produção mais aplicados por este conjunto de produtores, principalmente aqueles que dedicam-se à produção de arroz ecológico. Conforme Lemos (1998), o plantio direto fundamenta-se em três princípios básicos, quais sejam: a mínima movimentação do solo, a permanente cobertura do mesmo e a prática de rotação de culturas.

Além do plantio direto, as técnicas de cultivo agroecológicas mais utilizadas pelos produtores nas suas propriedades são a adubação verde, uso de cobertura morta e biofertilizantes.

A cooperação existente entre esses produtores com relação ao sistema de cultivo e as técnicas de produção ecológicas utilizadas nas lavouras é estabelecida através da confiança que se tem em acreditar que o outro está fazendo os procedimentos corretos, previamente definidos de acordo com os princípios da agroecologia.

Como o processo de certificação dos produtos ainda não foi implantado, cabe aos técnicos do CAPA realizarem o controle nas propriedades para verificar de que forma os produtores estão acatando às normas e legislação vigentes para a produção e a comercialização de produtos ecológicos, procurando sempre agir de modo a servir de orientadores e incentivadores das práticas ecológicas. Além disso, como o grupo faz reuniões mensais nas propriedades de seus integrantes para trocar idéias e discutir os problemas, a ocasião também é aproveitada para visitar as lavouras da propriedade e verificar o que vem sendo produzido e de que forma o cultivo vem sendo realizado.

O grau de comprometimento do produtor no ato de cultivar produtos totalmente isentos de insumos químicos e adequado às normas de produção ecológica mostra-se extremamente importante já que estes serão comercializados em conjunto, como um produto oriundo da Cooperativa Ecovale e de todos os seus sócios.

“O vizinho fiscaliza a maneira de produzir do outro, então não adianta esconder. Tudo tem que ser feito às claras. Eu diria que é de 90% o grau de confiança. Muito grande. Um membro já foi desligado do grupo, pois produzia de forma inadequada”. (S3)

“A gente procura fazer as coisas certas e crê que os outros também pensem assim. Tem a equipe do CAPA que vem e olha, dá a participação deles para ver se está tudo certo”. (S12)

A partir do momento em que houver a implantação da certificação participativa, processo que vem sendo minuciosamente analisado pela Cooperativa Ecovale, o controle da produção e do produto ficarão por conta das ONGs envolvidas no processo, incluindo o CAPA.

7.2.4 Ciência⁵ X consciência ecológica

Ao analisarmos toda a trajetória de mudança de atividade pela qual passaram estes produtores, abdicando da prática de uma agricultura moderna, comumente aceita e consolidada a partir do paradigma que se estabeleceu com a Revolução Verde, para adotar outra, considerada alternativa, buscando recuperar o “saber local” e adotando práticas conservacionistas, podemos afirmar que houve um forte avanço em direção a sustentabilidade ambiental desses produtores em suas unidades produtivas rurais.

A sustentabilidade é aumentada não apenas no que se refere ao respeito pelo meio ambiente e os recursos naturais do ecossistema, mas também com relação às implicações benéficas que traz à saúde do produtor, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida.

Mas procurando generalizar o contexto, ou seja, alargando o “olhar” para a agricultura ecológica de forma geral, no todo, será que é possível acreditar que existe consciência ecológica entre os atores que são realizadores do processo? Até que ponto houve evolução da ciência para a consciência ecológica nos últimos anos?

⁵ Ciência, no caso presente, é tomada como saberes, o “saber fazer” e não como sistematização de conceitos ou elaboração de teorias.

Será que estes produtores que estão tornando-se ecológicos, estão de fato conscientes de que estão praticando uma “ciência limpa”, mais sustentável ou o fazem dessa forma por visualizarem um mercado crescente para esses produtos, que tende a aumentar com o passar dos anos?

A ecologia é considerada uma disciplina científica desde fins do século XIX. Com o passar do tempo, foi consolidando suas bases científicas e passou a ser adotada como disciplina obrigatória nos cursos de agronomia. Segundo Morin e Bocchi (1989), houve em 1969 uma junção entre a ecologia científica e a tomada de consciência de degradações do meio natural que afetam os alimentos, os recursos, a saúde e o psiquismo dos próprios seres humanos. Segundo os autores, houve assim uma passagem da ciência ecológica à consciência ecológica.

Mas será que houve essa tomada de consciência entre os produtores que hoje são ecologistas? Ou se procede a mudança por razões de mercado?

Com relação aos produtores pesquisados neste trabalho, verifica-se que a atuação do CAPA e, conseqüentemente, da filosofia de trabalho e de pensamento dessa ONG exerce grande influência sobre os mesmos. Muito do trabalho realizado pelo CAPA procura, num primeiro momento, promover a conscientização no produtor para, a partir de então, ele integrar-se a um grupo de produtores, começar a desenvolver práticas cooperativas e aprender a praticar a agroecologia.

Mesmo trabalhando em consonância com a ONG, verifica-se que os produtores sócios da Ecovale são dotados de uma racionalidade econômica muito acentuada. Esta racionalidade é que justifica a não desistência total do plantio do fumo por parte de 46,15% dos produtores que ainda

dedicam-se a produzirem este produto, cumprindo as exigências da indústria fumageira, ou seja, realizando um cultivo de forma convencional.

Dessa maneira, apesar das vantagens que se possam apresentar para o produtor que abandona o cultivo do fumo para dedicar-se a agroecologia, entre as quais: a autonomia no gerenciamento da propriedade, a diminuição dos gastos com insumos, a preservação da sua saúde, etc., verifica-se que a mudança ainda ocorre, na maioria dos casos, mais pela oportunidade de explorar um novo mercado em expansão do que pela consciência da necessidade de passar a realizar uma “ciência limpa”. Não fosse assim, os produtores já teriam abandonado a cultura do fumo e assumido a agroecologia como atividade primeira dentro das suas propriedades.

Pode-se dizer que, de maneira geral, e tomando o universo de produtores pesquisados como parâmetro de avaliação, ainda desenvolve-se bem mais a ciência do que a consciência ecológica nos atores que estão hoje sendo promotores da mudança para a nova ciência – a agroecológica.

7.3. Aspectos relativos à dimensão político-institucional da sustentabilidade

Este tópico pretende analisar o ambiente institucional que circunda estes produtores engajados no desenvolvimento dessa nova atividade produtiva. Entende-se que essas instituições estão sendo as grandes impulsionadoras de todo o processo de mudança de atividade produtiva que vem sendo realizado na região. Ademais, verificar-se-á a existência de políticas públicas ou crédito agrícola que possam servir de incentivo para os produtores praticantes da agroecologia.

Estando os produtores ecologistas da região do Vale do Rio Pardo organizados em cooperativa, seus trabalhos estão sendo praticados e orientados de acordo com os princípios e valores do cooperativismo, sendo este o principal determinante das “regras do jogo”, como citado por North (1990). De acordo com este autor, o ambiente institucional é reconhecido como um conjunto de regras formais e informais que exercem influências no comportamento dos indivíduos e, conseqüentemente, nas transações organizacionais. Na comparação estendida por North (1990) as instituições estão para as “regras do jogo” assim como as organizações estão para os “jogadores”. Estas representam o comportamento cooperativo e, como tais, são formadas por indivíduos que se unem na busca de um determinado objetivo.

As organizações cooperativas são exemplos de organizações econômicas, regidas por um conjunto de instituições próprias e intrínsecas do cooperativismo. Dessa forma, torna-se necessário entender quais as vantagens de se estar inserido no modelo cooperativo e até que ponto este pode contribuir para a sustentabilidade dos mesmos. Com isso, justifica-se todo o aparato teórico desenvolvido no início deste trabalho, procurando mostrar o surgimento, a natureza, os principais objetivos e a situação atual das organizações cooperativas no estado do Rio Grande do Sul e mais especificamente na região do Vale do Rio Pardo para que se possa verificar o papel que as cooperativas desempenham na atividade produtiva agrícola e as experiências que já existem ou que já foram praticadas na região analisada.

7.3.1. A instituição maior: o cooperativismo

A partir da verificação da inconsistência verificada pelos produtores em permanecer desenvolvendo suas atividades organizados em grupos informais, já que ocorreu com o passar do tempo o aumento no número de grupos de produtores que foram se inserindo no processo, o

aumento no *mix* de produtos ecológicos disponibilizados e o conseqüente aumento no volume comercializado, começou a se pensar em constituir um outro tipo de organização que oferecesse um suporte jurídico mais apropriado para o bom funcionamento e o desenvolvimento das atividades de produção, beneficiamento e comercialização de produtos ecológicos.

Depois de um longo período de discussão e análise em torno dos tipos organizacionais que poderiam ser adotados (associação, cooperativa, micro ou pequena empresa), optou-se pela criação de uma organização cooperativa.

“A escolha por este tipo de organização deve-se ao fato de que esta é a estrutura que garante maior democracia interna pela própria forma de participação das famílias no processo decisório da empresa”. (C2)

A Cooperativa Ecovale possui algumas especificidades que a tornam singular em relação às demais cooperativas existentes. Ela é formada por grupos de produtores, sendo que cada grupo tem seu próprio estatuto e autonomia para comercializar seus produtos, não sendo necessário disponibilizar toda a produção para a cooperativa. Além disso, os grupos não são compostos de pessoas, mas de famílias.

Dessa forma, quando se procedeu à oficialização da organização cooperativa na junta comercial foi preciso adequar-se à estrutura organizacional própria das cooperativas. Sendo a cooperativa uma sociedade de pessoas e não de famílias, cabe a cada membro familiar associar-se à organização pagando uma quota-parte (isto é estabelecido para as mulheres e filhos de produtores). Com isso, todos os membros passam a ser sócios com direito a voto nas assembleias.

A partir da oficialização da cooperativa, a existência dos grupos ficou relegada a um segundo plano, como uma forma de organização interna (mas não oficial) dos sócios da Ecovale. A importância de preservar a organização dos produtores em grupos se dá pela proximidade que existe entre essas pessoas, a prática do trabalho em conjunto desenvolvido ao longo dos anos e a possibilidade de acessarem outros mercados consumidores, diferente daquele que vem sendo explorado pela Ecovale.

Diante da autonomia concedida aos grupos, percebe-se que a cooperativa Ecovale preserva alguns aspectos típicos de associação (forma de organização anterior à criação da cooperativa), objetivando preferencialmente o desenvolvimento e a viabilidade econômica do grupo em detrimento da cooperativa. Torna-se nítido, a partir daí, o caráter social que está presente na natureza do empreendimento.

Verifica-se que os produtores estando na qualidade de sócios cooperados e donos da sua própria empresa, sentem-se mais motivados a trabalhar e mais otimistas com a possibilidade de crescer dentro do seu próprio “negócio”. O desafio maior, a partir de então, está em fortalecer a imagem da Ecovale enquanto pioneira na comercialização de produtos ecológicos no mercado de Santa Cruz do Sul.

Apesar da opção desses produtores de se organizarem em cooperativa, percebe-se que as dificuldades de adesão de novos grupos no processo se dão pelas experiências passadas de cooperativas que se instalaram na região e que não prosperaram. A região do Vale do Rio Pardo perdeu todas as características de pólo cooperativo que teve no início do século XX.

Em contrapartida, para esses produtores que já se encontram na qualidade de sócios cooperados, ou seja, que já perderam a descrença baseada em experiências passadas, a cooperativa vem conseguindo, gradativamente, criar alguns fatores básicos para o aumento da sustentabilidade do produtor, tais como:

- **acesso ao mercado:** esse é o aspecto primordial para o qual a cooperativa se propõe, ou seja, conseguir melhores oportunidades de comercialização para os produtos ecológicos. Nos depoimentos dos produtores, existe um consenso em afirmar que a maior vantagem de ser sócio de uma cooperativa está em possuir maior poder de barganha para negociar preços, tanto dos insumos para a produção, como dos produtos que serão comercializados.

- **a identificação profissional:** em decorrência da trajetória de vida de cada um dos produtores e da forma como se percebem inseridos no grupo societal, vai ocorrendo o processo de formação da identidade.

Para Wautier (2001) apud Dubar (1992), o fenômeno de construção da identidade social é concebido como produto da socialização. Conforme a visão do autor, a identidade aparece como um sistema de representações, de recursos simbólicos que orientam as condutas, uma dinâmica construída nas trocas. Essas representações sempre estão inseridas na concepção da pessoa, própria de um grupo ou de uma sociedade. A análise das representações pode ser um adequado indicador identitário, pois procura desvendar um “mundo” mentalmente construído pelos indivíduos.

“Entre os vários espaços de legitimação da identidade, Dubar reconhece a importância do campo do trabalho, do emprego, mas igualmente da formação, e não restringe esse campo à empresa. Sendo todo espaço de trabalho um lugar de socialização, torna-se igualmente espaço pertinente de

reconhecimento identitário inclusive, portanto, o mundo associativo” (Wautier, 2001, p. 74).

Verifica-se que os produtores sócios cooperados da Ecovale ainda estão construindo a sua identidade. Dentre os pesquisados, apenas um desenvolveu atividades profissionais no meio urbano, vindo dedicar-se à atividade agrícola após o término de sua carreira profissional, por ocasião da aposentadoria. Os demais produtores vivem desde a infância no meio rural e sempre se dedicaram à atividade agrícola, o que revela a importância que o mundo rural teve no processo de socialização desses indivíduos.

Esses produtores rurais reconhecem-se e autodenominam-se “agricultores familiares” e alguns ainda colocam a autodenominação de “ecologistas”. Há que se registrar que o tempo de vida como sócio de uma cooperativa ainda é muito pequeno se comparado a suas trajetórias como agricultor familiar e com o período em que se reconheciam como “funicultores”, por isso pode-se dizer que há uma identidade profissional em processo de construção.

Não obstante, a cooperativa enquanto organização que foi criada e que vem sendo autogestionada por esses produtores, contribui para que os membros sintam-se sujeitos do processo e reafirmem a sua identidade profissional a partir da condição de sócio cooperado.

- nível de informação e qualificação: a cooperativa Ecovale tem como um de seus principais objetivos, dispostos no estatuto social, a realização e participação dos cooperados em palestras, cursos e outros eventos que divulguem a agricultura familiar e ecológica. Outro dos objetivos a que se propõe é desenvolver atividades sociais, culturais e educacionais para fortalecer a integração e o cooperativismo do quadro social.

Dessa forma, a cooperativa consegue contribuir para o aumento do nível de informação e qualificação do produtor. Apesar do baixo grau de educação formal dos sócios cooperados, conforme se afirmou anteriormente, vai ampliando-se o nível de educação informal dos mesmos.

Verifica-se que as experiências obtidas pelos produtores durante as visitas e encontros com outros núcleos de produtores ecológicos são de suma importância para os mesmos, servindo como referência para a troca de informação e o aumento do processo de aprendizado sobre agroecologia. Isto é frequentemente referendado pelos mesmos nos depoimentos.

- **difusão tecnológica:** em virtude de estarem realizando um processo de conversão para a agroecologia, que implica um outro modo de produzir, faz-se necessário desenvolver novas tecnologias, totalmente diferenciadas daquelas tão intensivamente utilizadas na cultura do fumo. Até então, os serviços de assistência técnica e difusão de tecnologias apropriadas para a prática da agroecologia, vêm sendo difundidos pelos técnicos do CAPA. A cooperativa apenas responsabiliza-se pela venda de insumos e sementes para serem utilizados nas lavouras.

7.3.2. As instituições de suporte e apoio aos agricultores familiares

O papel que as organizações do terceiro setor vêm assumindo neste início de século é muito significativo, principalmente pela valorização que dispensam ao caráter social, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

Muitas ONGs têm como objetivo maior trabalhar em prol do desenvolvimento de uma agricultura alternativa, que garanta maior autonomia ao produtor rural e o torne sujeito do processo produtivo. Uma das idéias principais desse conjunto de concepções e de práticas

pressupõe que o próprio produtor defina as técnicas e os procedimentos que vai utilizar em função da disponibilidade dos recursos e das necessidades locais.

A produção ecológica chegou ao estado do Rio Grande do Sul na década de 70, por meio das ONGs e alguns projetos isolados, sem caráter comercial. Nos últimos anos, houve a intensificação do crescimento da produção e a comercialização da mesma que passou a obter a preferência de uma parcela significativa de consumidores, cujos hábitos alimentares condizem com o consumo de produtos naturais, mais saudáveis e detentores de maior valor nutricional.

Todo o processo de organização pela qual passaram os produtores rurais analisados neste trabalho, desde a formação dos grupos até a criação da Cooperativa Ecovale teve o acompanhamento e o suporte técnico do CAPA. O trabalho dessa ONG procura resgatar a autonomia do produtor rural, incentivando a produção ecológica e a organização em grupos. As principais diretrizes que fundamentam o trabalho do CAPA estão dispostas no gráfico a seguir:

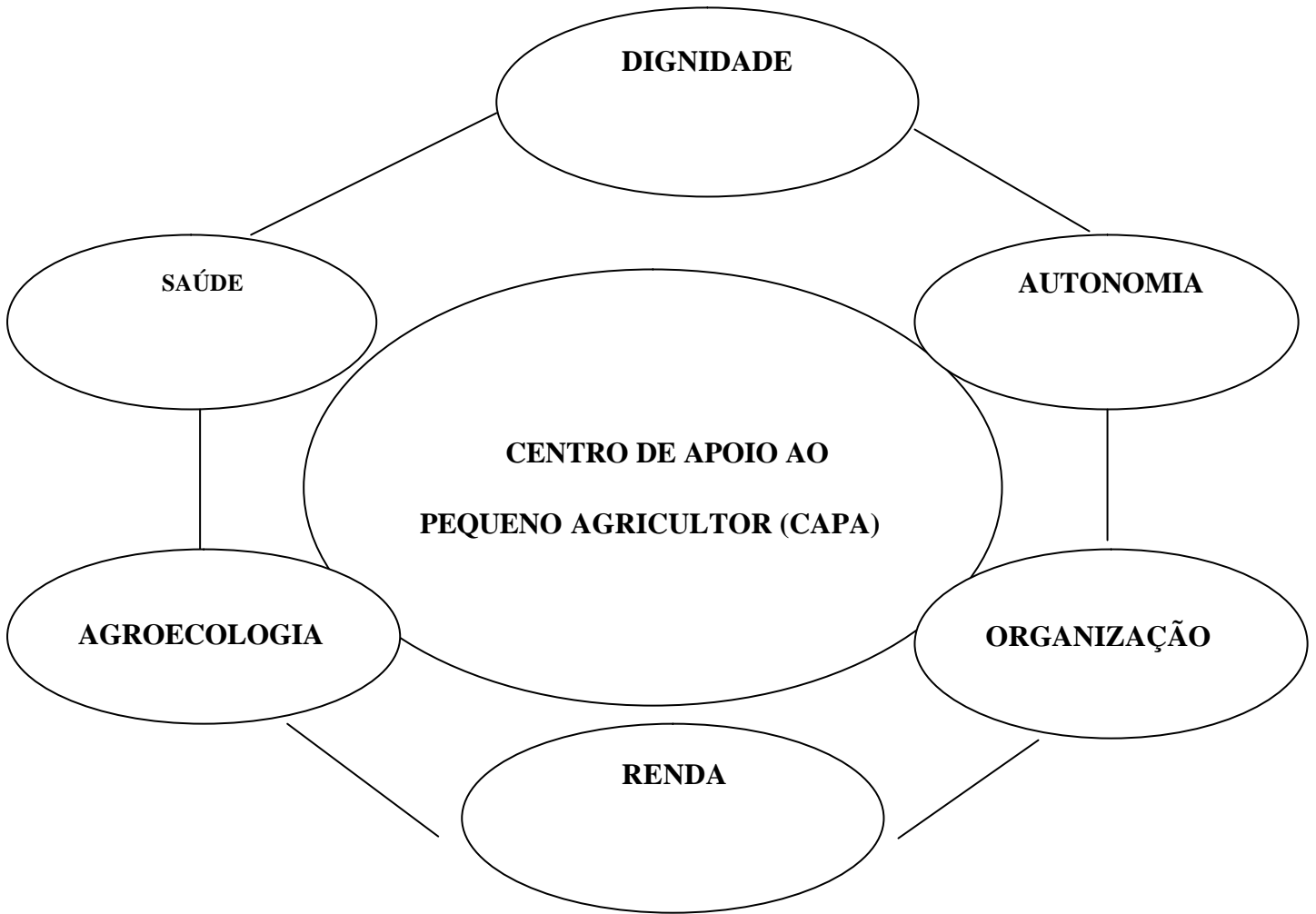


Gráfico 2- O projeto de trabalho do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – Desenvolvimento rural integral.

Fonte: Folder informativo CAPA – Núcleo Santa Cruz do Sul

Procurando seguir essas diretrizes, a Cooperativa Ecovale nasce como um dos frutos do trabalho do CAPA na região do Vale do Rio Pardo. Tratando-se dessa região, este trabalho assume um caráter inédito pelas dificuldades de aceitação e adoção de um novo modelo de produção e da implantação de uma cultura totalmente diferenciada da tão intensivamente desenvolvida ao longo dos anos e arraigada aos padrões culturais dos produtores: o fumo.

No Vale do Rio Pardo, as ONGs comprometidas em corroborar para o fortalecimento da agricultura familiar e do associativismo estão ligadas à Igreja Evangélica Luterana (CAPA) e à Igreja Católica. Dessa forma, torna-se inegável a influência que as mesmas exercem sobre os agricultores familiares, enquanto instituições que procuram desenvolver projetos associativistas e ecológicos na região.

Os produtores ecologistas também contam com o apoio de alguns órgãos governamentais, como a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS), que atua em todo o estado do Rio Grande do Sul procurando incentivar práticas agroecológicas, já que a agroecologia enquadra-se dentro de uma das principais linhas de pesquisa da instituição. Segundo dados levantados pela Emater/RS, existem atualmente 3.770 famílias de agricultores dedicando-se à agricultura ecológica no estado do Rio Grande do Sul. Isto implica no cultivo de 13 mil hectares espalhados em 162 municípios gaúchos (Correa, 2001).

Apesar de não existirem outras instituições envolvidas diretamente no trabalho dos produtores ligados à Cooperativa Ecovale, já que este é de responsabilidade do CAPA, o estabelecimento de algumas diretrizes de trabalho e propostas de atuação vêm sendo negociadas entre os técnicos do CAPA em conjunto com a Emater e a UNISC. Isto se concretiza basicamente com o grupo de produtores residentes no município de Vale do Sol. Este é um dos grupos que têm maior amparo institucional devido ao forte incentivo que vêm recebendo da prefeitura municipal, principalmente no estabelecimento de convênios e parcerias com o CAPA, Emater e UNISC.

7.3.3 As instituições de crédito e políticas públicas favoráveis

O setor agrícola foi, por muitos anos, largamente subsidiado por políticas públicas que concediam aos produtores rurais grandes benefícios para que pudessem produzir mais e melhor. O principal instrumento utilizado para propagar essa política foi o crédito rural, criado a partir de 1937 pelo governo federal.

No final da década de 70, o governo já sentia a escassez de recursos e a conseqüente impossibilidade de continuar mantendo esses benefícios, concedidos até então a juros altamente subsidiados. A partir dos anos 80 começou a ocorrer a desregulamentação pelo Estado da economia brasileira, reduzindo substancialmente os incentivos governamentais.

Embora o montante concedido em forma de crédito aos produtores fosse bastante significativo durante as décadas de 1950, 60 e 70, estes benefícios foram tomados pelos médios e grandes produtores, uma vez que eram os mesmos que tinham maiores condições de atender às exigências dos órgãos financiadores e, além disso, o crédito era direcionado, em sua maior parte, para as *commodities*, uma vez que estes produtos contribuía para a geração de divisas e o equilíbrio da balança comercial brasileira. Os pequenos proprietários e os agricultores familiares ficaram à margem desse processo.

Tendo clara a falta de políticas públicas que beneficiassem os agricultores familiares durante o período acima mencionado, verifica-se que atualmente observa-se avanços significativos nesse sentido. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) lançou um programa específico para auxiliar a agricultura familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O PRONAF embora contando com recursos

um tanto tímidos diante das necessidades que os agricultores familiares possuem, já conseguiu beneficiar inúmeras famílias de agricultores espalhados pelas diversas regiões do País.

Não obstante, os produtores que dedicam-se à agroecologia podem contar atualmente com programas de financiamento e crédito específicos. Estes recursos, em geral, vêm sendo concedidos pelos programas de apoio à agricultura familiar do governo estadual que incentiva a conversão para a agroecologia.

Os produtores ecologistas sócios da Cooperativa Ecovale fizeram uso do crédito específico a agroecologistas, cujos recursos são oriundos do Governo do Estado do RS através do Programa de Apoio a Novos Produtos Agropecuários (PANPA) para adquirir, construir e organizar a infraestrutura necessária para a realização das feiras. A concessão do recurso foi feita à cooperativa em setembro de 2001.

A organização dos produtores também traz benefícios no momento de pleitear esses recursos, uma vez que contando com a estrutura de uma cooperativa os produtores mostram-se mais capacitados para desenvolver a atividade e conseguem dar à entidade concedente do crédito indicativos de todo o trabalho que já foi realizado por eles até chegar a atingir este nível de organização. Verifica-se que a pouca demanda desses produtores por crédito deve-se à possibilidade que têm de utilizar recursos do próprio CAPA, vindo, em geral, suprir as necessidades para aquisição de insumos e equipamentos para as lavouras.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo apresentam-se os principais resultados da pesquisa, de forma a atender os propósitos iniciais do estudo. Ressalta-se que a ligação entre os dados e informações coletados e os propósitos do estudo está apoiada no referencial teórico desenvolvido, enfatizando o Desenvolvimento Sustentável, a Cooperação e o Cooperativismo como “pano de fundo” para garantir a sustentação da pesquisa.

As primeiras conclusões são de cunho geral e, a seguir, busca-se responder aos objetivos propostos para o estudo.

8.1. Considerações gerais

Constata-se a existência de uma forte ligação entre os objetivos comerciais da Cooperativa Ecovale (suas expectativas econômicas) e as políticas referentes às questões ambientais.

Compreende-se que esses produtores estão inscritos no processo de maximização da utilização dos recursos existentes na unidade produtiva, desenvolvendo práticas agrícolas que não agridem o meio ambiente e não prejudicam a saúde dos membros familiares envolvidos no processo de produção, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

Diante da proporção que as questões ambientais estão tomando atualmente em nível mundial, tende-se a pensar que as exigências em torno de padrões mais sustentáveis de produção serão cada vez mais intensificadas. Em se tratando da indústria, as pressões advirão dos órgãos ambientais.

Envolta nesse cenário de mudança, a indústria fumageira já vem buscando alternativas para produzir fumo ecológico, buscando formas de reduzir substancialmente ou eliminar as dosagens de insumos químicos do processo produtivo. As investigações e testes em lavouras da região do Vale do Rio Pardo vêm sendo realizadas desde o ano de 1999, procurando identificar os níveis de produtividade e qualidade do produto quando produzido de forma ecológica.

Tomando-se essas fortes mudanças nos padrões produtivos como uma tendência a ser largamente difundida nos próximos anos, verifica-se que esses produtores enquanto pioneiros na produção de produtos ecológicos terão vantagens já consagradas, tais como:

- a adequação da propriedade para disponibilizar os insumos necessários à produção ecológica;
- o conhecimento das práticas e métodos de cultivos adotados na agroecologia e, principalmente,
- a possibilidade de atuar em dois mercados distintos, uma vez que poderão conciliar o fumo ecológico com os demais produtos que já estão sendo produzidos.

Considerando-se a afinidade que os produtores da região do Vale do Rio Pardo possuem com a cultura do fumo que mostra-se arraigada aos seus padrões culturais, parece que a possibilidade de desenvolvê-la ecologicamente seria para os mesmos a oportunidade de

continuar produzindo o fumo, que possui mercado garantido pela indústria fumageira e, ainda, aproveitar o mercado crescente de produtos ecológicos a serem comercializados pela cooperativa. Dessa forma, estariam lançados os alicerces para a consolidação da sustentabilidade econômica e ambiental desses produtores.

8.2. Principais resultados da pesquisa

Procurando responder o objetivo geral da pesquisa, qual seja: analisar as práticas sociais cooperativas dos sócios cooperados da Cooperativa Ecovale que estão contribuindo para que esta organização torne-se sustentável, identifica-se num primeiro momento, a característica fundamental presente nos sócios cooperados que se fez primordial em todo o processo de mudança de atividade em que estes produtores estão envolvidos: o empreendedorismo. E nesse caso, há muito mais que características empreendedoras individuais, houve a articulação entre o empreendedorismo individual e o coletivo.

Identifica-se que a base de sustentação da cooperativa Ecovale está sedimentada na cooperação existente entre seus sócios. As práticas sociais cooperativas foram sendo reveladas ao longo do trabalho e estão baseadas fundamentalmente na união, no trabalho conjunto, no aprendizado que vai sendo realizado no grupo, na ajuda mútua e na interação dos produtores com outros grupos de produtores ecológicos. Este conjunto de comportamentos e atitudes por parte dos produtores configura-se como o principal “pilar de sustentação” da organização cooperativa.

O trabalho realizado por estes produtores vai ao encontro do que foi salientado por Moore (1996) apud Mesquita (1999). Segundo este autor que analisa as ações de cooperação entre empresas, faz-se necessário que se estabeleçam relações compartilhadas entre as mesmas.

Quando observam o conjunto, elas compreendem que às vezes é melhor co-expandir que competir com um rival e isto pode fazer todas as partes mais fortes. De igual forma, os produtores ao unirem esforços estarão tornando-se mais fortes e sentindo-se capazes de construir e desenvolver sua própria atividade produtiva, o que individualmente seria inviável.

O desafio está em conseguir perpetuar este grau de cooperação quando da entrada de novos sócios ou grupos na cooperativa. Até o momento, contando com um número reduzido de grupos e, conseqüentemente, de famílias na organização, sendo grande parte destes responsáveis pela criação da mesma, torna-se mais fácil a prática da cooperação.

No universo de organizações cooperativas que, com o passar do tempo, foram ampliando seu quadro de sócios, expandindo suas atividades e alargando suas fronteiras, ou seja, tornando-se grandes organizações, verifica-se que muito do trabalho dos dirigentes e até do próprio cooperado fica orientado para o lucro, numa ótica que vai ao encontro dos objetivos da empresa capitalista, enquanto os princípios e práticas cooperativos vão se desvanecendo e assumindo proporções cada vez menores.

Carbonell de Masy (1979) corrobora este aspecto quando reconhece a cooperação como um acordo revogável de pessoas que aspiram conseguir melhores preços e vantagens para seus produtos. Nesse caso, a ação individual substituirá a coletiva, caso os resultados não mostrem-se satisfatórios. Sendo a Ecovale uma cooperativa formada por grupos de produtores que têm autonomia para desenvolverem suas atividades independentemente da cooperativa, podendo conquistar novos mercados em outros municípios, os produtores somente sentir-se-ão estimulados a permanecerem na cooperativa enquanto a mesma puder lhes oferecer vantagens na

comercialização que ainda não conquistaram fora desta. A isto fica condicionado o futuro da organização.

Verifica-se que o aparato institucional oferecido pelo CAPA aos produtores é o principal mantenedor das práticas cooperativas, já que o trabalho em grupo é condição para que os produtores continuem recebendo o suporte dessa ONG. Daí outro grande desafio para a organização cooperativa que deverá conquistar sua auto-suficiência e autonomia a partir do momento em que tiver de desvincular-se desse projeto financiado e mantido pela Igreja Luterana.

Independentemente de todos esses desafios que ainda terão de ser superados, verifica-se que os produtores deram um importante passo em direção a conquista da sustentabilidade, que embora não mensurada neste trabalho mostra-se nítida no tocante a preservação dos recursos naturais através da diminuição significativa na quantidade de insumos químicos que deixaram de ser utilizados após a implantação da agroecologia.

Embora ciente de que as despesas são grandes no início da atividade e que existem dificuldades em começar a comercializar o produto ecológico com um preço superior ao equivalente produzido de forma convencional, o que impede um ganho de renda maior neste período, verifica-se que os gastos gerais da unidade de produção baixaram devido à diminuição do uso de insumos provindos de fora da propriedade.

Conforme for o desempenho da Cooperativa no desenvolver das suas atividades, tornar-se-á possível verificar se a organização é sustentável economicamente e institucionalmente. Para que possa ser considerada sustentável economicamente, a cooperativa deverá gerar para os

sócios a quantidade de recursos que sejam passíveis de garantir a reprodução econômica e social dos membros ligados à atividade produtiva, contribuindo para o aumento da qualidade de vida dos mesmos. Os resultados vão revelando-se ao final de cada ano, momento em que se pode ter exatidão dos ganhos obtidos ao longo do exercício.

Das três dimensões da sustentabilidade, aqui referidas, a sustentabilidade econômica aparece como a mais importante de ser conquistada, uma vez que vincula-se ao atendimento das necessidades fisiológicas e de segurança, consideradas as mais importantes para os sócios cooperados. Conforme constatado, a principal motivação que impulsionou os produtores a mudar para a agroecologia foi a possibilidade de livrar-se da preocupação de estar realizando uma atividade que mostra-se prejudicial à saúde dos membros da família envolvidos no processo produtivo. Não obstante, a principal motivação para manter-se sócio da cooperativa é a possibilidade que esta lhes garante de melhor comercializar os produtos e, com isso, ampliar seu nível de renda.

As instituições que estão direta ou indiretamente presentes neste processo de mudança de atividade se fazem fundamentais para garantir apoio aos produtores e contribuir para aumentar a sustentabilidade político-institucional que deverá ser medida também de acordo com o desempenho da Cooperativa, já que esta configura-se como a principal instituição a que estão vinculados, depois do CAPA.

8.3. Sugestões para futuros trabalhos

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho várias foram as questões que eclodiram e que não foram desenvolvidas principalmente devido à precariedade de dados disponíveis para a

realização das mesmas. Dessa forma, sugere-se que trabalhos posteriores possam dedicar-se à resolução das mesmas, tais quais :

- A mensuração quantitativa da renda média obtida por produtores de produtos ecológicos da região do Vale do Rio Pardo;
- A averiguação da percepção do consumidor da região citada a respeito do consumo de produtos naturais e qual o excedente que estaria disposto a pagar pela aquisição deste em relação a um produto equivalente produzido de forma convencional.

O entendimento dessas questões seria de grande validade para avaliar a possibilidade da manutenção e desenvolvimento da atividade ecológica na região a longo prazo, configurando-se como uma nova alternativa que pretende contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Jalcione. As origens, as formas e os meios das ações: a busca de uma nova agricultura. In: ALMEIDA, Jalcione. *A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

_____. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, Dinizar Fermiano (Org.). *Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade?*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

ALTÍSSIMO, João César. *Análise do contexto histórico, econômico, social, político, cultural e administrativo de uma organização cooperativista e os desafios e perspectivas de sua administração de recursos humanos*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1992.

AMBROS, Julia Ortiz; KLERING, Luiz Roque. *Diagnóstico Ambiental dos Municípios do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1995. Documentos para estudo nº 19/95.

BECKER, Dinizar Fermiano et al. *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou*

possibilidade? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

BEGNIS, Heron S. M. *Agricultura familiar na região central do Vale do Rio Pardo - RS*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós Graduação em Economia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1998.

BENECKE, Dieter W. *Cooperação & Desenvolvimento; o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do terceiro mundo*. Porto Alegre: Coojornal, 1980.

BEZERRA, Antônio Jorge; WIZNIEWSKY, José Geraldo & FERNANDES, Flávia Fontana. Uma nova experiência de extensão universitária: o “Projeto de cooperação em agricultura sustentável”. *Revista Expressa Extensão*, Pelotas- RS: PREX/UFPEL, v. 1, n.2, jul. 1997.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. *Cooperativas: economia, crescimento e estrutura de capital*. Tese de doutorado, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo. Piracicaba, 1998

_____. Cooperativas: as tendências e a nova geração de cooperativas. In: MONTROYA, Marco Antonio e PARRÉ, José Luiz (Orgs.). *O agronegócio brasileiro no final do século XX: estrutura produtiva, arquitetura organizacional e tendências*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2000. v.1.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo; MARQUES, Pedro Valentin & NEVES, Evaristo Marsabal. *A economia do agribusiness cooperativo*. XXXIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Anais: SOBER. v. 2, Curitiba, 31/jul. a 3/ago. 1995.

BRINCKMANN, Wanderléia E. Limites e desafios para a agricultura sustentável nas pequenas propriedades familiares. *Revista Redes*. Santa Cruz do Sul, v. 2, n.2, p. 15-40, dez. 1997.

BROSE, Markus. *Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

CARBONELL DE MASY, Rafael. *Moderna Administração de Empresas Cooperativas*. Porto Alegre: Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), 1979.

CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

CENTRO DIOCESANO DE PASTORAL NO MUNDO DO TRABALHO/UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL. *Associativismo e cooperativismo no Vale do Rio Pardo*. (Relatório de Pesquisa). Santa Cruz do Sul: UNISC (mimeo), nov. 1995.

CORREA, Jorge. *O momento do ecológico*. Porto Alegre: Jornal Zero Hora – Caderno Campo & Lavoura, nº 882, 23 de novembro de 2001.

DAROLT, Moacir Roberto. *As dimensões da sustentabilidade: um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba/PR.* Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná e Université Paris. Curitiba, 2000.

DUARTE, Laura Maria Goulart. *Capitalismo & Cooperativismo no Rio Grande do Sul.* Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Pesquisas em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1985.

EHLERS, Eduardo. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma.* Guaíba: Editora Agropecuária, 1999.

_____. A agricultura alternativa: uma visão histórica. *Revista Estudos Econômicos.* São Paulo: USP, v. 24, nº especial, p. 231-262, 1994.

ETGES, Virginia Elisabeta. *Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo.* Dissertação de mestrado, Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.

FARINA, Elizabeth; ZYLBERSZTAJN, Décio. *Organização das cadeias agroindustriais de alimentos.* XX Encontro Nacional de Economia. Anais. São Paulo, 1992. p. 189-207.

FELIPPI, Ângela. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.* Porto Alegre: Emater/RS, v. 1, n.3, jul/set. 2000, p.5-12

FENSTERSEIFER, Jaime; DROUVOT, Hubert; TIBERGHEN, Raphaël e ULHARUZO, Caetano Glavam. *O papel das redes de cooperação na política tecnológica das pequenas e médias empresas*. XXI Encontro Nacional de Pós-Graduação em Administração (ENAMPAD). Anais. 21 a 24 set./1997.

FENSTERSEIFER, Jaime. Internacionalização e cooperação: dois imperativos para a empresa do terceiro milênio. *READ - Revista Eletrônica de Administração*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Administração/UFRGS, edição 15, n.3, v.6, 1998.

FIBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1995.

GALARÇA, Sandro Lauri. *Revista Perfil Regional*. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul. Ano 1, n.1, jul./ 1998.

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000. 653p.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, n.2, v. 35, mar./abr. 1995, p. 57-63.

GÓMEZ, William Héctor. Desenvolvimento sustentável, agricultura e capitalismo. In: BECKER, Dinizar Fermiano. *Desenvolvimento sustentável: necessidade e e/ou possibilidade?* Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997.

GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra. A teoria das representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994. p. 17-25.

GUIMARÃES, Roberto P. A assimetria dos interesses compartilhados: América Latina e a agenda global do meio ambiente. In: Héctor R. Leis (Org.). *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1991. p.99-134.

HERMES, Nadir. Implicações sócio-ambientais da fumicultura: panorama atual e perspectivas. *Revista Redes*. Santa Cruz do Sul. v.5, n.3, set./dez. 2000, p. 45- 63.

HOGAN, Daniel Joseph & VIEIRA, Paulo Freire (Orgs.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1995.

JORNAL GAZETA DO SUL. *Guia Socioeconômico do Vale do Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul, 30 jun. 2000.

LAZZARINI, Sérgio Giovanetti; BIALOSKORSKI Neto, Sigismundo; CHADDAD, Fabio R. Decisões financeiras em cooperativas: fontes de ineficiência e possíveis soluções. *Revista Gestão & Produção*. v.6, n.3, p. 257-268, dez./1999.

LEMOS, Angela Denise da Cunha. *A produção mais limpa como geradora de inovação e competitividade: o caso da Fazenda Cerro do Tigre*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1998.

LAUSCHNER, Roque. *Agribusiness, cooperativa e produtor rural*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 1993.

MARTINS, Sérgio Roberto. Estratégia para a construção do ideário da sustentabilidade agrícola. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, Porto Alegre: Emater/RS, v. 1, n. 2, abr./jun. 2000. p.45-53.

MESQUITA, Zilá. Para compreender competição e cooperação nas organizações: reflexões preliminares. *Revista Convergencia*. Ciudad del Mexico: Universidad Autónoma del Estado de Mexico, ano 6, n.19, mai./ago. 1999.

MORIN, Edgar. O pensamento ecologizado. In: MORIN, Edgar e BOCCHI, Gianluca. *Os problemas do fim do século*. Lisboa: Editorial Notícias, 1989. p177-191.

MOORE, James. The death of competition. *Revista Fortune*, v. 133, iss: 7, april 15, 1996.

MÜLLER, Geraldo. *Desenvolvimento sustentável: notas para elaboração de um esquema de referência*. In: BECKER, Dinizar Fermiano. *Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997.

NOGUEIRA, Alberto Marcos. *Cooperativismo de Trabalho e Cooperativismo no Brasil: uma análise marxiana*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1998.

NORTH, Douglas. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge University Press, 1990.

OCERGS, Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul. *Plano de reestruturação e fortalecimento do cooperativismo gaúcho*. Boletim Informativo. Porto Alegre: OCERGS, 2001.

OLIVEIRA, Nestor Braz. *Cooperativismo: Guia Prático*. Porto Alegre: Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), 1979.

PEDROZO, Eugenio Avila. *Conciliando as lógicas econômica e social de cooperativas agrícolas: uma análise “sistêmica-complexa”*. Trabalho não publicado, mar./2000.

PEDROZO, Eugenio Avila. *Uso de modelos de estratégias industriais em cooperativas de produção: um estudo exploratório*. Dissertação de mestrado em Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1991.

PEDROZO, Eugenio Avila e SILVA, Tania Nunes. O desenvolvimento sustentável, a abordagem sistêmica e as organizações. *READ - Revista Eletrônica de Administração*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Administração/UFRGS, edição 18, n.6, v.6, 2000.

PERIUS, Vergílio. *Problemas estruturais do cooperativismo*. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (Corag), 1983.

RODRIGUES, Domingos Benedetti. *Propriedade familiar rural no Brasil – espaço de conquista da cidadania*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Direito. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2000.

SACKS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Editora Vértice, 1986.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de Economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 2000.

SANTANA, Edvaldo Alves e CARVALHO JR., Luiz Carlos. *Cooperação e padrão de concorrência na indústria de carnes: perspectivas diante da globalização*. XX Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração. Anais: XX ENANPAD. Angra dos Reis, Rio de Janeiro. 23 a 25 set./1996. p. 15-27.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Ranking dos municípios do estado do Rio Grande do Sul*. <http://www.sefaz.rs.gov.br> .

SCHNEIDER, José Odelso. *Democracia, participação e autonomia cooperativa*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 1991.

_____. O panorama mundial, nacional e estadual do cooperativismo. *Revista Perspectiva Econômica*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, ano XVII, v. 12, n.38, 1982.

SCHNEIDER, José Odelso; LAUSCHNER, Roque. Evolução e situação atual do cooperativismo brasileiro. *Revista Perspectiva Econômica*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, ano XV, v. 10, n.24, 1980.

SCHULTZ, Glauco. *As cadeias produtivas de alimentos orgânicos do município de Porto Alegre/RS frente à evolução das demandas do mercado: lógica de produção e/ou*

distribuição. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001.

SCHWEINBERGER, Geraldo A; FELDENS, Aray Miguel. Organização econômica dos produtores e desenvolvimento rural. *Revista Perspectiva Econômica*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, ano XVII, v. 12, n.38, 1982, p. 47-78.

SELLTIZ, Claire et al. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: EPV- USP, 1974.

SEVILLA, Eduardo. Orígen, evolución y perspectivas del desarrollo rural sutenible. Conferência Internacional: Tecnologia e desenvolvimento sustentável, 18 a 22 de set./1995. Porto Alegre: UFRGS, 1995. In: BECKER, Dinizar Fermiano et al. *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997.

SILVA, José Graziano. *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

SILVA, Márcio Luís Paveglio. *A diversificação na agricultura familiar*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2001.

SILVA, Silvana. *Indústria e produtores temem projeto*. Jornal Zero Hora. Porto Alegre, 14 ago./2000.

SILVA, Tania Nunes. Cooperativas, proteção ambiental e sustentabilidade. *Revista Perspectiva Econômica*, v. 35, n.110. Série Cooperativismo, n.47, 2000. p. 39-77.

_____. *Cooperativas: Um instrumento de promoção da qualidade de vida, bem estar social e da preservação ambiental, face ao processo de globalização da economia*. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

SOUZA, Renato Santos. *Entendendo a questão ambiental: temas de economia, política e gestão do meio ambiente*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.

SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs). *Textos em representações sociais*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994.

THEIS, Ivo M; Merico Luiz F.K. Indicadores ambientais para avaliação do desenvolvimento local: uma proposta metodológica para o caso de Blumenau - SC. *Cadernos de Economia*, UNOESC, ano 3, n.4, jan./jun. 1999.

VARGAS, Marco Antonio et al. Análise da dinâmica inovativa em arranjos produtivos locais no RS: complexo agroindustrial fumageiro. *Estudos CEPE*, Santa Cruz do Sul, n°. 9/10, jan./dez. 1999.

VOGT, Olgario Paulo. *Fumicultura*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1994.

VOGTMANN, H. e WAGNER, R. *Agricultura ecológica: teoria & prática*. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1987.

WAUTIER, Anne Marie. *A construção identitária e o trabalho nas organizações associativas*. Coleção Ciências Sociais. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

YIN, Robert K. *Case Study Research: Design and Methods*. Thousands Oaks: SAGE, 1994.

ANEXOS

ANEXO 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS (1)

- entrevista com os produtores cooperados da Cooperativa Ecovale:

Nome completo:

Idade:

Município em que reside:

Profissão:

Área da propriedade:

Principais culturas produzidas:

Há quanto tempo vem se dedicando ao cultivo de produtos ecológicos?

-
- 1) O que contribuiu e/ou influenciou a sua decisão de vir integrar-se a uma cooperativa de produtos ecológicos?
 - 2) Quais as principais vantagens que se têm de estar associado a uma cooperativa?
 - 3) Além da Cooperativa Ecovale, você é membro de outras associações, cooperativas ou grupos aqui da região?
 - 4) Qual era a sua atividade anterior ao cultivo de produtos ecológicos? Por que a necessidade de mudança?
 - 5) Quais as atividades da cooperativa que são realizadas em conjunto pelos cooperados?
 - 6) Qual a periodicidade das reuniões entre os associados? Quem organiza e quem preside a reunião? Como é a participação dos associados nas reuniões? O que se discute nestas reuniões?

7) Como está estabelecido o grau de confiança entre os associados da cooperativa?

Muito grande

Grande

Pequena

Muito pequena

Inexistente

8) Como é a sua relação com os demais cooperados? Vocês trocam muitas informações? De que tipo?

9) Que tipo de influência o Centro de Apoio ao Pequeno Produtor (CAPA) exerce sobre os cooperados? Além do CAPA, existem outros órgãos que prestam ajuda, apoio ou assistência técnica aos produtores?

10) Os novos cooperados passam por um treinamento ou têm assistência técnica quando ingressam na cooperativa?

11) O que você entende sobre certificação de produtos ecológicos? Acredita que contribuiria para aumentar a venda dos produtos ou não? Isto já foi discutido nas reuniões da cooperativa ou não? Por quê?

12) Quais os serviços proporcionados pela cooperativa aos produtores que você considera mais importantes e que trazem benefícios aos cooperados?

13) Qual o principal objetivo da organização enquanto cooperativa?

14) Quais as técnicas e/ou práticas desenvolvidas na sua propriedade quando passou a produzir produtos ecológicos? Você passou a adotar outros tipos de tecnologias? Quais?

15) Você exerce alguma outra atividade além da produção de hortigranjeiros ecológicos? Em caso afirmativo, a produção de hortigranjeiros representa que percentual da sua renda familiar?

16) Você considera que a renda gerada pelo cultivo de hortigranjeiros é suficiente para garantir o seu sustento e o da cooperativa?

17) Você utiliza financiamento bancário ou dispõe de algum recurso que não seja próprio para ajudar nas despesas com a lavoura?

ANEXO 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS (2)

- **entrevista com os representantes do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA):**

Nome completo:

Formação acadêmica:

- 1) De quem foi a idéia inicial de organizar os produtores de produtos ecológicos em cooperativa, ou seja, qual a origem da organização?
- 2) Além do Capa e da Unisc houve a participação de outras instituições no processo de organização da cooperativa?
- 3) Quais as principais e primeiras medidas que foram tomadas a fim de conscientizar os produtores da importância deste tipo de organização? Como foi realizado o procedimento de conscientização dos produtores em torno dos ideais cooperativos e da questão ecológica?
- 4) O Capa e a Unisc tiveram ampla participação no processo de divulgação das práticas cooperativistas e ecológicas ou foram outros agentes que se responsabilizaram por este processo?
- 5) Como vem se estabelecendo o processo de admissão de novos sócios-cooperados? Eles passam por algum treinamento?
- 6) Como a cooperação (no sentido de co-operar, trabalhar juntos, unir esforços) está se estabelecendo entre os produtores-cooperados?
- 7) A diretoria da cooperativa (Conselho Fiscal, Administrativo) é constituída por sócios-cooperados ou por gestores externos à organização? Como está constituída sua estrutura organizacional?

8) A cooperativa se preocupa em divulgar as suas idéias e trabalho, bem como as vantagens de consumo de produtos ecológicos à população? Em caso afirmativo, como está divulgação vem sendo feita?

ANEXO 3 - Mapas de representações de idéias